Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e
Ciência Política

Edson Nogueira Fernandes Neto

A Green Silk Road na América Latina: impactos na transição energética da Argentina e do Chile

abril de 2026

Edson Nogueira Fernandes Neto
A Green Silk Road na América Latina: impactos na transição energética da Argentina e do Chile

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão
e Ciência Política

Edson Nogueira Fernandes Neto

A Green Silk Road na América Latina: impactos na transição energética da Argentina e do Chile

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)

Professor Doutor José António Passos Palmeira

Professor Doutor Paulo Afonso B. Duarte

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu pai. Sem o seu apoio nada disso seria possível.

Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Declaração de uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração. Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Resumo

A Faixa e Rota Chinesa (FRC) é um projeto de política externa que abrange o investimento em infraestruturas e a expansão da esfera de influência da China ao redor do mundo. No contexto da transição energética, a iniciativa ganha uma dimensão ambiental, a *Green Silk Road*. Apesar de haver uma extensa literatura acerca dos impactos da FRC, as consequências da ecologização da iniciativa para a transição energética do Sul Global têm sido pouco exploradas. No contexto da atuação da *Green Silk Road* na América Latina, verifica-se uma lacuna na análise da importância dessas dinâmicas para o processo de transição energética da região. Esta dissertação busca preencher este espaço na literatura, respondendo à questão de investigação: Em que medida a ecologização fomentada pela *Green Silk Road* impacta a transição energética da Argentina e do Chile? Observaremos os investimentos chineses em setores fundamentais para a descarbonização na Argentina e no Chile, como as energias renováveis e a extração de lítio. O período de análise terá como ponto de partida o ano de 2017, quando é inaugurada a *Green Silk Road*, estendendo-se até 2025, o que nos permitirá compreender os desdobramentos desses processos após a eleição de Javier Milei, na Argentina. A metodologia adotada neste trabalho é predominantemente qualitativa, recorrendo a dois estudos de caso, fundamentados na análise de fontes secundárias da literatura acadêmica e fontes primárias, incluindo memorandos de entendimento, legislações e discursos de atores relevantes. O presente estudo tem como base o enquadramento teórico da diplomacia ambiental, que nos permite avaliar como a *Green Silk Road* garante um caráter ambientalista para a ação externa chinesa, veiculando a ideia da China como potência verde global. Desse modo, concluímos que a *Green Silk Road*, ao difundir a diplomacia ambiental chinesa e promover investimentos no setor renovável, age como um vetor positivo na promoção da transição energética argentina e chilena.

Palavras-Chave: Faixa e Rota Chinesa, Green Silk Road, China, Argentina, Chile

Abstract

China's Belt and Road Initiative (BRI) is a foreign policy project encompassing infrastructure investment and the expansion of China's sphere of influence worldwide. In the context of the energy transition, the initiative acquires an environmental dimension through the Green Silk Road. Although there is an extensive body of literature on the impacts of the BRI, the consequences of its greening for the energy transition in the Global South remain underexplored. In the context of the Green Silk Road's engagement in Latin America, there is a notable gap in the analysis of the relevance of these dynamics for the region's energy transition process. This dissertation seeks to fill this gap in the literature by addressing the following research question: To what extent does the greening promoted by the Green Silk Road affect the energy transition in Argentina and Chile? The study examines Chinese investments in key sectors for decarbonisation in Argentina and Chile, such as renewable energy and lithium extraction. The period of analysis begins in 2017, marking the launch of the Green Silk Road, and extends to 2025, thereby allowing for an assessment of the developments following the election of Javier Milei in Argentina. The methodology adopted is predominantly qualitative, relying on two case studies grounded in the analysis of secondary academic sources and primary materials, including memoranda of understanding, legislation, and speeches by relevant actors. The study is framed within the theoretical perspective of environmental diplomacy, which enables an assessment of how the Green Silk Road confers an environmental character upon China's external action, projecting the image of China as a global green power. Accordingly, the findings suggest that the Green Silk Road, by advancing Chinese environmental diplomacy and promoting investment in the renewable energy sector, acts as a positive driver in fostering the energy transition in Argentina and Chile.

Keywords: Belt and Road Initiative, Green Silk Road, China, Argentina, Chile

Lista de Abreviaturas

ALC - América Latina e Caraíbas

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CHEC - China Harbour Engineering Company

CNOOC - China National Offshore Oil Corporation

ENAP - Empresa Nacional del Petroleo

ENL - Estratégia Nacional do Lítio

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOCAC - Fórum de Cooperação China-África

FRC - Faixa e Rota Chinesa

GEE - Gases de Efeito Estufa

IDE - Investimento Estangeiro Direto

JEMSE- Jujuy Energía y Minería Sociedad del Estado

MoU - Memorando de Entendimento

MW - Megawatts

NDC - Contribuições Nacionalmente Determinadas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMC - Organização Mundial do Comércio

RPC - República Popular da China

SOEs - State-Owned Enterprises

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

VE - Veículo Elétrico

Lista de Figuras

Figura 1. Efeitos da *Green Silk Road* na transição energética da Argentina e Chile……...17

Lista de Tabelas

Tabela 1. Etapas da diplomacia verde chinesa…….37

Índice

Lista de Abreviaturas..... 7
Lista de Figuras..... 8
Lista de Tabelas..... 8
Introdução..... 10
i. Descrição e Delimitação Temática..... 10
ii. Identificação e Relevância da Problemática..... 12
iii. Revisão de Literatura..... 14
iv. Metodologia e Quadro Teórico..... 17
v. Estrutura..... 19
2. A Faixa e Rota Chinesa na América Latina e Caribe..... 21
2.1. O contexto histórico..... 21
2.2. A Faixa e Rota Chinesa..... 23
2.3 Diplomacia Ambiental chinesa e a Green Silk Road..... 29
2.4 China e o setor de energias renováveis..... 33
3. Green Silk Road na América Latina: o caso chileno..... 39
4. Green Silk Road na América Latina: o caso argentino..... 50
5. Conclusão..... 61
Bibliografia..... 64

Introdução

i. Descrição e Delimitação Temática

A rápida ascensão económica da China no cenário global trouxe consigo diversas implicações a nível ambiental. A industrialização acelerada e preponderância em atividades de extrativismo, apesar de efetuarem ações socioeconômicas transformadoras na sociedade chinesa, trouxeram consigo uma diversidade de contradições ambientais. Fatores como poluição do ar, contaminação de rios e a desertificação têm se tornado problemas cada vez mais recorrentes, causando impactos negativos expressivos na qualidade de vida. Dessa forma, o Partido Comunista Chinês têm, nos últimos anos, passado a assumir cada vez mais um papel como agente promotor da governança climática dentro e fora da China (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2021). A China, sob a liderança de Xi Jinping, começa a imprimir pautas ligadas à preservação ambiental no direcionamento da sua política externa, iniciando um processo de ecologização da Faixa e Rota Chinesa (FRC) (Duarte, 2024).

A potência asiática explora a vocação global da sua principal ferramenta de política externa, utilizando das vantagens competitivas do seu mercado interno para, em diálogo com os novos desafios enfrentados pelo Sul Global, exportar um modelo de desenvolvimento e projetar a influência do país através da diplomacia económica e ambiental. Assim, guiada por princípios como a Cooperação Sul-Sul, a China assume um papel ativo na cooperação técnica, fornecimento de tecnologias e financiamento das transições energéticas nos países em desenvolvimento, que enfrentam muitas vezes problemas sistêmicos - como instabilidade política e económica - os quais atuam como obstáculos para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

O aumento da integração económica da China com os estados latino-americanos é um processo que se reforça com o crescimento econômico chinês e a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) e atinge um novo patamar com a expansão da FRC para a América Latina e a criação do Fórum China-CELAC, em 2015 (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2024). Essa aproximação da China com os atores emergentes da América Latina segue uma lógica da expansão da esfera de influência de uma China como potência global, que busca alterar a balança geopolítica internacional e aposta na diplomacia económica da FRC - e o seu respetivo enquadramento como iniciativa ambiental - como uma das suas ferramentas de política externa. Em 2018, Trindade e Tobago era o primeiro país da América Latina e Caraíbas (ALC) a assinar o Memorando de Entendimento e fazer parte da FRC (Xinhua, 2018). Já em 2025, num processo de surpreendente rapidez, a entrada da Colômbia na FRC posiciona o país como o 22.º dos 33 Estados da região a integrar a iniciativa (Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, 2025).

Entre os principais eixos que marcam as atividades da FRC ao redor do mundo, a componente energética configura consistentemente, a partir da sua conceção, em 2013, como o principal foco do investimento chinês no exterior (Nedopil, 2023a). Isso, quando somado a um setor energético chinês em crescimento, a FRC surge como um vetor fundamental no posicionamento da China como centro de inovação e exportação de competências técnicas e

tecnologias para o resto do mundo - com foco sobretudo nos países emergentes. A centralidade do desenvolvimento de infraestruturas como lógica de atuação da FRC é ainda evidenciada pelas prioridades na atuação das empresas chinesas no setor energético, que tradicionalmente privilegiam contratos e projetos de construção, em detrimento de investimentos baseados no mercado de capitais e compra de ações (Nedopil, 2024).

A partir de 2021, no entanto, a atuação externa da China no ramo da energia sofre uma mudança drástica - descartando investimentos em energias ligadas ao carvão e ampliando significativamente o investimento em energias renováveis - enquadrando a FRC em uma nova lógica de atuação externa no combate às mudanças climáticas (Xi, 2021). Essas novas dinâmicas, somadas ao crescimento da produção no setor de energia verde interno e um aprofundamento nas relações de cooperação com o Sul Global, colocam os países em desenvolvimento como o principal destino para a exportação dessas capacidades (Mao, 2024), redefinindo as dinâmicas de investimento no setor energético latino-americano e abrindo as portas para que esses países tenham as capacidades materiais necessárias para alcançar os seus objetivos climáticos.

No contexto da América Latina, a região tem sido particularmente afetada pelas mudanças climáticas. A América do Sul, lar de economias dependentes da exportação da sua produção agrícola (como é o caso da Argentina), enfrenta em 2023 a pior seca do século (Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola, 2022), em uma sequência de eventos climáticos extremos que se tornam cada vez mais frequentes. Com elevados custos econômicos e ambientais, as catástrofes climáticas contribuem para a vulnerabilização dessas economias, tornando a atuação e intervenção dos Estados promotores da governança climática global ainda mais valorizada. Nesse cenário, a China, que tem elevado progressivamente a sua presença e cooperação com a ALC, ao mesmo tempo que se posiciona a sua indústria energética no centro da cadeia de produção global, surge como um ator central na transição energética da região.

Com isso, essa dissertação buscará aprofundar-se nos casos de dois fundamentais parceiros latino americanos no escopo da *Green Silk Road*: Argentina e Chile. Ambos os países, que desfrutam de condições geográficas propícias para o desenvolvimento de um setor de energias renováveis competitivo, contam com políticas públicas que procuram direcionar as suas matrizes energéticas para uma redução progressiva da dependência em combustíveis fósseis a curto termo e uma descarbonização completa no longo prazo (Gobierno de Chile, 2021; Gobierno de la República Argentina, 2022). Entre uma histórica proximidade diplomática e cooperação económica, o Chile e a Argentina acabam por beneficiar-se de uma maior presença da *Green Silk Road*, que pode se tornar uma peça chave nos processos de transição energética desses países. Assim, a pergunta de investigação delineada para orientar esse estudo é: “Em que medida a ecologização fomentada pela *Green Silk Road* impacta a transição energética da Argentina e do Chile?”.

No que diz respeito à delimitação temporal, esta dissertação contará com uma análise que se inicia em 2017, com a inauguração da *Green Silk Road*, estendendo-se até 2025, ano que marca a realização do IV Fórum China-CELAC. Além disso, essa delimitação possibilita compreender os desdobramentos de uma mudança significativa no rumo da política externa argentina, durante o governo de Javier Milei, que tem início em 2024. O período determinado para essa análise é marcado, sobretudo, por mudanças profundas em diversos aspectos que

transformaram tanto o papel da China como promotor da governança climática, como os compromissos e políticas dos Estados da ALC no contexto da transição energética - que buscam cada vez mais alternativas para concretizar a descarbonização das suas economias.

Tem-se verificado uma aproximação China-ALC e um aumento do engajamento das grandes economias latinas no desenvolvimento de políticas de neutralidade de carbono. Sob a bandeira do Acordo de Paris e no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a Argentina ajusta as suas ambições climáticas em 2015 e 2020, apresentando as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) e comprometendo-se com a meta de atingir a neutralidade de emissões de carbono no período de 30 anos (Secretaría de Energía de la República Argentina, 2021). Da mesma forma, o Chile também apresenta uma postura de comprometimento crescente, presidindo a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (COP 25) e tomando uma posição de liderança na governança climática da América Latina.

Em 2021, o país ainda expande as suas metas e programas nacionais de descarbonização, tornando-se o primeiro país da América do Sul a submeter um *Long Term Strategy to UN Climate Change*, documento que formula e comunica estratégias de desenvolvimento de longo prazo com baixas emissões de gases com efeito de estufa (Ministerio del Medio Ambiente de Chile, 2021), apostando em iniciativas como o investimento na indústria de hidrogénio verde para diminuir a dependência energética de fontes poluentes. Nesse contexto, a importância da compreensão do papel da *Green Silk Road* na ALC reside no papel ativo dos atores latino-americanos no combate às mudanças climáticas, que se soma com a projeção externa das capacidades e interesses chineses no setor da energia verde - criando um ambiente propício para o aprofundamento da cooperação entre as duas regiões.

ii. Identificação e Relevância da Problemática

A importância do tema reside primariamente em alguns principais pontos que permeiam o tópico, como as consequências de uma China que se posiciona como nova potência no cenário internacional e a construção das suas relações de cooperação com o Sul Global, a necessidade cada vez mais urgente de abordar as mudanças climáticas ao promover a descarbonização das economias ao redor do mundo, além do papel dos países latino-americanos nesse contexto de mudanças. Nos últimos 50 anos, a China, que experiencia uma acelerada industrialização, passa de uma economia isolada, agrária e pouco industrializada para um centro em inovação e tecnologia, tornando-se a “fábrica do mundo”.

O país, que, a partir de 2010, se consolida como a segunda maior economia do mundo, ascende a um novo patamar de relevância e projeção externa, passando, desde então, a construir uma forma de se relacionar com o Sul Global que se prova diferente da lógica unilateral caraterística da era de unipolaridade americana. Iniciativas como a FRC, a expansão do bloco dos BRICS, a criação de fóruns de diálogo multilaterais como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e o fórum China-CELAC, fomentam o princípio da cooperação Sul-Sul e redesenham a estrutura da comunidade internacional. A China como potência reformista utiliza de uma política externa marcada pelo diálogo com os países em desenvolvimento, pela diplomacia económica - e cada vez mais pela diplomacia ambiental -

para dar agência aos atores emergentes na reestruturação de uma comunidade internacional marcada por uma maior multipolaridade.

As mudanças climáticas trazem ainda novos desafios para os países emergentes, que apesar de contribuírem pouco para o acúmulo histórico de gases de efeito estufa na atmosfera, estão entre as populações mais afetadas pelas consequências dessas alterações em ecossistemas e eventos climáticos extremos. Enquanto os EUA colecionam cerca de 25% das emissões históricas de CO2, regiões como a América Latina são responsáveis por menos de 10% (Ritchie et al., 2023). Essas injustiças climáticas aprofundam-se ainda mais quando levamos em conta as fragilidades desses mesmos países, que possuem economias altamente dependentes da agricultura e recursos e infraestrutura ainda insuficientes para responder a esses obstáculos.

O Sul Global, nesse panorama, acaba por ser colocado em uma posição de impotência que se aprofunda na medida em que as desigualdades históricas somam-se com os prejuízos impostos pelas condições climáticas em deterioração (Machado, 2025) Diante dessa conjuntura, a China pode servir-se das suas vantagens internas no setor tecnológico para estabelecer-se como protagonista na cooperação com os países em desenvolvimento na diminuição dessas lacunas. Portanto, a ecologização promovida pela FRC acaba por endereçar esses desafios, posicionando, simultaneamente, a China cada vez mais no centro das cadeias de produção de energia, num mundo que territorializa as relações económicas numa lógica de Guerra Fria (Schindler et al., 2023), especialmente em regiões de disputa geopolítica entre potências, como a América Latina e Caraíbas.

Dessa forma, a temática da *Green Silk Road* na América Latina ganha relevância, na medida em que a política externa chinesa aumenta a sua influência no setor de energias renováveis nesses países, e promove a transição para uma economia verde no Sul Global. Em países como a Argentina e o Chile, essa ampliação de infraestruturas de energia renovável possui uma participação chinesa ainda mais elevada. A expansão da colaboração em setores como a produção de hidrogênio verde e a mineração de lítio e cobre fundamentam a posição privilegiada desses países no escopo da FRC. Apesar de tudo, enquanto a potência asiática demonstra apoio à transição energética dos parceiros latino-americanos, esse ímpeto gradual coloca em questionamento a posição dos Estados Unidos na sua zona tradicional de influência geopolítica.

Em um contexto onde a China se aproxima dos estados latino-americanos, a resposta dos EUA tem impactado suas relações com a ALC. Especialmente sob o governo Trump, os EUA têm promovido um aumento de tarifas, isolamento econômico, extinção de fundos de assistência humanitária a países do Sul Global e um discurso que antagoniza a atuação de iniciativas como o BRICS (Executive Office of the President of the United States, 2025; Executive Office of the President of the United States, 2025b; Bolzani, 2025). O governo de Trump ainda se opõe vigorosamente à expansão da FRC na América Latina, exercendo pressão para que os países da região abandonem iniciativas de cooperação económica com a China, como evidenciado pelo caso do Panamá, que se tornou o primeiro país latino-americano a deixar a FRC (The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2025).

A Argentina e o Chile, portanto, tornam-se importantes testes à Diplomacia Ambiental chinesa na ALC, que ganha espaço com a expansão da *Green Silk Road* na região,

centralizando a China como ator nas energias renováveis. A pertinência do tema reside, então, na importância da compreensão das dinâmicas de cooperação no enquadramento da *Green Silk Road* na ALC. A iniciativa chinesa desempenha um papel fundamental no combate de longo prazo às mudanças climáticas e na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que se enquadre nas circunstâncias do Sul Global. Ainda, os movimentos decorrentes dessa expansão redefinem o cenário geopolítico e as relações econômicas entre os países latino-americanos, a China e os EUA, produzindo resultados que gradativamente redesenham as estruturas da conjuntura internacional.

iii. Revisão de Literatura

Nos últimos anos, a China passa cada vez mais a assumir um novo papel como agente promotor da governança climática no meio internacional e, por meio de uma política externa guiada por princípios como a Cooperação Sul-Sul, tem um papel ainda mais ativo na transição energética de países em desenvolvimento. Nesse panorama, a ecologização da FRC, aliada a um crescente interesse chinês nos mercados da América Latina e Caraíbas, apresenta uma janela de oportunidades única para que os países integrados à iniciativa na região possam esboçar um caminho até a neutralidade de emissões. Esse trabalho buscará se aprofundar nos casos da Argentina e do Chile. Os dois países, que oficializaram a adesão à Iniciativa em 2018 e 2022 respectivamente, apresentam dois panoramas marcadamente distintos, tanto nas suas relações com a potência asiática, quanto no seu engajamento com a FRC, que denotam a complexidade das dinâmicas que atravessam a política externa latino-americana.

Observando o caso da Argentina, encontramos um país que ainda antes de se tornar um parceiro da FRC, já integrava a China como um parceiro fundamental no seu processo de transição e descarbonização da sua matriz energética. No entanto, a Argentina, que enfrenta um momento de crise econômica e forte polarização, se vê em meio a um ambiente de crescentes incertezas políticas - que se traduzem em inconsistências na sua política externa, fragilizando cada vez mais as relações diplomáticas com a China. O Chile, que por sua vez, apresenta uma posição histórica de proximidade diplomática e cooperação aprofundada com a China, procura cada vez mais incentivar a sua integração em projetos de energia verde, na medida em que a China também intensifica a sua presença em áreas como a extração de lítio e investimentos em energias renováveis na América Latina.

No contexto da atuação da Rota da Seda na Argentina e no Chile, a literatura tem se centrado em alguns pontos principais. Entre eles, a crescente presença da FRC na América Latina e Caraíbas, o investimento chinês no setor de energias renováveis de ambos os países sob a bandeira da *Green Silk Road*, além das dinâmicas que decorrem de uma transição energética na América Latina alicerçada na cooperação com a China. Esses tópicos têm sido explorados por estudiosos das Relações Internacionais nos últimos anos, fornecendo importantes insights para melhor compreender os impactos de uma América Latina a aproximar-se da esfera de influência chinesa. No âmbito da expansão da Rota da Seda para a ALC, autores enfatizam o crescimento das relações comerciais China-ALC, que dispararam em explosivas 25 vezes em 20 anos - de $12 bilhões em 2000 para $315 bilhões em 2020 - elevando a importância da região para Pequim (Jáuregui, 2021). Autores exploram diferentes

perspectivas para explicar o crescimento do investimento chinês na região, que totalizou $148,9 bilhões no período entre 2005 e 2020 (Peters, 2021).

Para alguns, esse movimento compõe parte da estratégia de política externa do governo chinês para exportar o chamado "Consenso de Pequim" através da cooperação com o Sul Global (Chaisse & Hsieh, 2018; Marcoux & Sylvestre-Fleury, 2022), além de buscar preencher um vácuo deixado por uma presença letárgica dos Estados Unidos da América na sua própria zona tradicional de atuação (Lei, 2024), territorializando as esferas de influência e competindo pela centralidade nas cadeias de produção num retorno a uma lógica de Guerra Fria (Schindler et al., 2023). Entre os fatores explicativos dessa aproximação, outros autores apontam motivações como a propagação do *soft power* chinês (Yu, 2015; Nedopil, 2022), e uma tentativa de "comprar" o apoio de alguns atores em questões do interesse nacional chinês, como o reconhecimento da One China Policy e o isolamento diplomático de Taiwan. (Berg, 2021). Ainda nesse sentido, problemas como o risco de uma dependência insustentável e a armadilha da dívida chinesa também aparecem como pontos importantes no debate (Oosterveld et al., 2018; Gonzalez-Vicente, 2021).

Por outro lado, autores também rejeitam a visão de que a incursão chinesa na ALC seja motivada por uma afronta geopolítica ao domínio americano na região, argumentando que o cenário corresponderia, antes, a uma consequência natural da política de "Going Out" da China e da busca por fontes diversificadas de recursos naturais e energéticos (Wise & Chonn Ching, 2017; Rocha y Bielschowsky, 2018) para compensar o défice de recursos do país continental e abastecer a sua população em crescimento. Nos casos da Argentina e do Chile, ambos os países - que dispõem de condições geográficas para produção altamente competitiva de energia eólica, solar e hidrogênio verde (Armijo & Philibert, 2020) - acabam por despertar o interesse da atividade chinesa no contexto da FRC.

Nesse cenário, a Argentina pode se beneficiar da incursão da *Green Silk Road* na América Latina, promovendo uma recuperação econômica ao mesmo tempo em que avança na sua transição energética (Jáuregui, 2021). Por outro lado, alguns autores ainda enfatizam as consequências adversas que uma mudança na matriz energética poderia trazer para a América Latina. A construção de infraestrutura energética verde "geralmente requer mais recursos minerais do que os seus homólogos baseados em combustíveis fósseis" (IEA, 2022, p.5). Além disso, os impactos deixados pela corrida aos minerais críticos são tidos como um dos principais desafios para uma descarbonização justa e sustentável (Voskoboynik, & Andreucci, 2021). Desse modo, as economias do Sul Global e especialmente as latino-americanas, que possuem notórias reservas de matérias-primas relevantes, acabam por correr o risco de arcar com os custos ambientais de uma transição energética em larga escala.

Num cenário onde o combate às mudanças climáticas legitimam cada vez mais o "extrativismo verde", a reprodução das dinâmicas Norte-Sul manifestam-se também na extração desregulada de matérias-primas, além da apropriação de terras, deslocamento e reassentamento populacional (Dorn et al., 2022; Dunlap et al., 2024). Essas interações podem dar origem a um "Colonialismo Verde", onde os benefícios da descarbonização são exportados, e as economias em desenvolvimento são obrigadas a arcar com os prejuízos das externalidades negativas do extrativismo (Dorn, 2022; Sandström, 2024). A degradação ambiental e a deterioração das condições de trabalho nas economias nacionais são alguns dos subprodutos dessa dinâmica. A mineração de lítio, por exemplo, tem sido apontada como

responsável por diversos prejuízos ambientais e conflitos diretos com comunidades locais na Argentina e Chile (Dorn, 2021; Dorn & Gundermann, 2022; Ciftci & Lemaire, 2023). Dessa forma, o debate acerca da justiça ambiental por trás desses projetos, provoca a necessidade de repensar a natureza da cooperação renovável China-ALC.

Essas relações, portanto, podem estar a assumir uma estrutura de Centro-periferia - onde a China importa matérias-primas e exporta bens de alto valor agregado - mascarada por uma retórica de cooperação Sul-Sul (Bernal-Meza, 2016). Nesse sentido, a capacidade de traduzir uma adesão à FRC em projetos de impacto ambiental pode ser condicionada pela proximidade entre os países latinos e o gigante asiático, assim como pela evolução das suas políticas nacionais em relação às mudanças climáticas. A Argentina, por exemplo, que historicamente apresentou uma proximidade pragmática a Pequim, vê na eleição de Javier Milei o surgimento de uma forte retórica anti-chinesa e um súbito alinhamento a Washington como fator determinante da sua política externa (Ellis, 2024). Além disso, Milei incorpora discursos de negação das mudanças climáticas, rejeitando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A Argentina, desde então, passa a colocar em causa o seu comprometimento com as metas climáticas estabelecidas pelas presidências anteriores. Sob Milei, o país também promove cortes no financiamento de pesquisa e desenvolvimento, criando um ambiente de intranquilidade quanto ao futuro das políticas climáticas na Argentina (Debat, 2024; Nori et al., 2024). Em essência, a transição energética na América Latina é um processo multivetorial, e o crescente posicionamento da China como ator central na produção de tecnologias renováveis impacta profundamente esse processo. Ou seja, a ecologização da FRC projeta a China como potência verde, facilitando a transição energética da América Latina, ao mesmo tempo que aproxima as duas regiões. A adesão do Chile e da Argentina à FRC sinaliza um aprofundamento da integração chinesa com a ALC, favorecendo o alargamento de laços econômicos entre Pequim e os países latino-americanos e possibilitando a neutralidade de emissões no longo-prazo. Por outro lado, como essa aproximação também é fundamentalmente conectada aos interesses chineses no acesso a recursos estratégicos, como os minerais críticos, essa integração pode produzir impactos para a soberania dos Estados da região no controle desses bens.

iv. Metodologia e Quadro Teórico

Tendo em mente os objetivos dessa dissertação, o estudo será realizado por meio de uma análise interpretativista dos fenômenos subjacentes à expansão da *Green Silk Road* na América Latina. Para a recolha de dados, o trabalho passará pela análise predominantemente qualitativa, composta por fontes primárias (tais como documentos oficiais, discursos de estadistas chineses, argentinos e chilenos e relatórios de instituições) e fontes secundárias (livros, capítulos e artigos científicos). Estes, auxiliarão na compreensão das mudanças ocasionadas pela presença da FRC e os seus impactos na renovação da matriz energética da ALC.

O trabalho contará com um estudo de caso como ferramenta metodológica de investigação, recorrendo à análise comparativa dos dois casos escolhidos - a Argentina e o Chile - para compreender a evolução dos respectivos processos de transição energética à luz das suas diferenças e semelhanças. Esse trabalho adotará uma ontologia anti-fundacionalista,

assumindo um olhar construtivista e compreendendo o ambiente internacional como construído socialmente, moldado pelas percepções e relações de identidade que marcam as relações entre os atores. Admitindo, desse modo, um mundo determinado por construções sociais da realidade, definidas pelas visões de mundo de atores que são, ao mesmo tempo, dotados de visões moldadas por processos políticos, sociais e históricos e influenciados pela estrutura construída (Furlong & Marsh, 2010).

Dessa forma, o trabalho seguirá uma epistemologia interpretativista, significando, desse ponto de vista, que "Fenômenos sociais não podem ser compreendidos de forma independente da nossa interpretação deles; na verdade, são essas interpretações/compreensões dos fenômenos sociais que afetam diretamente os resultados" (Furlong & Marsh, 2010). A compreensão de cada fenômeno social só pode existir na lógica da interpretação do significado desses fenômenos dentro de um contexto. Com isso, a visão de um observador completamente objetivo é rejeitada, argumentando que o mundo é socialmente construído e cabe às ciências sociais analisar as formas que essa construção pode tomar. Portanto, o interpretativismo proporciona uma lente que enquadra o ambiente internacional como constituído pelos discursos dos agentes, que se relacionam intersubjetivamente.

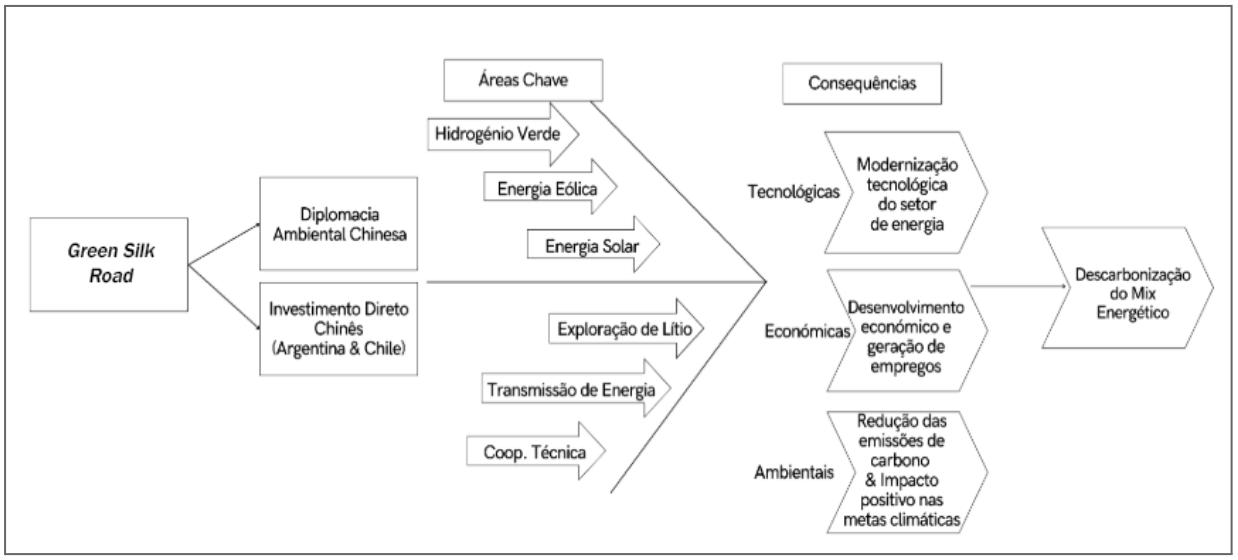
A transição energética pode ser definida como "Um período de transição de uma configuração de principais forças motrizes e combustíveis dominantes para uma nova estrutura" (Smil, 2004, p. 549). Hoje, o conceito se refere a uma mudança no mix energético - partindo de uma maior dependência de fontes emissoras de carbono para uma combinação de combustíveis e tecnologias com menor impacto climático (Janardhanan, 2018). A transição energética é ainda, segundo Janardhanan (2012, p. 5), "uma decisão política, impulsionada principalmente por objetivos sociais, econômicos, geopolíticos e ambientais de um país". Nesse panorama, o entendimento dos impactos gerados pela FRC na orientação das políticas externas desses Estados, nos permite alcançar uma visão compreensiva dos elementos geopolíticos, econômicos, sociais e ambientais, que, portanto, se constituem como os motores da descarbonização.

Visando compreender o papel de crescente importância da China como ator da governança ambiental através da atuação da *Green Silk Road*, adotaremos o quadro da Diplomacia Ambiental. Como conceito, a Diplomacia Ambiental refere-se primariamente a negociações internacionais que tratam dos problemas ambientais como poluição e alterações climáticas em larga escala (Broadhurst and Ledgerwood 1998). Para além disso, o termo compreende também as políticas climáticas adotadas pelos Estados, em concordância com os compromissos determinados pelos países durante os encontros internacionais (Karakır, 2018). A China, um ator tardio na governança ambiental, alinhou-se historicamente com o grupo G77 nas negociações climáticas, sustentando uma posição conjunta com o grupo de países do Sul Global e potências emergentes (Hallding et al., 2013; Duarte, 2024).

Apesar disso, o país - que passa por um rápido processo de industrialização e urbanização - se vê obrigado a lidar com problemas relacionados com a poluição e emissões crescentes de carbono, e pressões internas e externas levam a China a redesenhar a sua atuação na governança climática. Em 2007, o país lança a sua primeira iniciativa para endereçar os problemas do aquecimento global, no seu primeiro Programa Nacional para as Mudanças Climáticas (National Development and Reform Commission of the People's Republic of China, 2007). A partir de então, a China cumpre um papel cada vez mais expressivo na governança climática, atuando ativamente nas negociações que levaram ao

Acordo de Paris e apresentando a sua primeira NDC em 2016. Nos últimos anos, a China tem expandido as suas ambições climáticas, tendo anunciado, em 2020, a meta de alcançar a neutralidade de carbono até 2060. A Diplomacia Ambiental chinesa carrega também uma componente importante no fortalecimento da imagem internacional do país e na propagação do seu *soft power*, instrumentalizando a FRC e investimentos no setor das energias verdes como ferramenta de *soft power* (Harlan, 2020; Nedopil, 2022). No contexto da atuação da China na ALC, a *Green Silk Road* é responsável por introduzir novas forças no ecossistema político da região, influenciando o processo de renovação das matrizes energéticas regionais.

Figura 1. Efeitos da *Green Silk Road* na transição energética da Argentina e Chile.



Fonte: O candidato. Com base em (Janardhanan, 2012).

De acordo com Bennet & Elman (2007), a proeminência dos métodos qualitativos nas Relações Internacionais reflete as vantagens desses métodos para o estudo de fenômenos complexos, relativamente pouco estruturados e infrequentes, que estão no centro do campo. Nesse sentido, a metodologia, que estabelece os princípios que guiam a escolha do método, será predominantemente qualitativa. Ainda, este trabalho promoverá uma análise através dos estudos de caso da Argentina e Chile. Ao aplicarmos o most similar systems design, escolhemos como objetos de pesquisa sistemas que sejam o mais semelhantes possível, exceto no que diz respeito ao fenômeno cujos efeitos estamos interessados em avaliar (Anckar, 2006). Com isso, a escolha dos dois casos seguem uma lógica de most-similar case comparison, motivada por uma aparente similaridade dos dois Estados em muitas das variáveis relevantes, dividindo até certa medida planos de fundo historicamente similares em áreas como geopolítica, ambiente e desafios estruturais. Essas semelhanças nos permitirão isolar de forma mais aprofundada as variáveis relevantes, que derivam das diferentes respostas à atuação da *Green Silk Road*. Ou seja, consideraremos, a partir das mudanças trazidas pela *Green Silk Road* a esses países, o impacto dessas consequências geopolíticas, econômicas, sociais e ambientais nos seus respectivos processos de transição energética.

v. Estrutura

Para alcançar os objetivos delineados acima, a dissertação será estruturada em três capítulos, seguidos de uma conclusão. No primeiro capítulo, contextualizaremos o processo de criação da FRC, assim como a aproximação econômica e política da China com a região da ALC. Esse processo culmina na expansão da iniciativa para a América Latina, que passa a ser palco das dinâmicas de disputa hegemônica entre os EUA e a China. Adicionalmente, o primeiro capítulo tratará do processo de surgimento da China como potência verde e líder no desenvolvimento de tecnologias verdes. Esse processo, por sua vez, conduz à ecologização da FRC e à criação da *Green Silk Road*, que amplificam as ambições chinesas no setor de energias renováveis.

No segundo capítulo, focaremos no estudo de caso do Chile. Abordaremos a evolução dos compromissos climáticos chilenos, assim como os planos nacionais para o desenvolvimento de setores-chave para a descarbonização, como a mineração de lítio e o hidrogênio verde. Posteriormente, abordaremos o envolvimento da China no setor energético do Chile, assim como a cooperação em energias renováveis no âmbito da *Green Silk Road*. Exploraremos também os riscos ambientais e desafios que surgem como consequências, diretas ou indiretas, da incursão chinesa e do crescimento das atividades extrativistas no país. No terceiro capítulo, observaremos a Argentina, nosso segundo estudo de caso. Nossa análise passará pela construção da diplomacia ambiental argentina e o gradual desenvolvimento das suas metas climáticas. Trataremos da cooperação sino-argentina no setor renovável e do papel da Argentina como fonte de minerais críticos. Por fim, abordaremos como os aspectos políticos, ao longo de diferentes governos, alteraram o ecossistema do *policymaking* argentino, condicionando processos como a integração do país à *Green Silk Road* e a construção de políticas públicas voltadas à descarbonização.

2. A Faixa e Rota Chinesa na América Latina e Caribe

Neste capítulo, falaremos do contexto que conduz o país até a criação da FRC, que ganha contornos estratégicos únicos, na medida em que a China expande sua esfera de influência enquanto também compete por espaços políticos na disputa hegemônica com os EUA. A contextualização dos processos históricos que envolvem a industrialização chinesa e seu crescimento econômico tem como objetivo compreender a construção do papel da China como potência verde e exportadora de tecnologias renováveis.

2.1. O contexto histórico

Num processo que vem alterar profundamente as dinâmicas da economia internacional, a reemergência da China como potência global surge como o grande acontecimento geopolítico do século XXI. A industrialização chinesa, acompanhada de um surpreendente crescimento econômico a partir dos anos 2000, transformou profundamente o país. A China deixa para trás uma formação econômico-social agrícola e pré-capitalista para tornar-se uma potência industrial e tecnológica com uma população urbana em poucas décadas. Em 1978, a China, até então o país mais populoso do mundo, era marcada por uma população maioritariamente rural e uma economia agrícola de baixa produtividade, onde a agricultura representava 28,1% do Produto Interno Bruto (PIB) chinês e absorvia 70,5% força de trabalho do país (Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China, 2019).

Abrangentes reformas econômicas promovidas pelo Estado chinês sob a liderança de Deng Xiaoping resultaram em um aumento substancial na produtividade agrícola no país, abrindo caminho para a realocação da mão de obra camponesa para o setor industrial em crescimento. Nas décadas seguintes, o desenvolvimento de uma robusta indústria nacional de exportação na região costeira do país, impulsionadas por altos investimentos governamentais, absorve a população rural, urbanizando cada vez mais a China e transformando o país na chamada "fábrica do mundo". Por volta dos anos 2000, o setor agrícola já representava menos de 15% do PIB, enquanto a contribuição do setor industrial para o PIB do país excedia os 45% (World Bank, 2024). A partir da década de 2010, a China - ascendendo à posição de segunda maior economia do mundo - atinge um novo patamar de desenvolvimento. A ascensão da China vem transformar também as ambições do país na esfera internacional, onde assume um papel de crescente preponderância, expandindo a sua esfera de influência numa política externa centrada na cooperação Sul-Sul.

O surgimento da China como ator global vem pôr em causa a ordem unipolar vigente e a potência asiática passa a influenciar ainda mais espaços caracterizados por uma menor presença estratégica dos EUA. A China, apesar de não antagonizar diretamente os EUA e a ordem internacional fundada na hegemonia americana, propõe uma visão alternativa de governança global, reivindicando o papel das potências emergentes na construção de um mundo que reflita verdadeiramente os seus interesses. O ímpeto chinês para alterar as regras do jogo e buscar uma contrapartida à ordem vigente pode ser exemplificado pela atuação da China na criação dos BRICS. Hoje, o grupo em processo de expansão, é formado por países emergentes e promove pautas como a democratização da ordem internacional, a reforma das instituições financeiras internacionais e a desdolarização da economia global (BRICS, 2025). Assim, a solidificação das relações com os países emergentes coloca, portanto, a China em uma posição de crescente proximidade com o Sul Global, tendo superado os Estados Unidos como principal parceiro comercial da África ainda em 2009 (Xinhua, 2025).

Nas relações bilaterais com os Estados da ALC - uma região historicamente marcada pela forte influência econômica e política por parte dos EUA - a China utiliza uma estratégia de avanços cumulativos em uma diplomacia feita a passos graduais (Shuangrong & He, 2012). A história da relação diplomática dos países latino-americanos com a China moderna tem início em 1971, com o reconhecimento da República Popular da China (RPC) como o representante legítimo da China na Organização das Nações Unidas, substituindo o governo de Taiwan. Esse evento marca o início de uma onda de restabelecimento de relações diplomáticas com a China na América Latina, onde já no fim da década de 1980, 17 Estados haviam reatado laços diplomáticos com a RPC. As relações China-ALC crescem em um ritmo estável até a chegada dos anos 2000, quando se inicia um período de aceleração na integração entre as duas regiões.

Desde então, a China passou a estabelecer acordos de livre comércio com os seus principais parceiros comerciais na região, que começa com a assinatura de um Acordo de Livre Comércio com o Chile em 2005 e um Acordo de Livre Comércio com o Peru em 2010. Nesse panorama, a aproximação crescente entre as duas regiões e as necessidades chinesas de suprir um mercado interno em crescimento acabam por transformar a China em um importante destino para as exportações latino-americanas. Com isso, o comércio entre a China e a ALC multiplicou-se de maneira exponencial em 25 anos, passando de $12 bilhões no ano 2000 para alcançar a marca histórica de mais de $518 bilhões em 2024 (Xinhua, 2025c). Hoje, a China ocupa o lugar de segundo maior parceiro comercial da América Latina e já é o principal parceiro comercial de países como Chile, Brasil e Peru (Xinhua, 2025b). O aumento do interesse chinês na América Latina surge de diversos fatores, entre eles, uma demanda crescente por *commodities* e uma necessidade de buscar novas fontes de minerais brutos. Esses recursos permitem à China posicionar-se um passo à frente na corrida global por recursos naturais e metais críticos, considerados estratégicos para a indústria dos semicondutores, microchips e 5G, empregados na produção de baterias, energia limpa e na produção de alta tecnologia.

Além disso, a questão do reconhecimento de Taiwan também entra na equação geopolítica da aproximação da China com a ALC, especialmente no que tange o aprofundamento de relações com os Estados insulares do Caribe. Gonzalez-Vicente (2021) divide a aproximação chinesa com o Caribe em três etapas distintas: uma etapa de investimentos limitados, focada numa diplomacia econômica que buscava reverter o reconhecimento de Taiwan nesses países, até 2007. Depois disso, a segunda e terceira etapas são marcadas pela presença da *Going-out Policy* e da FRC, caracterizadas por investimentos em infraestrutura e extração de recursos naturais. Durante essa primeira fase de aproximações, dois Estados insulares do Caribe, Dominica e Granada, romperam o reconhecimento diplomático com Taiwan e estabeleceram relações com a RPC em 2004 e 2005, respectivamente.

A América Latina, por outro lado, é uma região que ingressa tardiamente no radar das políticas de expansão global chinesas, que têm a sua gênese na década de 1990, sob a liderança de Jiang Zemin. No contexto de uma China que buscava acelerar o crescimento econômico dos polos industriais, Jiang Zemin defendia a continuidade do processo de abertura externa da China, focado no fortalecimento do papel das State-owned Enterprises (SOEs) chinesas nos mercados globais e na necessidade de modernização da economia diante da globalização (Jiang, 1992). Com isso, o mercado chinês abre-se crescentemente para o

mundo a partir dos anos 2000, com a entrada da China na OMC e o lançamento da chamada *Going Global* ou *Going-out Policy*. Esse quadro buscava auxiliar empresas estratégicas na inserção no mercado global, fortalecendo a posição das SOEs chinesas no mercado global e promovendo fusões e aquisições de empresas estrangeiras. Em 2005, a China negocia a aquisição do IBM Personal Systems Group pela Lenovo, por $1,3 bilhões (The New York Times, 2005).

Além da dimensão econômica, a China passa a projetar-se globalmente, buscando expandir o *soft power* chinês, especialmente no Ocidente, e promover uma visão mais harmoniosa do país. A partir de 2009, a China inaugura a CNC World News, divisão anglófona da agência de notícias estatal chinesa Xinhua, além de expandir a publicação de jornais chineses em língua inglesa, como o People's Daily e o Global Times (Hu & Ji, 2012). No contexto da Going-out Policy, a China se integra cada vez mais profundamente na economia global, atraindo investimento direto estrangeiro (IDE) para o país, e, ao mesmo tempo, promovendo um aumento do IDE chinês no exterior. Em 2002, os fluxos de IDE da China para o exterior representavam $2,76 bilhões, número que chega a $56,53 bilhões em 2009 (Ministry of Commerce of the People's Republic of China, 2011). Essa tendência ganha tração com o crescimento da economia chinesa e, por consequência, a *Going-out Policy* acaba por ser substituída - com a ascensão de Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido Comunista da China - por uma estratégia de política externa ainda mais ambiciosa: a iniciativa da Faixa e Rota Chinesa.

2.2. A Faixa e Rota Chinesa

Inaugurada em 2013, durante uma visita de Xi Jinping ao Cazaquistão, a FRC marca o início de uma nova era para a China. Apesar do foco inicial na sua vizinhança imediata, a Ásia Central e Sudeste Asiático, a iniciativa rapidamente se expande em direção ao Ocidente. Enquadrados na FRC, estão sete corredores econômicos conectando a China à Ásia Central, Europa, Sudeste Asiático e à África, que fortalecem a conectividade de infraestrutura, o comércio e a integração financeira da região. Entre os sete corredores (seis terrestres e um marítimo) estão o Corredor econômico China–Mongólia–Rússia, o Corredor Euroasiático, o Corredor econômico China–Ásia Central–Oeste Asiático, o Corredor China–Península da Indochina, Corredor China–Paquistão e o Corredor China–Índia–Myanmar. Além disso, a iniciativa conta com um corredor marítimo que liga o litoral chinês ao Mar Mediterrâneo e à África, passando pelo Oceano Índico e atravessando o Canal do Suez (Belt and Road Portal, 2025). Desse modo, a implementação bem-sucedida da FRC no continente asiático motiva uma progressiva expansão do escopo da iniciativa. Em 2017, dá-se início a integração da iniciativa à região da América Latina e Caribe, referida pelo Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, como uma "extensão natural" da FRC (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2024a).

A China, que passa por um processo de urbanização e modernização acelerada no século XXI, se vê obrigada a promover uma diversificação da sua rede de importações, tanto para abastecer *commodities* com segurança ao seu mercado interno, quanto para assegurar uma maior diversidade de fontes de energia. Para o país, que importa cerca de 25% da sua matriz energética, a integração da América Latina torna-se estratégica (IEA, 2025). Integrada à componente marítima da FRC, a ALC surge como um caminho alternativo para garantir ao país a criação de novas rotas de comércio, interligando a economia chinesa a uma gama ainda

maior de atores. Esse movimento estratégico de diversificação econômica da China pode ser tido como parte de um processo que visa o enfrentamento de vulnerabilidades inerentes a uma economia global cada vez mais interdependente.

Em um contexto onde eventos externos circunstanciais têm sido responsáveis por interrompimentos substantivos nas cadeias produtivas globais (como no caso da pandemia ou no pós-invasão da Ucrânia em 2022) a China busca reduzir dependências para resguardar-se dessas complicações. O país, que também enfrenta um cenário de tensões no estreito de Taiwan, e uma guerra tarifária com os EUA, busca na diversificação econômica uma solução para esses problemas. Ainda assim, quando falamos do enfrentamento de vulnerabilidades históricas, o envolvimento da China no setor energético da América Latina pode surgir como um vetor estratégico para mitigar as fragilidades decorrentes do "Dilema de Malaca"[1].

Apesar disso tudo, a incorporação da América Latina à FRC não surge como uma decisão estratégica unilateral por parte de Pequim. A expansão da FRC enfrenta um contexto interno na China onde o medo de "sobrecarregar" o alcance da iniciativa e o receio de uma possível resistência geopolítica por parte dos EUA alimentavam preocupações das elites políticas e intelectuais. Como evidenciam Oliveira & Myers (2021, p.15), a incorporação da ALC surge em um processo co-produzido por um forte *lobbying* das elites latino-americanas. Estas foram cruciais para o processo de extensão da FRC à região, num momento onde "não existiam vozes de destaque no governo chinês defendendo a inclusão da América Latina no escopo oficial da Iniciativa da Faixa e Rota Chinesa durante os primeiros anos da iniciativa".

Politicamente, a China e a ALC têm se aproximado cada vez mais nos últimos anos, numa união que culminou na criação do fórum China-CELAC e na expansão da FRC para a região. Lançado em Pequim, no ano de 2015, o fórum China-CELAC foi criado visando a promoção de uma relação baseada na igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum entre a China e os Estados da ALC (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2016b). Rapidamente, o fórum se tornou uma importante plataforma para coordenação política entre a China e a ALC, além de um instrumento para dar vida aos planos de expansão da FRC para a América Latina (Abrão, 2022). Durante o primeiro encontro do fórum, os países assinaram o "China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019)", documento que lista áreas prioritárias e medidas específicas para a cooperação geral China-ALC (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2015). No documento, os países incluíram um plano de cooperação na área de energia, onde as partes se comprometem a "melhorar a colaboração nos setores energético e mineral, incluindo a investigação e o desenvolvimento tecnológico, e a utilização sustentável dos recursos naturais" (Xi, 2015).

Durante a segunda edição do Fórum, em 2018, a China deu início ao processo de alargamento da FRC, estendendo o convite para os países da América Latina integrarem a iniciativa. Após uma entrada adiantada do Panamá na Iniciativa em 2017, Estados como Chile, Bolívia e Trindade e Tobago ingressaram através de acordos realizados após o Segundo Fórum China-CELAC em 2018. Com isso, a FRC expandiu-se pela região num ritmo surpreendente, integrando 22 países da ALC em 2025 (Nedopil, 2025). Desde então, o

[1] O chamado Dilema de Malaca consiste em uma vulnerabilidade estratégica chinesa, causada pela dependência chinesa das importações energéticas que atravessam o estreito de Malaca. Em caso de cerco militar, a China teria o seu fluxo de importações suscetível a interrupções e bloqueios.

Fórum tem sido palco para o desenrolar de importantes acordos, como a entrada da Colômbia na FRC, firmado após uma reunião bilateral entre Xi Jinping e Gustavo Petro, durante o Quarto Fórum China-CELAC, em 2025, sediado em Pequim (The National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference, 2025).

Apesar da sua chegada tardia na América Latina, a bandeira da FRC dá uma nova face ao financiamento chinês em projetos de infraestrutura na região. Enquanto alguns projetos que já existiam antes da chegada da iniciativa à ALC são rebatizados como sucessos da FRC, novos importantes projetos também são colocados em pauta pela China. No Panamá, a ferrovia Cidade do Panamá-David, tem o seu estudo de viabilidade encomendado em 2018, logo após a entrada do país na iniciativa (Xinhua, 2018b). E no Caribe, dois países que ganham destaque no contexto da atuação da FRC são a Jamaica, Trinidad e Tobago. Para o caso da Jamaica, as incursões chinesas no país começam na indústria açucareira jamaicana, que recebe um investimento de $260 milhões da companhia chinesa Pan-Caribbean Sugar Company (Gonzalez-Vicente, 2021). No setor de infraestrutura, a companhia China Harbour Engineering Company (CHEC) surge como principal ator no mercado da Jamaica. Depois de ter um grande projeto cancelado por questões ambientais em 2016, a CHEC negocia com sucesso a realização do megaprojeto de $1,3 bilhões que previa a extensão da Rodovia 2000 na Jamaica, ligando o país de norte a sul (Caribbean Journal, 2013; Caribbean Development Bank, 2017).

Em Trindade e Tobago - o primeiro Estado do Caribe a ingressar na FRC - a pegada das atividades chinesas pode ser traçada a um leque de projetos, especialmente no que tange o setor de construção. Entre eles, destacam-se construções feitas pela Shanghai Construction Group, como o Velódromo Nacional de Ciclismo, o Centro Aquático Nacional, o Centro Nacional de Tênis e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro (Gonzalez-Vicente, 2021). Além disso, a China e o governo do país também firmaram acordos para o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura, buscando impulsionar a atividade industrial do país caribenho e, ao mesmo tempo, reduzir a sua dependência histórica nos setores de energia e petróleo. Nesse sentido, os países negociam a construção do Parque Industrial Phoenix - um projeto emblemático da cooperação entre a China e Trinidad e Tobago no âmbito da FRC - inaugurado em 2024 e financiado por meio de um empréstimo de $104 milhões do Banco de Exportação e Importação da China (Xinhua, 2024). Outro grande empreendimento anunciado pelo país é a construção de um ancoradouro em La Brea, que deveria também ser concretizado pela CHEC, após a assinatura de um MoU negociando a sua participação em 2020. O projeto com custo estimado em $500 milhões, no entanto, acaba por ficar nas mãos de outra gigante chinesa, a China Gezhouba Group Corporation, mas é colocado em pausa por problemas de regulamentação ambiental em 2023 (Trinidad Express, 2023).

Por outro lado, quando olhamos para além do Caribe, a implementação da FRC no restante do continente sul-americano, que abriga importantes parceiros comerciais da China na região, como a Argentina, o Brasil, o Chile, e o Peru, encontramos um ambiente com um leque maior de oportunidades para cooperação. A atividade chinesa no restante da América do Sul, ao contrário do Caribe, é marcada, portanto, por megaprojetos de infraestrutura, especialmente nos setores de infraestrutura ferroviária e portuária. Entre esses principais projetos, destaca-se a construção do Porto de Chancay, no Peru, e mais recentemente, o desenvolvimento de planos para a construção de uma ferrovia bioceânica, ligando o litoral brasileiro ao Oceano Pacífico através do porto peruano (O Globo, 2025).

O Porto de Chancay, inaugurado em 2021, surge como um dos mais importantes projetos que compõem a dimensão marítima da FRC na América Latina. Contando com um investimento de $1,3 bilhões por parte de Pequim, o projeto deverá ser construído pela chinesa COSCO Shipping Ports. O projeto deve reduzir os custos logísticos da rota de comércio Peru-China em 20%, dando tração à economia local, ao mesmo tempo que permite à China acessar novos mercados na América do Sul (Reuters, 2024). O projeto do Porto de Chancay altera as dinâmicas do transporte marítimo de mercadorias no Pacífico, permitindo que o comércio China-ALC contorne rotas tradicionais que dependiam logisticamente de portos no México e nos EUA, refletindo uma tendência de reconfiguração do posicionamento da ALC em meio aos dois polos na disputa hegemônica. Adicionalmente, a inauguração do porto cria as condições necessárias para a viabilização do projeto da Ferrovia Bioceânica, que ligará o porto peruano à malha ferroviária brasileira, chegando até o Oceano Atlântico pelo porto de Ilhéus, na Bahia (Ministério dos Transportes do Brasil, 2025).

Esse projeto, negociado sob a bandeira da FRC, reúne as ambições chinesas de desenvolver uma rota de comércio alternativa ao Canal do Panamá, assim como a necessidade sul-americana de construção de infraestruturas que possibilitem um aumento na integração econômica das economias regionais. Além disso, forma um novo corredor terrestre-marítimo ligando a China e a América Latina através do Oceano Pacífico, integrando a potência asiática às economias da região, ao mesmo tempo em que torna suas exportações mais competitivas no mercado global. Em 2025, o Brasil e a China assinaram, por intermédio do Ministério dos Transportes e da estatal chinesa China Railway, um memorando de entendimento que determina o início de estudos de viabilidade para a concretização do projeto (Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil, 2025).

Dentro da componente marítima da FRC, o Panamá é outro país que destaca-se pelo seu valor geopolítico, atuando como peça-chave do comércio marítimo mundial graças ao Canal do Panamá. Essa valiosa infraestrutura molda as relações do país com as grandes potências, sobretudo com os Estados Unidos, seu principal interessado estratégico. O canal, construído pelos EUA em 1914, com um custo estimado de $350 milhões, é de extrema importância para a circulação de mercadorias na região e capaz de reduzir a distância da viagem de embarcações em milhares de quilômetros. Além disso, o canal também possui um valor militar estratégico, possibilitando uma movimentação mais rápida de embarcações militares entre os oceanos. Esses fatores, entre outros, motivaram a ocupação do Canal do Panamá pelos EUA até 1999, quando o controle do canal é devolvido ao Panamá, alterando de forma definitiva as relações Panamá-EUA (Los Angeles Times, 2016; Martín & Boscán, 2023). Ao mesmo tempo, esse movimento acaba abrindo caminho para que a China, um ator de cada vez maior importância no comércio marítimo global, assegure sua influência sobre o canal.

Desse modo, com a crescente influência da China na construção de infraestrutura marítima na América Latina, o Canal do Panamá torna-se um ponto estratégico fundamental. A China, nesse cenário, adota duas abordagens distintas e complementares para driblar a dependência em infraestruturas marítimas controladas pelos EUA: a construção de uma rede de infraestruturas que reduza dependências ao canal do Panamá e uma aproximação estratégica ao Panamá. O principal empreendimento chinês que visava contornar a dependência do canal teve origem na Nicarágua. Em 2014, a companhia chinesa HK Nicaraguan Canal Development Investment anunciou que iniciaria a construção de um canal

ligando a costa atlântica à costa pacífica da Nicarágua (Turzi, 2017). Apesar da elevada importância estratégica do projeto, problemas de viabilidade econômica, impactos ambientais e capacidades impactaram no seu desenvolvimento. O ambicioso projeto - que prometia alterar para sempre as dinâmicas geopolíticas das Américas - acabou sendo adiado indefinidamente em 2024 (The Guardian, 2024).

O malogro do projeto chinês para a construção do Canal da Nicarágua, então, impede que a China construa uma rede de infraestruturas que contorne a inevitabilidade do Canal do Panamá no comércio regional. Somado a isso, o restabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Panamá acaba por redirecionar a visão chinesa sobre o Canal do Panamá, obrigando o país asiático a adotar uma abordagem estratégica de longo prazo para garantir a sua influência no Canal. Mesmo antes do fim da ocupação americana, companhias chinesas já operavam três portos importantes na região do Canal, e, após a saída dos EUA, a China passou gradualmente a ganhar mais influência sobre a operação do Canal (Chavez Rodriguez & Mohlin, 2023).

Em 2014, a CHEC já demonstrava interesse em participar na concepção, construção e financiamento de novos projetos no canal, mas as relações entre os dois países só ganharam um novo ritmo a partir de 2017 (Panama Canal Authority, 2014). Neste ano, o Panamá deixa de reconhecer Taiwan e formaliza relações com a China, meses antes de se tornar o primeiro país latino-americano a aderir à FRC (Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá & Government of the People's Republic of China, 2017). Por meio de um MoU assinado pelos dois países, o Panamá e a China estabelecem acordos de cooperação em áreas como conectividade de infraestruturas, comércio de mercadorias e mecanismos de investimento e cooperação financeira (Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá, 2017). Esse movimento foi seguido por uma série de acordos formalizados em 2017 e 2018, que determinou a construção de uma embaixada do Panamá em Xangai, e possibilitou avanços na cooperação em áreas como agricultura e energia. Garantindo à China uma posição privilegiada de crescente influência sobre o Panamá, as autoridades de ambos os países assinam um MoU sobre cooperação marítima, facilitando o transporte marítimo entre as partes, além de estimular investimentos e colaboração técnica (Autoridade Marítima do Panamá, 2017).

Apesar desses desenvolvimentos bilaterais, a influência dos EUA no Panamá surge como um vetor de desestabilização nas relações China-Panamá. Nesse panorama, em meio a ameaças e negociações controversas sobre o controle do Canal do Panamá durante o governo Trump, Washington cruza ocasionalmente a linha entre diplomacia e coerção para influenciar a saída do Panamá da FRC, que concretiza-se em fevereiro de 2025, (Al Jazeera, 2025). Esses desdobramentos acabam por provocar reações por parte da Nicarágua, que abre portas para o reavivamento do projeto do Canal da Nicarágua. Em 2025, o governo de Daniel Ortega aprova alterações à Constituição, que permitem ao Estado autorizar concessões para a construção do canal, meses após anunciar estudos de viabilidade de uma nova rota para o projeto do "Gran Canal", durante o XVII China-LAC Business Summit, que teve lugar em Manágua (LatinNews, 2025).

No contexto das crescentes tensões entre a China e os EUA, a aproximação da China com a ALC alterou também os pesos geopolíticos da região em duas importantes esferas: a disputa pela centralidade econômica e um realinhamento político da ALC através da

contestação deliberada da influência americana pela China (Mendez & Alden, 2021). A expansão da FRC para a América Latina não tem passado despercebida pelos EUA, cuja presença limita as opções de política externa dos Estados regionais, ao mesmo tempo em que a influência americana é enfraquecida pelo sucesso da FRC na região (Neto & Malamud, 2015). Para atingir esses objetivos, Washington tem costumeiramente produzido políticas e discursos que antagonizam a presença da China na ALC. Os EUA, portanto, acabam por criar um ambiente de incertezas na região, onde países são desincentivados de aderir aos projetos da FRC por medo de retaliações americanas.

Isso é evidenciado pela situação do Brasil, que apesar de ser o maior parceiro econômico da China na ALC, adia indeterminadamente, por uma série de razões, o seu ingresso à FRC. Entre elas, está a priorização de uma política de equidistância entre as duas superpotências, prevenindo um deterioramento das relações geopolíticas com os EUA (Rodrigues, 2022). Além disso, dúvidas acerca dos reais benefícios econômicos que decorreriam da adesão e o possível desenvolvimento de uma relação de dependência com a China também surgem como motivações para a manutenção do status quo (Almeida Ferreira Abrão & Amineh, 2024). A influência geopolítica dos EUA também pode ser traçada como motivação para o cancelamento de projetos de infraestrutura chineses no México (Montoya et al., 2019). A imposição de restrições à tecnologia chinesa do 5G na chamada Rota da Seda Digital, que pauta o eventual banimento da Huawei na Costa Rica em 2023, também pode ser enquadrada neste mesmo fenômeno (van der Westhuizen, 2024).

Como observam Schindler et al., “em contraste com a Guerra Fria, quando as alianças mudavam após uma revolução ou um golpe de Estado, hoje um governo recém-eleito pode cancelar um projeto de infraestrutura ou remover componentes da Huawei das suas redes digitais” (2023, p. 3). Nesse contexto, a ALC surge como palco de uma competição estratégica entre as duas superpotências - não só por alianças políticas - mas por posições privilegiadas nas cadeias de produção regionais. No seio dessa competição, entretanto, são assumidas novas formas de concorrência, que refletem a natureza profundamente econômica da nova disputa hegemônica. Enquanto o mundo é partilhado em diferentes zonas de influência, a corrida pelo controle de recursos energéticos e minerais dita o ressurgimento da relevância estratégica do Atlântico Sul (Ferreira-Pereira & Duarte, 2023). Nesse meio, a China e os EUA passam a protagonizar uma antiga disputa por centralidade, que assume novas formas sob uma ordem internacional em constante mudança.

2.3 Diplomacia Ambiental chinesa e a *Green Silk Road*

Entre os grandes vetores de mudança estrutural na ordem internacional, as alterações climáticas ganharam uma indiscutível relevância nas últimas décadas. Na medida em que o mundo passa a reconhecer os efeitos nocivos da emissão descontrolada de gases de efeito estufa (GEE). Contribuindo para o agravamento desse cenário, destaca-se o papel dos países do Norte Global, que acumulam taxas de emissões de CO_2 per capita mais de três vezes maiores do que as do Sul Global (Fuhr, 2021). Ao mesmo tempo, esses Estados deslocam progressivamente os centros de produção industrial poluente para países com menores regulações ambientais. Com isso, externalizam-se os custos ambientais para os países em

desenvolvimento enquanto valor agregado é adicionado às cadeias de produção globais, criando chamados "paraísos de poluição"[2] (Li et al., 2025).

As consequências da difusão de um modelo produtivo que beneficia-se da poluição e degradação acelerada do ambiente, acabam por se manifestar em diferentes fenômenos climáticos ao redor do planeta. Mudanças como o aumento generalizado de temperaturas, a presença cada vez mais recorrente de eventos climáticos extremos e até o risco de desaparecimento no longo-prazo de países insulares na Oceania, como o Kiribati e Tuvalu, surgem como consequências diretas da atividade humana (Labh, 2025). Embora o Norte Global desempenhe um papel determinante na perpetuação de um modelo produtivo incapaz de frear o aumento de emissões de GEE, ainda é importante delinear as fortes assimetrias estruturais entre os países do Sul Global.

Dentro desse grupo heterogêneo, encontra-se a China, que é hoje o maior emissor global de GEE, responsável por quase metade de todas as emissões do Sul Global (Global Carbon Project, 2025). Além de tudo isso, a China importa aproximadamente um quarto de toda a sua energia consumida, tornando o país o maior importador e consumidor de energia no mundo. Daqui resulta a relevância da sua política energética para a economia e governança climática global. No entanto, desde o fim do século XX, a comunidade internacional passou a consagrar uma atenção crescente às mudanças climáticas e seus efeitos negativos para o planeta. O aumento da concentração dos GEE na atmosfera e sua respectiva correlação com as mudanças climáticas causadas pela atividade humana também passam a ser reconhecidos pelo Estado chinês (Ding et al., 2007). Isso motiva a comunidade internacional, que passa a negociar tratados internacionais para frear a emissão de GEE no início da década de 1990.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, marcou importantes avanços na construção da ideia de desenvolvimento sustentável, destacando-se pela criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou UNFCCC (United Nations, 1992). A China, enquanto membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, passou a atuar ativamente nas negociações climáticas, alinhando-se a outros Estados em desenvolvimento no âmbito do grupo G-77 e assumindo uma posição de liderança dentro do grupo (Li, 2009). Durante as negociações, a China defendia a noção de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" na mitigação das mudanças climáticas, e expressava sua visão acerca da natureza da cooperação internacional e a soberania dos países em desenvolvimento.

Nessa ocasião, o então Primeiro-Ministro chinês, Li Peng, afirma que "Proteger o meio ambiente é uma tarefa comum da humanidade, mas as nações economicamente desenvolvidas devem assumir maiores responsabilidades" (Li, 2009). Assim, a China defendia uma ideia de desenvolvimento sustentável que levasse em consideração o papel histórico do Norte Global como emissores de GEE e que não agravasse as desigualdades na esfera internacional. De acordo com Wang (2026, para. 53), "Esse princípio refletiu-se notavelmente na estrutura bifurcada do Protocolo de Kyoto, segundo a qual os países desenvolvidos tinham metas de emissões vinculativas, enquanto os países em

[2] A ideia dos paraísos de poluição afirma que empresas multinacionais deslocam seus centros de produção para países com menores regulações ambientais como forma de reduzir custos. Esse fenômeno destaca as relações entre a globalização das cadeias de produção e o aumento das desigualdades, inclusive no âmbito da preservação do meio ambiente.

desenvolvimento, como a China e a Índia, não". Portanto, a primeira fase da Diplomacia Ambiental chinesa é marcada pelo papel da China nas negociações climáticas multilaterais. O país exercia seu *soft power* e atuava como uma voz em torno da justiça climática e dos interesses do Sul Global.

Até o início dos anos 2000, o Estado chinês beneficiou-se da ausência de metas de descarbonização para os países em desenvolvimento, continuando a crescer economicamente na medida em que a intensidade energética da sua economia também crescia. Dessa forma, a China tornou-se o maior emissor de GEE do mundo a partir de 2006, o que aumentou as tensões em torno da ausência de políticas climáticas no país. Isso, somado ao rápido crescimento econômico do país, faz com que a comunidade internacional pressione a China a adotar medidas climáticas que fossem condizentes com a sua posição de potência regional em ascensão (Duarte, 2024). Esse cenário motivou a China a produzir o seu primeiro Programa Nacional para as Mudanças Climáticas, em 2007 (National Development and Reform Commission of the People's Republic of China, 2007). Além disso, o país anunciou sua primeira meta de redução de emissões, durante discurso de Hu Jintao durante abertura da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em 2009. Durante seu discurso, o presidente afirmou que a China se comprometia a desenvolver as energias renováveis e a energia nuclear, buscando aumentar a participação de fontes não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 15% até 2020 (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2009).

Enquanto o governo de Hu Jintao já trazia indícios de uma China mais proativa em relação aos seus compromissos climáticos, na era Xi Jinping, a governança climática ganha uma nova dimensão de importância. Com Xi Jinping, encontramos uma China mais ambiciosa, cujas aspirações globais invocam um novo capítulo do papel chinês na promoção do desenvolvimento sustentável dentro e fora do país. O ímpeto da China neste novo capítulo manifesta-se em uma participação proativa, ao lado dos EUA, na concretização do Acordo de Paris, em 2015. Essa ocasião marca uma etapa histórica no combate às mudanças climáticas, onde, pela primeira vez, estabeleceram-se metas climáticas vinculativas a todos os Estados, independentemente do nível de desenvolvimento (UNFCCC, 2015). Em contraste com a posição defensiva da China nos governos anteriores, os compromissos ambientais em torno do desenvolvimento sustentável ganham centralidade sob o comando de Xi.

Nesse panorama, a China inaugura o que podemos chamar de segunda fase da sua Diplomacia Ambiental, quando o país passa a adotar uma postura de liderança no combate às mudanças climáticas no ambiente internacional. No quadro do Acordo de Paris, a China estabelece as suas primeiras Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) em 2016. Entre as metas estabelecidas na primeira NDC estavam: atingir o pico das emissões de CO2 até 2030; elevar a participação de fontes não fósseis no consumo total de energia primária para 20% até 2030; e reduzir as emissões de CO2 por unidade de PIB entre 60% e 65% em relação aos níveis de 2005. (Government of the People's Republic of China, 2016). De acordo com Carlson et al. (2021), muito embora esses objetivos tenham sido considerados insuficientes para limitar as mudanças de temperatura abaixo dos 2°C, a China deve ser capaz de atingir as metas impostas pelo seu primeiro NDC, e possivelmente superá-las. Internamente, o governo chinês também produziu documentos oficiais, como o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas 2014-2020, que inclui metas de adaptabilidade às mudanças climáticas, como redução de intensidade energética e emissões de GEE em setores

produtivos específicos, como aço e cimento (The State Council of the People's Republic of China, 2014).

Durante o governo de Xi Jinping, a China tem o seu papel na arquitetura de governança climática global alterado e, para ser capaz de atingir as suas metas climáticas, o país passa a promover um alinhamento entre a sua política econômica e o desenvolvimento sustentável. A ascensão da China para o papel de agenda-setter na política ambiental foi também impulsionada pelo lançamento da FRC, no ano de 2013 (Duarte, 2024). A iniciativa, que desde sua concepção, tinha como principal foco os investimentos no setor energético, vai gradativamente tornar-se uma das grandes ferramentas de política externa chinesa e um braço importante da sua Diplomacia Ambiental.

Apesar de contar com investimentos em capacidade de geração de energia verde, de 1999 até 2020, os investimentos em energia termoelétrica a carvão representavam 58% da capacidade de geração de energia financiada por instituições financeiras chinesas (Wang et al., 2024). Nesse período, ainda que o conjunto de sistema de bancos de investimento chineses tenha sido o maior provedor de financiamento para o setor de eletricidade nos países em desenvolvimento, o dossiê de projetos foi sobretudo dominado por usinas a carvão (Sauer et al., 2022). A China, portanto, produziu avanços significativos na adição de capacidade energética verde, embora ainda priorizasse substancialmente os investimentos em combustíveis fósseis no exterior, revelando uma incoerência entre os seus objetivos climáticos e práticas de investimento externo no âmbito da transição energética do Sul Global (Wang et al., 2024 & Nitza-Makowska, 2025).

A incompatibilidade da ação externa da FRC com a postura internacional da China atrai críticas ao papel da iniciativa no combate às mudanças climáticas. Desse modo, procurando integrar os compromissos climáticos do país na FRC, a China promove uma "ecologização" da FRC, criando a *Green Silk Road*, a partir de 2017. Nesse ano, a China emite o documento "*Guidance on Promoting Green Silk Road*", que estabelece o desenvolvimento sustentável, promoção da governança ambiental e comprometimento com o investimento em energias verdes como princípios norteadores da nova *Green Silk Road* (Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China, 2017). A *Green Silk Road* passa a incorporar uma dimensão ecológica, operando também como vetor de exportação de energias renováveis, setor no qual a China passa a investir de forma estratégica. Em 2020, o presidente Xi Jinping ainda estabelece novas metas climáticas ambiciosas para a China, comprometendo o país a atingir o pico das emissões antes de 2030 e a alcançar a neutralidade de emissões de carbono antes de 2060 (Xi, 2020).

Em um contexto de avanços significativos nas políticas ambientais e nas metas de descarbonização domésticas da China, o papel da FRC como promotora de investimentos em combustíveis fósseis no exterior configurava-se como uma incongruência central da política externa do país. Procurando fazer frente às críticas internacionais, a China abandonou os investimentos em projetos vinculados ao carvão no âmbito da FRC (Nitza-Makowska et al., 2024). A este respeito, em setembro de 2021, Xi Jinping anunciou, durante discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas, que a China "não construirá novas usinas termelétricas a carvão no exterior", compromisso que marca uma nova fase do envolvimento da FRC no setor energético (Reuters, 2021). A retirada do financiamento de uma grande usina de carvão no Zimbábue, em Junho de 2021, pelo Industrial and Commercial Bank of China, sinaliza o

comprometimento e alinhamento das instituições chinesas não só com as metas climáticas do país, mas com uma nova economia alimentada pelos investimentos em energias renováveis (Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China, 2021).

Em 2021, portanto, a China reforça significativamente o papel da FRC como o "braço econômico" e parte integrante da sua diplomacia ambiental. A ecologização da iniciativa também cumpre o importante objetivo de construir uma visão positiva da China no exterior. Através de mudanças estruturais como o aumento em investimentos em energia renovável, a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o fim dos investimentos em carvão, a China tenta redefinir a imagem da FRC. Ao difundir uma visão da FRC como iniciativa ecológica, a China promove um aumento do seu *soft power* ao redor do mundo, posicionando-se como uma potência promotora da cooperação em torno da descarbonização (Nedopil, 2022; Duarte et al., 2025).

Os comprometimentos ambientais da FRC, no entanto, estão longe de ser puramente retóricos. Nesse sentido, Xu (2023) aponta a contribuição da iniciativa para o crescimento global do setor de energias renováveis, identificando uma correlação positiva entre a presença da FRC e a expansão das capacidades de energia verde nos países parceiros. De acordo com Wang (2026), a integração da FRC na política econômica verde chinesa surge inicialmente como uma forma de atenuar os riscos ambientais associados à atividade econômica, mas evolui com a ascensão da China como líder global na fabricação de tecnologias renováveis. A partir de então, a iniciativa passa a atuar como ferramenta estratégica, possibilitando ao país o acesso a novos mercados - que absorvem a capacidade de superprodução chinesa - ao mesmo tempo que promove uma agenda política externa. Nesse sentido, a importância estratégica da iniciativa cresce na medida em que o setor de energias renováveis vai se tornando um dos principais motores do crescimento econômico chinês.

2.4 China e o setor de energias renováveis

A incursão da China no setor de energias renováveis, especialmente nas chamadas "novas três" indústrias - energia solar, veículos elétricos (VEs) e baterias - chama atenção pelo seu crescimento explosivo nos últimos anos. Apesar disso, a aposta neste setor vem sendo construída por uma série de políticas econômicas que surgem durante os anos 2000. Em fevereiro de 2005, o país adotou a "Lei de Energias Renováveis da República Popular da China", estabelecendo uma série de regulações sobre o desenvolvimento e a utilização de energias renováveis (Ministry of Commerce of the People's Republic of China, 2013). Entre essas medidas, estavam incluídas metas de volume total, conexão obrigatória à rede elétrica, regulação da gestão de preços, tarifação diferenciada, fundos especiais e incentivos fiscais (National Development and Reform Commission of the People's Republic of China, 2007).

Em 2007, o Programa Nacional para as Mudanças Climáticas elevou a prioridade do setor energético para o país, colocando diversos objetivos para o desenvolvimento do setor energético - que já era entendido como essencial para o enfrentamento das mudanças climáticas no longo prazo. Entre esses objetivos, estavam o desenvolvimento de equipamentos de geração de energia eólica em grande escala, tecnologia de baterias fotovoltaicas, geração de energia solar térmica e utilização de energia geotérmica e de biomassa (National Development and Reform Commission of the People's Republic of China, 2007). No ano seguinte, o setor energético recebeu um importante pacote de subsídios governamentais, que vieram de um plano de estímulo para combater a crise financeira global.

Desse pacote, 210 bilhões de yuans foram destinados a projetos de economia de energia, redução de emissões e tecnologias verdes, o que ajudou a impulsionar o crescimento nesses setores (You, 2023).

Em 2012, a China publicou um livro branco acerca das políticas energéticas do país, intitulado China's Energy Policy 2012, atualizando metas e detalhando importantes avanços em diversos setores de energias não-fósseis. De acordo com o relatório, a indústria nacional de energia solar fotovoltaica havia registrado um crescimento rápido, permitindo que a produção anual de painéis solares dentro da China contabilizasse mais de 40% do total mundial. Naquele ano, a China já era líder global tanto em capacidade instalada de geração de energia eólica quanto hidrelétrica, contando com 47 milhões de kW em energia eólica e 230 milhões de kW em energia hidrelétrica (The State Council of the People's Republic of China, 2012).

A iniciativa chinesa de aprimoramento das capacidades de inovação da sua indústria continuou em 2015, com o lançamento do plano Made in China 2025 (State Council of the People's Republic of China, 2015). O objetivo desse plano era o de transformar a China em uma potência industrial através do investimento estratégico nas áreas de inovação e pesquisa, digitalização, redução de custos e desenvolvimento sustentável no prazo de 10 anos. Para alcançar esse conjunto de objetivos, o Estado chinês utiliza uma série de estratégias econômicas e instrumentos políticos. Entre eles, Wen & Zhao (2020) destacam a realização de transferências de tecnologia em troca de acesso a mercados; restrições de acesso ao mercado e às compras governamentais para empresas com investimento estrangeiro; subsídios; fundos de investimento com respaldo estatal; apoio de governos locais; investimentos no exterior voltados à aquisição de tecnologia; fusões e estatização de empresas; e parcerias público-privadas.

Essa proatividade estratégica, especialmente nos setores de VE's, fez com que a China pudesse transformar a sua cadeia de produção, tornando as suas empresas competitivas no mercado global. Para colocar o plano Made in China 2025 em prática, o governo destinou cerca de $3,1 bilhões em investimentos para a modernização das cadeias de produção em alguns setores estratégicos, promovendo marcas chinesas e aumentando a eficiência da sua produção nacional (Yeung, 2019). Portanto, para os setores do desenvolvimento sustentável, a China aplica um quadro estratégico amplo que permite com que o país supere as suas lacunas tecnológicas e de inovação com os grandes centros produtivos, ao mesmo tempo que ultrapassa as barreiras de capital necessárias para competir no mercado global. Através de uma política econômica que combinou transferências tecnológicas, uma grande demanda interna e investimentos em inovação e pesquisa, a China avança em setores como produção de turbinas eólicas, painéis solares fotovoltaicos, baterias e VE's, gradualmente tornando-se liderança global e assegurando uma posição privilegiada nas cadeias de produção.

No setor de VE's, o Estado também cumpriu um papel fundamental na substituição dos carros a combustão e viabilização da adoção massiva dos VE's pelos consumidores nacionais. Por meio de políticas como investimento na produção de baterias para carros elétricos, concessão de subsídios para empresas produtoras de VE's e a construção de uma rede de postos de carregamento ao redor do país, a China garantiu um ambiente fértil para o desenvolvimento de um mercado dinâmico, sustentando um crescimento na demanda interna (Yeung, 2019). Em 2018, a China era o maior mercado mundial de VE's, com 2,3 milhões de

unidades, que representavam quase metade do estoque global de carros elétricos. Para efeito de comparação, a Europa e os Estados Unidos seguiam com, respectivamente, 1,2 milhões e 1,1 milhão de carros elétricos em circulação no final de 2018 (IEA, 2019a).

No contexto da pandemia da Covid-19, apesar da eliminação gradual dos subsídios nacionais para o setor de renováveis em 2020 e 2021, a tendência de crescimento se repetiu também na produção de painéis solares fotovoltaicos e turbinas eólicas (IEA, 2024a). Em 2023, a China atingiu um recorde no crescimento da capacidade de energia solar fotovoltaica, adicionando um volume equivalente ao total registrado mundialmente em 2022 (Lyu et al., 2025). Esse avanço não apenas consolidou a liderança chinesa no setor, como também contribuiu para reduzir a dependência do país em relação aos combustíveis fósseis. Em 2013, o carvão representou cerca de 75% do suprimento energético nacional, percentual que caiu para aproximadamente 60% em 2023 (IEA, 2025b). Paralelamente, a expansão das fontes renováveis intensificou-se: em 2024, a geração de energia eólica e solar cresceu 25%, passando a responder por 18% da eletricidade total do país - o dobro dos 9% registrados em 2020 (Yang et al., 2025).

O processo de expansão das capacidades chinesas de geração de energia verde materializa-se de forma rápida, sublinhando a magnitude da aposta chinesa no mercado das matrizes renováveis. Em 2025, a China foi responsável por quase 60% do crescimento da capacidade global de energia renovável. Porém, se a capacidade global de energia renovável tende a aumentar a passos rápidos nos próximos anos, esse crescimento continua a acontecer de forma extremamente desigual ao redor do mundo. Somado a isso, fatores como o crescimento global das barreiras comerciais e medidas restritivas de comércio, superprodução e a concentração da cadeia de suprimentos podem exacerbar a centralização de tecnologias verdes em torno da China (World Trade Organization, 2025). A posição da China como líder em produção renovável, portanto, reflete uma série de políticas de longo-prazo, postas em prática pelo governo chinês, que visam a adoção do desenvolvimento verde como motor da economia chinesa. Através de ferramentas como a diplomacia ambiental, o desenvolvimento e exportação de tecnologias verdes, a China coloca-se como principal potência verde no cenário global, fortalecendo a legitimidade do governo no exterior ao mesmo tempo que endereça os problemas ambientais do país.

Tabela 1. Etapas da diplomacia verde chinesa

Ano	1972	2015	2017	2020
Etapa	Fase Inicial	Diplomacia Climática Ativa	Economia e Desenvolviment	Consolidação como Potência

			o Sustentável	Verde
Características	Engajamento Multilateral; Liderança em Negociações Climáticas	Papel Central no Acordo de Paris; Liderança no Combate às Mudanças Climáticas	Criação da *Green Silk Road* Initiative	Meta de Neutralidade de Carbono; Expansão e Exportação das Capacidades Renováveis.

Fonte: O candidato. Com base em (Li, 2009 & Wang, 2026)

De acordo com Yang et al., (2025), no ano de 2024, a China produziu quatro em cada cinco módulos solares e células de bateria do mundo, mais de dois terços dos veículos elétricos e refinou, em média, sete em cada dez minerais críticos que os sustentam. O país asiático domina a cadeia de produção dos painéis solares fotovoltaicos e elementos de terras raras utilizados em turbinas eólicas. Segundo relatório da IEA (2025a), no setor de energia solar fotovoltaica, prevê-se que a China mantenha a liderança da cadeia de suprimentos global, dominando de 75 a 95% da capacidade de fabricação em 2030. No setor da energia eólica, a China concentra segmentos estratégicos da produção de turbinas onshore e offshore, dominando 60% da mineração e 90% do refino dos elementos de terras raras utilizados em ímãs para essas turbinas, além de acumular aproximadamente 90% da produção mundial de ímãs de terras raras. O país é responsável por cerca de 70 a 80% da produção global de pás, 45 a 50% da produção de torres e aproximadamente 70% da capacidade de montagem de nacelles.

A partir de 2015, a China também tornou-se o maior produtor e consumidor de veículos elétricos do mundo, e, posteriormente, o maior exportador global desse setor (Ugarteche et al., 2023). Na medida em que os países passam a ter que lidar com as mudanças climáticas, o aumento na produção de baterias para veículos elétricos, entre outras tecnologias de energia limpa, alteram profundamente as demandas por alguns minerais críticos. O aumento na produção de baterias para VE's é o maior responsável pela demanda crescente de lítio, sendo que a produção de baterias representava, em 2023, 85% da demanda de lítio global (IEA, 2024). Assim, conforme a transição para matrizes energéticas mais limpas avança, a IEA (2021) projeta um aumento substancial no consumo desses minerais, com a demanda de cobre podendo dobrar e a procura de lítio podendo aumentar em 13 vezes até 2040.

Nesse contexto, a China vira-se para o Sul Global na busca tanto por um destino para a exportação dos produtos de tecnologia verde chineses, quanto uma fonte de matérias-primas cruciais para o desenvolvimento da sua indústria nacional. Para abastecer as demandas internas da produção de tecnologias verdes em larga escala e garantir a sua fatia da oferta global de minerais críticos, a China busca matérias-primas na América Latina, que exporta principalmente insumos como petróleo bruto, ferro, cobre e lítio. No cenário da crescente demanda global por minerais críticos, a China também busca fortalecer a sua

presença no setor de mineração latino-americano por meio dos países que compõem o "Triângulo do Lítio" (Argentina, Bolívia e Chile), países onde se estima que estejam concentradas cerca de 75% das reservas de lítio globais (Ahmad, 2020).

De acordo com relatório da IEA (2025c), a China é a principal refinadora de 19 entre 20 dos principais minerais críticos, detendo uma participação de mercado média de cerca de 70%. Assim sendo, o investimento chinês entre os países do Triângulo do Lítio ganha também novas dimensões geopolíticas. Esses países tornam-se importantes para Pequim, não apenas como mercados para a exportação de tecnologias verdes, mas como fontes estratégicas de matérias-primas necessárias para a sua transição industrial verde, assim como para garantir a segurança energética do país num futuro sem combustíveis fósseis. Ou seja, num contexto onde a China detém o controle das cadeias de produção de renováveis e refinação de minerais críticos, uma aproximação estratégica aos países latino-americanos torna-se indispensável.

As ferramentas da diplomacia ambiental chinesa - como a exportação de tecnologias verdes por meio da *Green Silk Road* - podem representar uma porta de entrada para a China em setores estratégicos da América Latina. Os países da ALC dispõem de condições favoráveis para estabelecer uma ligação mutuamente vantajosa com a China, trocando o acesso a matérias-primas importantes, como o lítio e cobre, pela aquisição de importantes tecnologias. Essa cooperação, acima de tudo, pode diminuir as lacunas tecnológicas dos países latinos, enquanto amplia oportunidades no mercado de lítio global para a China (Orquera et al., 2026). A *Green Silk Road* cria um ambiente fértil para essas parcerias estratégicas, especialmente quando olhamos para os casos da Argentina e Chile, dois países com uma proximidade histórica com a China e uma abundância de recursos naturais fundamentais para a transição energética da região. Além da concentração de minerais críticos, a Argentina e o Chile também apresentam condições geográficas ideais para a produção de energia altamente competitiva em setores renováveis como a energia eólica, solar e hidrogênio verde (Armijo & Philibert, 2020).

Ainda assim, a região da ALC é a que registra o processo de descarbonização com avanço mais lento da última década (Mehlum, 2024). A presença da China pode, portanto, desempenhar um papel fundamental na superação de entraves estruturais da região, como déficits de infraestrutura energética, limitações de investimento e restrições no acesso a tecnologias, aproximando a ALC do cumprimento de suas metas de descarbonização. A partir deste ponto, passaremos a analisar os estudos de caso do Chile e da Argentina, com o objetivo de examinar de que maneira a diplomacia verde chinesa, através da *Green Silk Road*, tem impactado os processos de transição energética nesses dois países. Ao explorar as especificidades nacionais, buscaremos compreender como os investimentos, aproximação estratégica e transferências tecnológicas associadas à iniciativa chinesa têm influenciado a expansão do setor renovável na ALC.

3. *Green Silk Road* na América Latina: o caso chileno

Entre os países da América Latina, o Chile surge como um dos principais atores na vanguarda da corrida pelas energias renováveis. O Chile reúne condições excepcionais para a geração de energias renováveis, com um potencial que excede amplamente sua demanda interna. A combinação de fatores geográficos como a elevada irradiação solar no Deserto do Atacama e a ocorrência de ventos constantes e intensos na Patagônia confere ao país vantagens estruturais que podem viabilizar sua inserção como exportador de energia limpa na região (Oyarzún-Aravena et al., 2025). Além disso, o Chile, localizado na região vulcânica dos Andes, abriga um potencial largamente inexplorado de produção de energia geotérmica limpa (Vargas-Payera et al., 2020). Esses fatores, somados com a presença de importantes reservas de cobre e lítio no país - dois dos recursos mais importantes no contexto da transição energética - tornam o Chile um território estratégico na geopolítica da descarbonização a nível global.

Nesse panorama, o Estado chileno toma um posicionamento proativo no combate às mudanças climáticas, o que ajuda a desenvolver um ambiente fértil para o desenvolvimento de uma economia sustentável e cooperação em torno da descarbonização no país. Neste capítulo, falaremos do papel do Chile como agente de governança ambiental, assim como a evolução das metas de descarbonização e políticas ambientais do país. Além disso, trataremos do desenvolvimento de setores fundamentais para o futuro da economia verde, a mineração de lítio e o hidrogênio verde. Esses dois setores, que possuem elevado potencial estratégico para o futuro da economia sustentável, posicionam o Chile como uma das peças fundamentais na transição energética global. Desse modo, tanto atores europeus quanto chineses competem por espaço na exploração desses recursos. Depois disso, abordaremos os investimentos chineses em ramos estratégicos da economia chilena, essenciais para a compreensão do envolvimento da China no setor renovável do Chile e para a projeção da diplomacia ambiental chinesa na América Latina. Por fim, buscaremos endereçar os riscos ambientais trazidos pela atuação da indústria de extração de lítio, profundamente ligada com o nascimento de conflitos regionais dentro do Chile.

No âmbito da UNFCCC, o Chile apresentou a sua primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no combate às mudanças climáticas durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015. O documento evidencia as vulnerabilidades estruturais do Chile frente às mudanças climáticas, agravadas pela dependência da economia nacional da indústria extrativa, insegurança energética e a deficiência tecnológica nos setores de energia verde - derivadas de baixas capacidades nacionais na área de pesquisa e desenvolvimento. Na sua primeira NDC, o Chile estabelece como meta que 45% de toda a capacidade de geração elétrica instalada no país entre 2014 e 2025 seja gerada a partir de fontes verdes e também faz uma série de comprometimentos. Entre eles, reduzir suas emissões de CO2 por unidade de PIB em 30% abaixo dos níveis de 2007 até 2030, promover o reflorestamento de 100.000 hectares do seu território (Gobierno de Chile, 2015). Apesar do envolvimento do Chile no estabelecimento de metas de redução de emissões significar um avanço, o país vai progressivamente atualizando suas ambições climáticas nos anos seguintes.

Em 2019, o Chile assume a presidência da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP25), intensificando seu comprometimento com a agenda de

mitigação climática e demonstrando uma posição de protagonismo na governança climática latino-americana. Esse posicionamento ganhou contornos concretos em 2021, quando o Chile se tornou o primeiro país da América do Sul a submeter uma *Long-Term Strategy*[3] à UN Climate Change, documento voltado à formulação e comunicação de estratégias de desenvolvimento de longo prazo com baixas emissões de gases de efeito estufa (Gobierno de Chile, 2021). Apresentando um roteiro que amplia as ambições climáticas do país, o governo chileno determina que o país deverá tornar-se neutro em emissões de carbono até 2050. Para alcançar essa marca, o documento estabelece prioridades setoriais, políticas públicas e planos de ação que possibilitam o enfrentamento dos desafios climáticos no país.

Essa mudança agressiva de postura em relação à transição energética continua a ganhar tração com a ascensão de Gabriel Boric à presidência chilena. Eleito em 2022, Boric - o presidente mais jovem da história do Chile - chegou ao poder com discursos centrados na conscientização acerca das mudanças climáticas e sua relação com problemas estruturais do país, como o acesso à água potável, a degradação das florestas e a distribuição desigual dos benefícios da atividade mineradora (Bloomberg, 2022). Com a chegada do novo presidente, o Chile publicou a Lei Marco sobre Mudanças Climáticas em Junho de 2022 (Ministerio del Medio Ambiente de Chile, 2022). Com a nova lei em vigor, a meta de neutralidade de carbono até 2050, as atualizações das NDC's chilenas, assim como a sua *Long-Term Strategy*, tornam-se metas juridicamente vinculantes. Isso garante que o país possa enfrentar as mudanças climáticas e cumprir os compromissos internacionais assumidos no Acordo de Paris.

Após a promulgação do marco, o Chile fez progressos substanciais em ações climáticas, destacando-se por sua rápida expansão de energias renováveis, feita paralelamente a um planejamento para uma eliminação gradual do carvão. Desde 2019, mais de 1,2 GW de capacidade de geração a carvão de 11 usinas foram desativadas, e outras nove usinas devem ser desativadas ou convertidas para gás fóssil até 2026 (Climate Analytics & NewClimate Institute, 2026). De acordo com a IEA (2026), a participação de fontes de baixa emissão na demanda total de energia aumentou de 24% em 2010 para 38% em 2024. Essa mudança pode ser explicada pela desativação de usinas termelétricas a carvão e por uma rápida implantação de energia solar fotovoltaica e eólica. A participação da energia solar e eólica na geração elétrica do Chile mais que duplicou desde 2019, passando de 8% e 6%, respectivamente, para 21% e 12% em 2024 (Ember, 2025). A transição chilena para fontes renováveis, além de sinalizar seu compromisso com a comunidade internacional na mitigação das emissões de GEE, também contribui para fortalecer a segurança energética do país. Hoje, o Chile continua dependente da importação de combustíveis fósseis, tendo gasto $14 bilhões em importações de combustíveis fósseis em 2024 (IEA, 2026).

Nesse cenário, o desenvolvimento do setor nacional de hidrogênio verde surge como a grande aposta chilena para atender à demanda interna e aos mercados de exportação, ao mesmo tempo em que reduz a dependência de importações de combustíveis fósseis. Historicamente, o setor do hidrogênio verde sofre de problemas endêmicos, relacionados com

[3] De acordo com o Artigo 4.19 do Acordo de Paris, os países signatários devem elaborar e apresentar à Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estratégias climáticas de longo prazo. Esses documentos são chamados de Long-Term Climate Strategies e devem detalhar planos de ação concretos, visando limitar investimentos em combustíveis fósseis, guiar políticas nacionais de descarbonização e fortalecer a transição energética global.

fatores como altos custos de produção e transporte, além de perdas de eficiência entre as etapas da sua cadeia de produção, colocando em causa sua competitividade relativamente a outros ramos da energia verde (Scita et al., 2020). Após a conversão da eletricidade em hidrogênio, durante o processo de transporte, armazenamento e reconversão, a perda de energia fornecida pode chegar a 70% da eletricidade originalmente utilizada (IEA, 2019b). A baixa eficiência energética do hidrogênio verde limita a sua competitividade e viabilidade como alternativa para geração de energia limpa em larga escala. Contudo, em meio a avanços tecnológicos e redução dos custos de produção, o setor ganha crescente relevância e países como o Chile buscam posicionar-se estrategicamente na corrida pelo domínio desse mercado emergente.

Em 2020, durante um discurso na conferência "Chile 2020: Cúpula do Hidrogênio Verde", o presidente Sebastián Piñera apresentou uma ambiciosa estratégia nacional para desenvolver a indústria do hidrogênio verde (Ministerio de Energía de Chile, 2020). A Estratégia Nacional de Hidrogênio Verde estabeleceu três metas centrais: produzir o hidrogênio verde mais barato do mundo até 2030; posicionar o país entre os três maiores exportadores globais até 2040. Para viabilizar essas metas, foi elaborado um plano de ação voltado à inserção do país no mercado internacional até 2030. Entre as medidas anunciadas, destaca-se a criação de uma rodada de financiamento no valor de $50 milhões destinada a apoiar projetos no setor (Gobierno de Chile, 2020). Durante o governo de Boric, a estratégia chilena de desenvolvimento do setor de hidrogênio verde ganhou ainda mais força. Em 2024, o Chile lançou o Plano de Ação para o Hidrogênio Verde, traçando um caminho para a sua produção em larga escala em um projeto de longo prazo dividido em duas fases.

A primeira fase (2023–2026) concentra-se na criação das condições estruturais para o desenvolvimento do setor. Entre as medidas previstas, estão incluídas a definição de padrões ambientais e trabalhistas, a implementação de um sistema de licenciamento, o fomento à pesquisa científica e a adoção de incentivos fiscais. Já a segunda fase (2026–2030) priorizará o planejamento territorial, o desenvolvimento local, a participação cidadã e a formação de capital humano para consolidar a expansão do hidrogênio verde (Ministerio de Energía de Chile, 2024). O documento também projeta que o hidrogênio verde deverá representar 17% da matriz energética chilena até 2050. Os avanços do Chile na indústria do hidrogênio buscam inserir o país como líder em um setor ainda em estágio embrionário. Ao mesmo tempo, diversos países europeus, assim como a China começam a investir cada vez mais recursos na indústria do hidrogênio verde. O Chile, portanto, atrai quantidades crescentes de investimento, na medida em que novos atores competem para explorar a vocação energética do extremo-sul do país.

A China, que hoje é líder mundial na produção de hidrogênio cinza, abriga quase 60% da capacidade global de fabricação de eletrolisadores e é a principal responsável pela redução da diferença de custos entre fontes fósseis e hidrogênio limpo. Com isso, cria-se um cenário onde o hidrogênio verde poderá se tornar competitivo em termos de custo até 2030 na China (IEA, 2025d). Assim, o país asiático pode se beneficiar de um setor renovável interno altamente desenvolvido para produzir e exportar hidrogênio verde competitivo no longo-prazo. Nos últimos anos, a China vem estruturando progressivamente o desenvolvimento da sua produção nacional de hidrogênio, tendo estabelecido 35 projetos de hidrogênio verde em 2024. Essas adições contribuíram para elevar a capacidade de produção de hidrogênio verde do país, que passou a representar 50% da capacidade total no mundo

inteiro no ano de 2024 (Yin, 2025). Enquanto as ambições da China em relação ao hidrogênio baseiam-se em considerações de segurança energética, sustentabilidade e política de industrialização, o potencial produtivo chinês pode transformar o investimento nesse setor em mais um vetor da diplomacia ambiental chinesa (Pepe et al., 2023).

Na Europa, um dos atores de crescente importância para o desenvolvimento do hidrogênio limpo é a Alemanha. Em 2020, a Alemanha publicou o documento The National Hydrogen Strategy, estabelecendo um plano para desenvolver a produção em larga escala de hidrogênio verde. Para garantir a sustentabilidade da sua cadeia de produção interna de hidrogênio, a Alemanha aposta em parcerias internacionais com países com alto potencial para energias renováveis. O país, que tem como objetivo atingir a capacidade de 10 GW até 2040, investiu €7 bilhões em pesquisas no setor e criou um pacote de estímulos econômicos de €2 bilhões para parcerias internacionais em hidrogênio (The Federal Government of Germany, 2020). Além da Alemanha, outros países europeus como a França, a Noruega, os Países Baixos, Espanha, Reino Unido e a própria União Europeia também estabeleceram planos nacionais para a inserção na indústria do hidrogênio de baixas emissões (Scita et al., 2020).

Desse modo, em um cenário onde a demanda global por fontes renováveis diversificadas aumenta, o Chile pode se aproveitar do seu potencial geográfico único para atrair o capital europeu e chinês, e estabelecer o domínio da produção em massa do hidrogênio verde na América Latina. Parcela significativa do potencial de produção chileno concentra-se no extremo-sul do país, mais particularmente no distrito de Magallanes. Essa região é dotada de altas capacidades de produção de energia eólica, que poderiam ser aproveitadas para a produção do hidrogênio verde em larga escala (Mussa, 2024). De acordo com estudo realizado pelo Ministério de Energia do Chile, Magallanes tem potencial para produzir mais de 10 milhões de toneladas de hidrogênio verde por ano, podendo chegar a fornecer o equivalente a 13% do hidrogênio verde produzido do mundo inteiro (Ministerio de Energía de Chile, 2021).

Na capital da província de Magallanes, Punta Arenas, a companhia de energia espanhola HIF opera Haru Oni, a primeira fábrica de e-combustíveis em operação no mundo. Inaugurada em 2022, a fábrica conta com a participação de uma diversidade de empresas estrangeiras, como as alemãs Porsche e Siemens Energy, a italiana Enel e a americana ExxonMobil (HIF Global, 2022). As suas operações combinam o processo de eletrólise a partir da energia eólica para produzir não só o hidrogênio verde, mas também a gasolina verde sintética (e-Gasoline) e gás liquefeito sintético (e-LG) (CNN, 2022). Ao mesmo tempo, no município de San Gregorio, localizado a 120 km de Punta Arenas, avança o projeto de adaptação do Terminal Marítimo Gregorio - a refinaria de petróleo bruto mais austral do mundo - para a produção de hidrogênio. Nesse sentido, em 2023, a Empresa Nacional del Petroleo (ENAP) assinou um acordo com seis empresas, incluindo a espanhola FreePower Group, o Grupo EDF, da França, e a alemã RWE para transformar o Terminal Marítimo Gregorio em um complexo industrial. Esse projeto permitirá ao Chile consolidar as necessidades de infraestrutura logística de vários projetos de hidrogênio verde e deverá abrir espaço para o desenvolvimento do setor na próxima década (ENAP, 2023).

Enquanto atores europeus ganham espaço na exploração do hidrogênio chileno, a China também surge como um competidor pelo acesso a esses recursos. A adesão chilena à

FRC, em 2015, abriu as portas para uma cooperação crescente entre os dois países, contribuindo para que a China ganhasse uma presença cada vez mais acentuada no setor energético chileno. Desde a entrada do Chile na iniciativa, investimentos chineses no setor energético do Chile se intensificaram, em um envolvimento que se dá principalmente através de fusões e aquisições de empresas estratégicas. Em 2016, a estatal chinesa State Power Investment Corporation comprou por $3 bilhões a empresa Pacific Hydro, líder global em energias renováveis (IFM Investors, 2015). A Pacific Hydro possui hoje uma capacidade instalada de 719 MW no Chile, distribuída em uma combinação de fontes de energia hidrelétrica e eólica (BNamericas, 2026). Dois anos depois, a China Southern Power Grid adquiriu uma participação de 27,79% na Transelec, avaliada em aproximadamente $1,3 bilhões, tornando-se a principal acionista de uma das maiores empresas de transmissão de energia do Chile (The Diplomat, 2024).

Em 2020, a China dá outro grande passo à frente no setor de distribuição elétrica chileno, com a compra realizada pela State Grid International Development, de uma participação de 96,04% na empresa chilena Compañía General de Electricidad. A transação, avaliada em $3,1 bilhões de dólares, coloca a China no controle de parte considerável do setor de distribuição de energia elétrica chileno. Com o surgimento da *Green Silk Road*, em 2017, o Chile consolidou-se também como um dos destinos do investimento chinês em energias renováveis, captando aproximadamente $300 milhões em projetos desse setor a partir de 2020 (Nedopil, 2021). Entre os projetos chineses de energia renovável no Chile destaca-se o Parque Solar CEME1, construído pela PowerChina e inaugurado em 2024 no Deserto do Atacama, com capacidade instalada de 400 MW. (State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council, 2024). O projeto une-se ao portfólio de projetos da PowerChina no país, que também inclui diversos contratos de expansão de linhas de transmissão elétrica (PowerChina, 2025).

Esse panorama coloca a China em uma posição privilegiada no acesso aos recursos energéticos chilenos, potencializado pela atuação de uma estrutura institucional da diplomacia ambiental chinesa, que permite uma aproximação bilateral ainda maior no setor de renováveis. A visita de Gabriel Boric à China, em 2023, contribuiu para produzir avanços na agenda de governança ambiental e na cooperação bilateral sino-chilena. Nessa ocasião, os dois países assinaram 13 acordos, incluindo um MoU que buscou permitir o fortalecimento da troca e cooperação no âmbito da *Green Silk Road* e impulsionar investimentos em áreas como desenvolvimento sustentável e energia limpa (Gobierno de Chile, 2023). Pequim, portanto, combina diferentes dimensões da sua estrutura de diplomacia ambiental para realizar uma aproximação econômica estratégica, ao mesmo tempo em que dialoga com o Chile por meio de canais de diálogo multilateral que incorporam a agenda de sustentabilidade chinesa.

A presença de Boric à China no Terceiro Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional evidencia o papel das iniciativas multilaterais para a integração econômica com o Sul Global. Nessa ocasião, a delegação chilena contou com a presença de representantes da indústria de hidrogênio verde chilena, indicando um interesse mútuo em aprofundar a cooperação bilateral nesse setor emergente (H2V Magallanes, 2023). Mais recentemente, em maio de 2025, durante o Quarto Fórum Ministerial China-CELAC, a China assinou acordos sobre sobre desenvolvimento de tecnologias limpas, financiamento de infraestrutura e padrões de certificação de hidrogênio verde com uma série de países, incluindo o Chile

(China Global South Project, 2025). Em conjunto, esses movimentos inserem o hidrogênio verde como uma importante variável para o desenvolvimento da economia sustentável chilena, cujo potencial atrai tanto atores europeus quanto chineses, disputando espaço nessa indústria embrionária.

Além das capacidades de produção de hidrogênio, o Chile é o maior produtor mundial de cobre e está entre os principais produtores de lítio - dois minerais essenciais para a transição energética. Projeções da IEA (2021) apontam que, com a descarbonização progressiva das economias globais, a demanda por cobre deverá dobrar e a procura de lítio poderá aumentar em 13 vezes até 2040. O cobre é essencial para as redes elétricas e produção de veículos elétricos (VE's), enquanto o lítio é um componente fundamental nas baterias que alimentam os VE's, usadas também no armazenamento de energia verde (IEA, 2026). Apesar do aumento projetado na demanda por cobre, fatores como o esgotamento de reservas em exploração e uma taxa decrescente de descobertas de novas reservas podem elevar a complexidade e os custos de capital para o desenvolvimento de novos projetos no setor (IEA, 2025c). A demanda por cobre, portanto, corre o risco de crescer para além da demanda no longo-prazo. Já no caso do lítio, no ano de 2025, apesar de um crescimento constante de demanda, este acabou por ser superado por um crescimento ainda mais rápido da oferta do minério, cuja produção deve dobrar até 2030 (IEA, 2025c).

O Chile é o principal ator no setor da mineração de cobre e lítio na ALC e surge como um ponto estratégico na geopolítica dos minerais críticos. E para a China, que sozinha foi responsável por cerca de 75% do consumo de lítio e 60% da demanda global de cobre refinado em 2024 (IEA, 2025c), o acesso a esses recursos torna-se imprescindível. Enquanto a China busca tornar-se o maior centro global de inovação e produção de tecnologias renováveis, a aproximação com os fornecedores dessas matérias-primas torna-se uma questão fundamental para o país. Portanto, em um movimento estratégico, a China aproxima-se da América Latina, que passa cada vez mais a cumprir um papel de fonte de matérias-primas, alimentando o crescimento da indústria chinesa.

As exportações latino-americanas para a China apresentaram uma tendência de primarização ao longo das últimas décadas, período onde a venda de *commodities* e bens primários ganha uma prevalência crescente. No comércio China-ALC, matérias-primas representavam 31% do total das exportações nos anos de 2000-2002, número que salta para 80% no período 2020-2022 (Bilmes, 2025). Nesse cenário, a América Latina é inserida na cadeia global de produção como fornecedora de matérias-primas para os centros tecnológicos. A emergência da China como núcleo de produção verde têm impulsionado o desenvolvimento sustentável na ALC, garantindo o acesso a tecnologias como VE's e painéis solares fotovoltaicos, ajudando a reduzir as emissões de carbono (Xinhua, 2026). Mas ao mesmo tempo, o estabelecimento desses padrões de troca acaba por contribuir para um processo de desindustrialização da região, arriscando a perpetuação de uma dinâmica de centro-periferia com o continente latino-americano. Essa tendência, por sua vez, não se reflete no discurso chinês, que enquadra a relação cada vez mais desigual entre as regiões como uma relação de *win-win*. Ao enfatizar a complementaridade em uma relação econômica assimétrica, segundo Bernal-Meza (2016), a China distorce a realidade da sua relação com a América Latina, que toma contornos de uma dinâmica norte-sul, tanto do ponto de vista estrutural do comércio bilateral quanto do ponto de vista militar-estratégico.

Nesse contexto, a importância da América Latina para o setor de mineração chinês começa a crescer a partir dos anos 2000, impulsionado pela urbanização chinesa e um aumento na demanda do país por *commodities*. Outros fatores, como a assinatura de um Acordo de Livre Comércio com o Chile, em 2005, e um Acordo de Livre Comércio com o Peru, em 2010, permitiram que a China acessasse esse mercado com crescente facilidade. Segundo Freitas da Rocha e Bielschowsky (2019), a crise financeira de 2008 também marcou um ponto de inflexão nas exportações latino-americanas de minério de ferro para a China. A forte retração da demanda europeia e japonesa, até então seus principais mercados, levou a Vale - a maior mineradora de ferro do mundo - a realizar uma reorientação estratégica. A empresa passou a redirecionar suas exportações para o mercado chinês, o que impulsionou o comércio de minerais entre a ALC e a China desse ponto em diante. Posteriormente, com o crescimento na demanda global por lítio, a China, o maior consumidor mundial de lítio, intensificou ainda mais sua dependência das importações de concentrados e compostos de lítio (Guo, 2023).

A entrada do Chile na FRC, em 2018, abriu portas para que a China intensificasse ainda mais a sua presença no setor de mineração chileno. Em dezembro do mesmo ano, a chinesa Tianqi Lithium adquiriu uma participação de 23,77% na mineradora chilena de lítio SQM, em um investimento de cerca de $4 bilhões (Reuters, 2018). A atuação da FRC no setor de mineração tem se intensificado também em escala global. Em 2023, a China alcançou o maior nível de investimentos nesse segmento desde a criação da iniciativa, e, na ALC, o seu envolvimento concentrou-se no setor do lítio na Bolívia e no Chile (Nedopil, 2024).

Entretanto, preocupações ambientais e circunstâncias de mercado têm entrado no caminho do aprofundamento da presença chinesa no Triângulo do Lítio. Ainda em 2023, a gigante chinesa BYD tem um contrato de licenciamento suspenso, ocasionado por uma ação movida pelo governo regional do Atacama, juntamente com comunidades indígenas da região. Essa suspensão acontece logo após a empresa vencer uma licitação que permitiria a extração de 80.000 toneladas de lítio por ano durante um período de 20 anos (France 24, 2022). Dois anos depois, a BYD e o grupo metalúrgico Tsingshan desistem de planos multimilionários para construir fábricas de cátodos de lítio no Chile, ambos os projetos afetados por uma queda acentuada dos preços do lítio no mercado global (Reuters, 2025).

Essas circunstâncias, ainda assim, não impedem que a exportação de lítio chileno tenha a China como principal destino. De acordo com a IEA (2026), em 2024, 92% das exportações de lítio do Chile foram direcionadas à Ásia, sobretudo para a China. O país também figura como um importante fornecedor para economias ocidentais, atendendo cerca de 50% da demanda dos Estados Unidos e 80% da demanda da União Europeia. E enquanto o Chile deverá permanecer como o principal exportador de lítio e cobre na América do Sul nos próximos anos, o aumento na demanda global por esses minérios e mudanças geopolíticas podem alterar a configuração das suas dinâmicas de importação. Em 2025, entrou em vigor o Acordo de Comércio Provisório UE-Chile, que reveste-se de uma grande importância para a geopolítica dos minerais críticos e o futuro da descarbonização europeia. O acordo inclui um capítulo sobre energia e matérias-primas, que busca estimular o investimento europeu no Chile e garantir à UE um acesso estável a produtos estratégicos chilenos como o lítio, o cobre e o hidrogênio verde (European Commission, 2025).

O anúncio do novo Corredor Bioceânico de Capricórnio, feito pelo governo chileno em 2025, também pode alterar as dinâmicas de escoamento da produção chilena (Ministério do Turismo, 2025). O corredor é uma iniciativa de infraestrutura que busca conectar Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, e aprimorar a integração regional, ao mesmo tempo que fornece uma ligação de transporte entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Em nível regional, espera-se que a melhoria da conectividade diminua o tempo de transporte de produtos em 15 dias e reduza os custos de transporte de carga em 30% a 40% (OECD, 2025). Além disso, o trajeto planejado para o corredor atravessa o Deserto do Atacama, onde se concentram as minas de cobre e lítio do Chile. A soma desses fatores garante ao projeto o potencial de diversificar rotas de exportação para o Chile, possivelmente permitindo ao país alcançar novos mercados e fortalecer a sua posição no comércio global de mineração.

Outro desenvolvimento importante para o setor do lítio chileno foi a publicação da Estratégia Nacional do Lítio (ENL), pelo governo de Gabriel Boric, em 2023. O documento determina que, com o aumento do valor geopolítico das reservas nacionais de lítio, o Estado chileno deverá tomar a dianteira no desenvolvimento do setor. Utilizando-se de parcerias público-privadas e aprimorando regulações ambientais, o Chile traça um plano de ação que busca aumentar a sua produção nacional de lítio, aproveitando essa oportunidade para impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e inovação. O marco busca inserir o país em setores produtivos de alto valor agregado, incluindo a produção de baterias, materiais catódicos, entre outros.

Para atingir esses objetivos, a ENL anuncia uma série de medidas, incluindo a criação de uma empresa nacional de lítio e a definição de um processo de diálogo que inclui a participação dos povos indígenas e comunidades locais para garantir uma exploração igualitária e menores custos ambientais (Gobierno de Chile, 2023). A extração de lítio chileno tem lugar principalmente nos Salares do Atacama - ecossistemas complexos, únicos e altamente biodiversos - localizados no norte do Chile. Para proteger essa diversidade, a ENL também contempla a criação de uma rede de sistemas de salares protegidos, comprometendo-se a criar um comitê responsável por realizar estudos acerca dos impactos ecológicos na exploração dos salares, para determinar se ele pode ser desenvolvido para uso industrial ou preservado. Nas áreas exploradas, determina-se a implementação de tecnologias que minimizem o impacto ambiental da recuperação de lítio e reduzam o consumo de água doce.

Em 2025, o Chile materializa essas ambições, criando a empresa Nova Andina Litio, resultado de uma parceria público-privada entre a estatal chilena Corporación Nacional del Cobre (Codelco) e a Sociedad Química y Minera de Chile (SQM). Essa união, concebida no âmbito da ENL, fortalece o papel do Estado na exploração do lítio e permite ao Chile realizar uma distribuição mais igualitária dos lucros provenientes da exploração de seus recursos naturais. O Estado chileno deverá captar 70% da margem de lucro da nova produção até 2030, valor que aumentará para 85% a partir de 2031 (Gobierno de Chile, 2025). Além disso, no âmbito da preservação ambiental na região do Atacama, o país avança na implementação das metas estabelecidas na ENL, com a criação, em janeiro de 2026, da Rede de Salares Protegidos. Esse marco delimita as áreas de proteção onde não deverão ser realizadas operações de extrativismo, permitindo que a área regional protegida do Atacama seja ampliada de 2,6% para 4,2%. O processo de escolha desses territórios incluiu um trabalho de

pesquisa científica e de consulta às comunidades locais, contando com a participação de cinco organizações representativas dos povos indígenas da região (Gobierno de Chile, 2026).

A formulação de políticas de inclusão das comunidades indígenas vem em um contexto onde a exploração de recursos naturais, historicamente, tem estado na origem de conflitos com comunidades locais, ativistas e órgãos ambientais no país. O avanço das políticas de transição energética no mundo inteiro - especialmente entre os países do Norte global - impacta diretamente a demanda por minerais críticos. Com isso, países como o Chile acabam por estimular atividades econômicas de extrativismo em seus territórios, o que resulta na degradação de ecossistemas e em diversos casos, conflitos com comunidades locais. A extração de lítio, feita nos Salares do Atacama, que conta com operações da empresa chilena SQM e da americana Albemarle, é uma operação extremamente intensiva no uso de água. Estima-se que essas duas empresas são responsáveis por extrair mais de 63 bilhões de litros de água salgada por ano das camadas mais profundas do deserto, ou seja, quase 2.000 litros por segundo (Dialogue Earth, 2025). Essas atividades de extração colocam a longevidade do ecossistema da região em risco, especialmente quando os devidos processos de regulação ambiental são negligenciados pelas empresas mineradoras. Isso é exemplificado pelo caso da SQM, que em 2016, foi denunciada pela Superintendência do Meio Ambiente do Chile pela construção de quatro poços de extração ilegal de água no Salar de Llamara (Fundación Terram, 2016).

Outra questão relevante está relacionada com o acesso e demarcação de territórios indígenas, que entram em conflito com os interesses das mineradoras. Após a redemocratização do Chile, diversos acordos para o reconhecimento de territórios indígenas foram delineados por meio da CONADI, a agência nacional de desenvolvimento indígena. No entanto, na medida em que diversas dessas terras incluem áreas de exploração de minerais, a luta das comunidades indígenas pelo reconhecimento dos seus territórios encontra dificuldades. De acordo com Dorn et al., (2022), depois de duas décadas de negociações com o Estado, as transferências de terras abrangem apenas 44,08% da área inicialmente estipulada. Essa situação é ainda mais evidente nos Salares do Atacama, onde a transferência de terras para as comunidades indígenas corresponde a menos da metade da área acordada, excluindo as propriedades de mineração das empresas SQM e Albemarle.

Nesse cenário, comunidades indígenas e ativistas ambientais continuam a usar de protestos para vocalizar sua oposição ao processo de expansão dessas atividades de mineração, cujo uso intensivo de água ameaça o futuro da bacia aquífera da região (El Ciudadano, 2025). Segundo Ciftci & Lemaire (2023), as mobilizações em massa são cada vez mais prevalentes no norte do Chile, particularmente em casos de conflitos relacionados ao lítio. Estas, surgem como uma forma proeminente de resistência, a partir da década de 2010, como uma resposta das comunidades aos desafios impostos pelos projetos de mineração na ausência de uma mediação estatal eficaz. Ainda assim, recentes expansões do setor do lítio no Chile encontram crescente resistência.

Em 2025, a estatal chilena Codelco assina um acordo, através de uma *joint-venture* com a multinacional britânica-australiana Rio Tinto, para explorar o Salar de Maricunga, o segundo maior deserto de sal do Chile (Reuters, 2025). Enquanto seis comunidades indígenas locais foram convidadas a participar da consulta sobre o projeto de Maricunga, muitas das preocupações desses representantes não foram levadas em consideração e os projetos

seguirão em frente independente da oposição indígena (The Guardian, 2026). Desse modo, apesar da extração de lítio estar profundamente interligada com o nascimento de conflitos dentro do Chile, narrativas sobre descarbonização, sustentabilidade e economia verde acabam por legitimar projetos de extração de lítio, minimizando os seus impactos negativos (Voskoboynik & Andreucci, 2022). Portanto, os países em desenvolvimento sujeitam-se ao risco de arcar com os custos ambientais e humanos da transição energética. Especialmente caso esses estados regionais se mostrem incapazes de traduzir essas vantagens geoeconômicas em desenvolvimento estratégico a longo prazo.

Da mesma forma, atores internacionais também desempenham um papel importante na mitigação dessas desigualdades sócio-ambientais. A China, através da *Green Silk Road*, tem feito esforços para incentivar as empresas chinesas a integrar o desenvolvimento sustentável em todo o processo de investimento e cooperação no exterior, particularmente em países onde os padrões locais são insuficientes (Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China, 2021). Enquanto autoridades americanas e europeias têm procurado alertar os chilenos sobre os riscos securitários associados ao envolvimento com a China, o Chile mantém uma abordagem pragmática, diversificando suas parcerias em setores da economia verde (Wang, 2026). Mas em um cenário onde as iniciativas ocidentais de integração econômica com o Sul Global, como a *Global Gateway* e a *Partnership for Global Infrastructure and Investment* avançam a passos lentos, a China avança na ecologização do seu investimento internacional. Por meio da *Green Silk Road*, Pequim assume um papel de liderança na governança ambiental global, ao mesmo tempo que melhora sua imagem internacional (Duarte et al., 2025). Esses vetores sugerem que a diversidade de atores no setor de energias renováveis no Chile pode ser ameaçada pela crescente preponderância chinesa.

A análise do caso chileno evidencia como a corrida pelo acesso a minerais críticos e a demanda por soluções sustentáveis no desenvolvimento de uma economia verde global pode influenciar a transição energética no país. No entanto, essas dinâmicas não se manifestam de maneira uniforme na região. Na Argentina, fatores como política interna, potencial de geração renovável e tendências econômicas oferecem um contraste relevante ao caso chileno. Assim, o próximo capítulo examinará o caso argentino, buscando compreender os impactos da aproximação da China ao setor energético do país, assim como o impacto da diplomacia ambiental da FRC no seu processo nacional de descarbonização.

4. *Green Silk Road* na América Latina: o caso argentino

A Argentina, de forma semelhante ao Chile, configura-se como um ator de grande importância no contexto da transição energética da América Latina. Dividindo uma vasta fronteira e, portanto, muitas características geográficas com o Chile, a Argentina também apresenta um grande potencial no desenvolvimento de energias renováveis. No norte do país, os desertos de sal entre as províncias de Jujuy e Salta são terrenos férteis para o desenvolvimento de energia solar. Já no sul do país, encontra-se uma grande capacidade para a geração de energia eólica na região da Patagônia. Como no caso chileno, a Argentina também possui um enorme potencial para produção de hidrogênio verde competitivo, viabilizada pelos setores promissores de energia eólica, energia solar e biomassa (Sigal et al., 2014; Alderete, 2025). Além disso, a Argentina também é um ator importante no mercado de minerais críticos, sendo um dos países que abrigam as reservas minerais do Triângulo do Lítio e o segundo maior produtor de lítio da ALC (IEA, 2023a).

O Estado argentino tem historicamente desempenhado um papel ativo tanto no combate às mudanças climáticas quanto na promoção da indústria nacional de energias renováveis, à exceção clara do governo de Javier Milei. A Argentina, portanto, acaba por ser atraída para o centro das discussões sobre o desenvolvimento da indústria renovável na ALC. Neste capítulo, falaremos sobre a diplomacia ambiental argentina, contextualizando o desenvolvimento das suas ambições climáticas. Além disso, colocaremos esses fatores em perspectiva com as políticas de descarbonização do país, assim como o desenvolvimento da sua indústria renovável e do seu papel como fonte de minerais críticos. Com a exportação chinesa de tecnologias verdes à América Latina ganhando cada vez mais força, trataremos também da projeção da diplomacia ambiental chinesa, que destaca-se em meio a cooperação sino-argentina no setor renovável. Por fim, este capítulo contará com considerações acerca dos desafios ambientais que o país enfrenta, incluindo a erosão de mecanismos estatais para a preservação do ambiente durante o governo de Milei.

No contexto da UNFCCC, a Argentina apresentou a sua primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) em outubro de 2015, apesar de ainda não fazer parte do grupo de países que haviam ratificado o Tratado de Paris. Em dezembro do mesmo ano, Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina e produziu importantes avanços para as políticas climáticas nacionais. Em 2016, o governo de Macri ratificou o Acordo de Paris e delineou a primeira revisão à NDC argentina, atualizando as metas expostas na primeira versão do documento (Gobierno de la de Justicia de Argentina, 2016). Durante a administração Alberto Fernández, presidente eleito em 2019, o país continuou a aprofundar suas políticas ambientais República Argentina, 2025).

Sob o governo Macri, a Argentina aprovou medidas como a "Lei dos Biocombustíveis" e a "Lei das Energias Renováveis" que estabeleceram importantes metas para a renovação da matriz energética do país (Ministerio de Justicia de Argentina, 2015; Ministerioe expandiu significativamente suas metas de descarbonização. Em dezembro de 2020, a Argentina apresentou sua segunda NDC, responsável por revisar as ambições climáticas argentinas e detalhar o progresso do país rumo à neutralidade de emissões. A nova NDC estabeleceu o objetivo de limitar as emissões do país ao máximo de 359 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente até 2030. Isso representava uma redução de 19% em relação ao pico de emissões registrado em 2007 e de 25,7% em comparação com a NDC

anterior (Secretaría de Energía de la República Argentina, 2021). Essa atualização, na prática, não significou um avanço substantivo dos compromissos climáticos do país. No ano seguinte, a Argentina reforça seu comprometimento com as metas de descarbonização no contexto da UNFCCC, submetendo a sua primeira *Long-Term Strategy*. Nesse documento, a Argentina dá um passo importante ao definir sua primeira meta de neutralidade carbono para o ano de 2050 (Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de Argentina, 2022).

Ainda durante o governo de Alberto Fernández, por meio da Resolução nº 970/23, foi criado o programa nacional de redução de emissões das atividades petrolíferas. Através dela, o governo passou a exigir das empresas petrolíferas a medição e quantificação das emissões associadas a atividades de exploração, assim como a elaboração de planos para redução de emissões (Ministerio de Justicia de Argentina, 2023). A resolução ainda não foi implementada, e o projeto de lei segue sem apreciação pelo Congresso (Tito, 2025). Nesse âmbito, a maior autonomia dos governos provinciais na Argentina confere relativa independência na elaboração de regulações. Como resultado, diversas províncias - como Neuquén, Chubut e Mendoza - passaram a promulgar regulamentações específicas para o setor de hidrocarbonetos em âmbito regional (Secretaría de Ambiente y Recursos Naturales de la Provincia de Neuquén, 2025). Para atingir seus objetivos climáticos, a Argentina aposta tanto na regulação dos setores fósseis, quanto no desenvolvimento de fontes renováveis como a energia eólica e solar, cujo potencial estratégico pode ser a chave para a descarbonização do setor energético do país.

Na Argentina, políticas de promoção das energias renováveis remontam ao ano de 1998, com a adoção da Lei 25.019, que foi responsável por definir a geração de energia elétrica a partir de fontes solar e eólica como interesse nacional (Jáuregui, 2021). Nos anos 2000, o país, com um setor renovável ainda embrionário, vai procurar incentivar o seu desenvolvimento através de programas governamentais e mudanças regulatórias. Em 2006, é instituído pelo Parlamento argentino o "Regime Nacional de Desenvolvimento para o Uso de Fontes de Energia Renovável destinadas à produção de energia elétrica". Regulamentada em maio de 2009, a lei estabelecia como meta a participação de 8% de energias renováveis no consumo elétrico até 2016 (Hurtado & Souza, 2018).

Em uma das primeiras iniciativas de incentivo governamental, no ano 2009, a Argentina inaugurou o programa GENREN, com o objetivo de incorporar 1 GW de energia elétrica proveniente de fontes de energia renováveis no prazo de 15 anos. O Programa, coordenado pela estatal argentina ENARSA, incluiu projetos para acrescentar capacidades em diversos tipos de fontes renováveis através de licitações governamentais. Entre elas estavam energia eólica, energia proveniente de biocombustíveis, biomassa, energia geotérmica, e energia solar (Unión Industrial Argentina, 2009). Apesar de constituir uma iniciativa importante para o crescimento do setor renovável argentino, o cenário econômico de elevado endividamento e acesso reduzido a financiamento externo acaba por limitar a efetividade do programa. Cinco anos depois, dos aproximadamente 1 GW em licitações concedidas no âmbito do programa, entraram em operação apenas 130 MW de energia eólica, 7,2 MW de energia fotovoltaica, 1 MW de biogás e 1 MW de energia hidrelétrica (Recalde, 2017). Em um contexto de dificuldades econômicas que inviabilizaram investimentos significativos, ao final de 2014 a energia renovável correspondia a menos de 1% da eletricidade produzida na Argentina, aquém da meta de 8% definida em 2009 (Hurtado & Souza, 2018).

A partir de 2015, o país entra em uma nova fase no desenvolvimento do setor renovável, com a aprovação da Lei 27.191, que reformula o Regime Nacional de Promoção do Uso de Fontes de Energia Renovável para a Produção de Eletricidade. Entre os objetivos desse novo regime estavam garantir que a geração de energia a partir de fontes renováveis representasse 20% do consumo total de energia da Argentina até o final de 2025 (Ministerio de Justicia de Argentina, 2015). Para alcançar essas metas, o novo regime estabelece dois importantes mecanismos, o Programa RenovAr e o Fundo Fiduciário para Energias Renováveis. O Programa RenovAr foi um programa de licitações públicas para projetos de energia renovável, realizado em várias rodadas de leilões envolvendo projetos de investimento, apresentados por empresas nacionais e internacionais.

Para assegurar a viabilidade do programa, a Argentina destinou $860 milhões ao Fundo Fiduciário para Energias Renováveis, com o objetivo de fornecer garantias de pagamento para todos os contratos de energia licitados, bem como assistência ao financiamento de projetos (Navia, 2016). A Argentina, dessa forma, teve sucesso em utilizar do investimento estrangeiro como alternativa para desenvolver o seu setor da energia verde. Com isso, a China, que vinha ganhando tração no desenvolvimento de infraestrutura energética no exterior, passa a ingressar cada vez mais no setor renovável argentino. Com a implantação do Programa RenovAr, a cooperação sino-argentina no setor renovável aprofundou-se significativamente. Segundo Jaurégui (2021), companhias chinesas participaram das rodadas de leilões do programa RenovAr em 2016 e, ao todo, empresas chinesas conquistaram cerca de 30% do total de projetos de energia renovável nessas rodadas.

A partir das licitações concedidas sob o programa, companhias chinesas ingressaram na construção de parques eólicos e parques solares ao redor do país. À chinesa Envision Energy foram concedidas licitações para a construção de diversos empreendimentos de energia eólica. Entre eles, o parque eólico Los Meandros de 75 MW em Neuquén, o parque eólico García del Río de 10 MW e o parque solar Vientos del Secano de 50 MW, ambos em Buenos Aires, além do megaprojeto Pampa, de 100 MW, entregue a estatal chinesa Sinohydro (Tisheva, 2016). Mesmo após os leilões do Programa RenovAr, a China continua a construir uma presença significativa no setor eólico da Argentina. Nesse sentido, as empresas chinesas PowerChina e Goldwind participam do desenvolvimento de quatro parques eólicos com uma capacidade instalada total de 355 MW, em Loma Blanca, inaugurado em 2020. As duas empresas chinesas também desenvolveram o parque eólico de Miramar, em Buenos Aires, com capacidade de 96 MW (China Global South Project, 2025b). Entre os projetos eólicos com envolvimento chinês, está o Parque Eólico El Angelito, na província de Chubut. Com capacidade de geração de energia de 200 MW, o projeto, que deveria ser totalmente financiado por entidades chinesas e executado pela empresa Sinowind, não saiu da fase de planejamentos (Global Energy Monitor, 2026).

No setor da energia solar, a China também participa de diversos projetos de infraestrutura energética em diferentes regiões ao redor da Argentina. A província de Jujuy é um caso importante, que exemplifica o envolvimento chinês com os governos provinciais argentinos. O governo de Jujuy desfruta de uma relação de cooperação especialmente interconectada com a China, tanto pelo seu potencial energético quanto pela presença de atividades de mineração de lítio na região (Dialogue Earth, 2025). Na província, foi desenvolvido o parque solar de Cauchari, em uma parceria entre a estatal argentina Jujuy

Energía y Minería Sociedad del Estado (JEMSE) e as chinesas PowerChina e Shanghai Electric. Financiado pelo Exim Bank of China, o parque solar de Cauchari tornou-se o maior parque solar da América Latina em funcionamento, com 312 MW de capacidade instalada (PowerChina, 2023).

Em 2024, após uma visita realizada pela delegação de Jujuy à China, a JEMSE fechou um acordo com a chinesa Gotion - uma das principais fabricantes de baterias de lítio no mundo - para a construção de uma usina solar na fazenda El Pongo. O campo solar fotovoltaico deverá ser construído a 34 quilômetros da capital da província, planejando-se uma capacidade de geração de 200MW (Pregon, 2024). Por fim, a estatal chinesa China Railway Rolling Stock Corporation esteve por trás da fabricação do Tren de la Quebrada, o primeiro trem movido a energia solar da América Latina, inaugurado em 2024. Em outras regiões da Argentina, empresas chinesas também possuem um envolvimento importante no setor solar. Em 2019, na província de San Juan, inaugurou-se o parque solar Iglesia–Estancia Guañizuil, com painéis solares de tecnologia chinesa, em parceria com a Jinko Solar, a maior fabricante mundial de painéis solares fotovoltaicos. Esse projeto, produto de um leilão da Rodada 1.5 do projeto RenovAr, contou com um investimento de $104 milhões e uma potência instalada de 80 MW (Ministerio de Economía de Argentina, 2019). Na província de Salta, a PowerChina também esteve por trás da construção do Parque Solar Cafayate, inaugurado em 2019, com capacidade de 97,6 MW (Gobierno de Salta, 2021). A China, portanto, tornou-se um dos principais atores no desenvolvimento de infraestrutura energética limpa na Argentina, antes mesmo do país ingressar na Faixa e Rota Chinesa.

Por fim, a potência asiática também protagonizou uma participação controversa no setor nuclear argentino, por conta do acordo para a construção da usina nuclear Atucha III. Durante a visita da presidente argentina Cristina Kirchner à China, em fevereiro de 2015, os dois países assinaram um acordo para a construção conjunta de duas usinas nucleares na Argentina. O acordo, que incluía a construção de dois reatores, foi realizado em parceria com a China National Nuclear Corporation. A companhia chinesa deveria contribuir com tecnologia e equipamentos, além de oferecer 70% do financiamento para a realização do empreendimento (China Atomic Energy Authority, 2015). No entanto, em um contexto de crise econômica, o projeto acaba por ficar paralisado, devido a problemas de financiamento, até o ano de 2022. Em 2022, a estatal chinesa China National Nuclear Corp reviveu o acordo, avaliado em $8 bilhões, para construir a usina de Atucha III (Reuters, 2022). O projeto deverá ter uma potência de 1.200 MW e poderá ser fundamental para a reestruturação do programa nuclear argentino, historicamente afetado por problemas de financiamento. Assim, o ímpeto argentino no desenvolvimento da sua indústria renovável nacional acaba por atrair a cooperação da China, que fortalece sua pegada internacional renovável e amplia o alcance da sua diplomacia ambiental na América Latina.

O sucesso do projeto RenovAr na captação de investimento estrangeiro, somado a reformas importantes como a reformulação do Regime Nacional de Promoção do Uso de Fontes de Energia Renovável para a Produção de Eletricidade, contribuíram para a alavancar o setor renovável na Argentina. Com isso, a participação de fontes renováveis (excluindo energia hidrelétrica) na matriz energética argentina saltou de 2% em 2015 para 10% em 2021 (Calvetti et al., 2021; Ember, 2026). A proximidade sino-argentina na cooperação renovável, portanto, contribui para o desenvolvimento das capacidades verdes do país ao mesmo tempo em que conduz a aproximação da China com o continente Sul americano. No entanto, apesar

do crescimento do envolvimento chinês no setor energético da ALC ser bastante pautado na adição de capacidades renováveis, a China já cultivava uma presença histórica em importantes áreas da economia Argentina. Isso inclui investimento e financiamento em uma diversidade de projetos, como energias fósseis, linhas de transmissão, agropecuária e mineração de lítio (Jaurégui, 2021).

No campo das energias fósseis argentinas, a China surge como um ator de importância crescente desde 2010. Neste ano, a estatal chinesa Sinopec adquiriu os ativos argentinos de petróleo da Occidental Petroleum Corp, companhia com sede nos EUA, em um acordo de $2,45 bilhões (Reuters, 2010). Ainda em 2010, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), empresa público-privada chinesa, adquiriu uma participação de 50% na empresa argentina Bridas, em um investimento de $3,1 bilhões (Offshore Energy, 2010). Posteriormente, em 2017, ambas as empresas, CNOOC e Bridas, anunciam uma *joint venture* em acordo com a inglesa BP, resultando na formação da Pan American Energy, que tornou-se a maior empresa privada de energia em operação na Argentina (BP, 2017). O grupo também possui participação na extração de gás e petróleo através de fraturamento hidráulico no campo de Vaca Muerta, que atualmente fornece mais da metade do gás e petróleo produzido na Argentina.

No setor de geração térmica, o país asiático esteve presente no financiamento e fornecimento de tecnologia para o projeto da Central Termoeléctrica Manuel Belgrano II. Em fevereiro de 2015, o Exim Bank of China assinou um memorando de entendimento com o governo argentino para o financiamento do projeto, que envolveu um empréstimo de $1 bilhão, em parceria com a estatal chinesa China National Technical Import and Export Corporation (The Republic of Argentina & The Export-Import Bank of China, 2015). O projeto, construído no distrito de Buenos Aires, conta com capacidade de 868 MW e configura a terceira maior usina deste tipo na província (AidData, 2015). Desse modo, a participação da China no setor energético argentino revela a dualidade do papel histórico do país na descarbonização das economias latino-americanas. A cooperação com a China em projetos renováveis cresce com a transformação verde da ação externa chinesa, que ganha tração com a ecologização da FRC.

Ao mesmo tempo, a magnitude histórica dos investimentos chineses no ramo da geração fóssil continua a superar por uma boa margem os novos projetos de energia renovável no Sul Global. Entre 2013 e 2025, o investimento acumulado em projetos de petróleo e gás atingiu, respectivamente, $156 bilhões e $113 bilhões. Em contraste, os investimentos em energia solar e eólica somaram $72,9 bilhões, e a energia hidrelétrica recebeu $69 bilhões (Nedopil, 2026). Portanto, na medida em que a China integra a FRC ao seu aparato de diplomacia ambiental, estes novos investimentos passam a ser operados em uma lógica de *small but beautiful*, buscando crescimento qualitativo em projetos menores e de mais rápida implementação (Yoon, 2024). Enquanto nos primeiros anos da FRC, o valor individual médio dos contratos era cerca de $500 milhões, esse número caiu continuamente, chegando a menos de $400 milhões em 2022 (Nedopil, 2023b). Essa diminuição, apesar de ser motivada, entre outros fatores, pela necessidade de redução de riscos, coincide com a virada ecológica da iniciativa e o fim do financiamento para projetos de geração a carvão.

No setor de produção de lítio, a Argentina configura-se como um dos principais atores na América Latina e no cenário global. Nesse contexto, o lítio surge como um dos principais focos do investimento chinês na Argentina. A China, que é responsável pela extração de 22%

lítio mundial, refina 70% dos produtos químicos de lítio globais e controla 95% do refino de minérios de rocha dura (IEA, 2025c). Enquanto a região da América Latina responde por cerca de 45% das reservas mundiais, a Argentina é responsável por aproximadamente 4,2% da produção de lítio global, posicionando-se como o quarto maior produtor desse recurso no mundo (U.S. Geological Survey, 2025). A presença chinesa no setor do lítio argentino passa, portanto, pelo estabelecimento de controle estratégico de importantes reservas desse minério. E, na medida em que a transição energética torna a produção crescente de baterias de lítio indispensável, o acesso ao lítio também cresce em relevância.

As empresas chinesas são líderes globais em todas as etapas da cadeia de produção do lítio. Das 10 maiores fabricantes mundiais de baterias de íon-lítio, seis são empresas chinesas (Statista, 2025). Na Argentina, a participação da China foca-se sobretudo no domínio da mineração e extração desse material, estando envolvida em uma variedade de projetos, especialmente no norte da Argentina. Na província de Jujuy, a chinesa Ganfeng Lithium, uma das principais produtoras de lítio da China, possui participação no projeto Cauchari-Olaroz. A Ganfeng Lithium detém 46.7% do projeto, operado em conjunto com a canadense Lithium Americas, que detém 44,8% de participação, e a estatal argentina JEMSE, com 8.5% (Lithium Argentina, 2026a). O projeto, inaugurado em junho de 2023, utiliza o potencial de produção de energia solar como principal fonte de energia para a extração do lítio. Em 2025, a produção total foi de aproximadamente 34.100 toneladas de carbonato de lítio e, em dezembro do mesmo ano, a Cauchari-Olaroz apresentou pedidos de licença ambiental para realização de uma expansão, que visa adicionar 45.000 toneladas de capacidade de produção anual (Lithium Argentina, 2026b).

Na província de Salta, a Ganfeng Lithium também opera outros dois empreendimentos de extração de lítio, o projeto Mariana e o projeto Pozuelos-Pastos Grandes. Nas regiões de Salta e Jujuy, a Ganfeng Lithium controla pelo menos 122.432 hectares de terra, e seus projetos em operação, Cauchari-Olaroz, Mariana e Pozuelos-Pastos possuem recursos totais estimados em 24,58 milhões de toneladas, 8,12 milhões de toneladas e 11,06 milhões de toneladas de carbonato de lítio equivalente, respectivamente (Dialogue Earth, 2024a; S&P Global, 2025). A China, dessa forma, constrói uma posição de protagonismo no setor de lítio argentino, focada sobretudo no controle de recursos e na extração de matérias-primas brutas. Em 2024, as exportações de lítio argentino para a China atingiram o valor de $406 milhões, tornando a China o principal comprador de lítio argentino no mundo (World Integrated Trade Solution, 2025). Essa participação, por sua vez, pode ser explicada não só pelo interesse chinês em acessar as abundantes reservas de lítio argentinas, mas também pelo desejo da Argentina em promover sua descarbonização através de um acesso maior às baterias de lítio, assim como à indústria de VE's chineses (Jauregui, 2024). Nesse sentido, em 2021, a província de Jujuy e o governo nacional argentino assinaram um MoU com a Ganfeng Lithium, em um acordo que busca viabilizar a instalação de uma fábrica de baterias de lítio para mobilidade sustentável no norte do país (Ministerio de Economía de Argentina, 2021).

Apesar do seu protagonismo, a China não é o único ator competindo por espaço nesse setor. Em 2023, a Argentina e a União Europeia assinaram um MoU para estabelecer uma parceria estratégica em cadeias de valor de matérias-primas sustentáveis. Essa parceria busca aprofundar a cooperação Argentina-UE em áreas essenciais para apoiar seus processos de transição energética, com foco no fornecimento de minerais críticos (European Commission,

2023). A corrida pela diversificação de fontes de matérias-primas, portanto, move tanto os atores europeus quanto chineses a intensificar sua presença no setor de mineração da América Latina por meio de iniciativas como a FRC e a *Global Gateway*. Desse modo, a competição pela centralidade nas cadeias de produção de matérias-primas essenciais para a transição energética explica o aumento da cooperação dessas potências com os países da ALC.

Ao mesmo tempo, as economias emergentes latino-americanas devem ser capazes de utilizar essas vantagens de forma estratégica, para não apenas atrair capital estrangeiro, mas impulsionar o desenvolvimento da cadeia de valor regional. Adicionalmente, a ALC pode utilizar essa janela de oportunidade para viabilizar sua transição energética, ao mesmo tempo em que promove mudança estrutural, superando a dependência regional nos seus setores primários. Apesar da presença chinesa ser capaz de entregar à Argentina as condições materiais para o avanço do seu projeto de descarbonização, essa incursão impõe custos ambientais e sociais ao país latino-americano. A agência argentina na relação bilateral, portanto, é fundamental para que o país possa desenvolver a cooperação com a China, ao mesmo tempo que mitiga esses custos. Dessa forma, a Argentina pode distanciar-se da formação de uma dinâmica bilateral de Centro-periferia com a China, que vem sendo construída gradativamente.

A partir do crescimento explosivo da China nos anos 2000, que transformou a potência asiática no maior importador de matérias-primas no mundo, a ALC surge como um parceiro comercial crescentemente relevante para Pequim, na medida em que a demanda chinesa por *commodities* alavanca o comércio entre as duas regiões (Bilmes, 2025). A partir de então, a América Latina, de forma geral, passa a cumprir o papel de exportador de produtos agrícolas, energia e minerais brutos para a China (Guo, 2023). No caso da Argentina, o aumento da cooperação econômica e dos investimentos chineses no país surge a partir dessa tendência. A partir de 2008, a China passa a ocupar o lugar de segundo maior parceiro comercial da Argentina, atrás somente do Brasil (World Integrated Trade Solution, 2008).

Nos anos seguintes, esses movimentos econômicos culminaram em uma maior aproximação institucional sino-argentina. Durante o governo de Cristina Kirchner, a relação bilateral entre Pequim e Buenos Aires atingiu um novo patamar. Em 2014, Xi Jinping visitou a capital argentina e assinou, em conjunto com a presidente argentina, a Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de uma Parceria Estratégica Abrangente entre a República Popular da China e a República Argentina (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2014). Nessa ocasião, outros importantes acordos bilaterais foram subscritos, como o Plano de Ação Conjunta dos Governos da China e da Argentina e o Acordo de Cooperação Econômica e de Investimento China-Argentina.

Até o governo de Cristina Kirchner, a Argentina mantinha uma posição de proximidade às economias emergentes e buscava também, na parceria com a China, formas de mitigar a sua crise financeira. Em Julho de 2014, ambos os países firmaram um novo acordo de swap cambial, que vem em sequência a dois acordos similares, em 2009 e 2012, com o objetivo de promover o comércio e investimento bilateral, além de fomentar as reservas cambiais da Argentina (Arnold, 2023). Em dezembro de 2015, a eleição de Mauricio Macri para a presidência da Argentina colocou dúvidas sobre o aprofundamento da

cooperação com a China. Representando um rompimento ideológico com o governo anterior, Macri manifesta um desejo de reaproximação aos EUA. Em reunião com o presidente americano Donald Trump durante a cúpula do G20, em Buenos Aires, Macri chega a questionar a presença predatória da economia chinesa na América Latina, sinalizando uma postura crítica à China em um contexto de guerra comercial entre as duas potências (Politico, 2018). No entanto, mesmo deixando de lado a componente ideológica das relações bilaterais, o pragmatismo de Macri nas relações com Pequim teve poucos impactos negativos no desenvolvimento do vínculo sino-argentino (Lin, 2017).

Sob Macri, os dois países continuam a ter avanços na agenda bilateral. Em 2016, Macri reúne-se com Xi Jinping na China, ocasião onde reafirma o grande potencial de desenvolvimento das relações sino-argentinas e manifesta interesse na expansão de investimentos de empresas chinesas em áreas como infraestrutura e no setor agrícola argentino (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2016a). Durante o governo de Macri, a China passa a traçar a expansão da FRC para a América Latina. Embora sustentasse críticas à aproximação com Pequim, Macri manteve estreitas relações econômicas com a potência asiática e abriu as portas para a entrada argentina na FRC. Em 2017, o presidente atendeu ao Primeiro Fórum do Cinturão e Rota, em Pequim, onde advogou pelo avanço da cooperação econômica entre o Mercosul e a China (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2017).

Durante a administração de Alberto Fernández, em 2019, a Argentina continuou a atravessar um período de instabilidade econômica, negociando, juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), novos pacotes de empréstimos e reestruturação de dívidas (International Monetary Fund, 2022). Nesse contexto, a Argentina também favorece a integração com a China, buscando na potência asiática, fontes alternativas de financiamento e dinamismo econômico. A aproximação sino-argentina manifesta-se especialmente no campo das instituições multilaterais. Com Fernández na presidência, a Argentina avançou nas negociações para entrada no bloco dos BRICS, que, de acordo com Fernández, deveria abrir "possibilidades de entrada em novos mercados, consolidação dos mercados existentes, aumento do investimento, criação de empregos e aumento das importações" (Reuters, 2023).

Em 4 de fevereiro de 2022, a Argentina e a China assinam o MoU sobre Cooperação no Quadro da Iniciativa do Cinturão Econômico da Rota da Seda e Rota da Seda Marítima do Século XXI, oficializando a entrada do país latino na iniciativa. Em conjunto com o MoU, os dois países estabeleceram dois pacotes de financiamento para obras estratégicas de infraestrutura, que, ao todo, somavam mais de $27 bilhões (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina, 2022a). O primeiro pacote, de $14 bilhões, consistiu em projetos aprovados durante a quinta edição da reunião bilateral Diálogo Estratégico para a Cooperação e Coordenação Econômica entre a República Argentina e a República Popular da China. O financiamento restante, por sua vez, foi destinado a projetos desenvolvidos no contexto do Plano de Cooperação para Promoção da Faixa e Rota Chinesa, assinado no ano seguinte (The State Council of the People's Republic of China, 2023). Ainda em 2022, a Argentina assume a presidência da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), principal canal de diálogo multilateral da região com a China (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina, 2022b).

Até o governo de Alberto Fernández, a Argentina mantinha uma postura de relativa proximidade com a China e ambos os países desfrutavam de uma crescente cooperação econômica, especialmente após o ingresso do país latino à FRC. Em 2022, o investimento chinês no setor de energia argentino totalizou mais de $2,8 bilhões, dentre os quais $907 milhões foram destinados a projetos de energia renovável (Nedopil, 2023a). Já em 2023, o envolvimento chinês no setor de energia na Argentina concentrou-se exclusivamente nos investimentos em redes de distribuição. Em parceria com a chinesa China Electric Power Equipment and Technology, a Argentina negocia um projeto de renovação e expansão de infraestrutura energética na província de Buenos Aires. O projeto, que consistiu na construção de uma estação transformadora e mais de 500 km de linhas de alta e extra alta tensão, recebeu um investimento estratégico de $1,1 bilhão (Ministerio de Economía de Argentina, 2022).

Após um ano da entrada da Argentina na Iniciativa do Cinturão e Rota, num ambiente de otimismo nas relações sino-argentinas, a eleição de Javier Milei nas eleições, em dezembro de 2023, representou um momento de viragem na diplomacia argentina, principalmente no que tange a postura em relação à proximidade com a China. Já durante a sua campanha presidencial, Milei apresentava um discurso de hostilidade quanto ao parceiro asiático, afirmando que “não faz pactos com comunistas” e que a população chinesa “não é livre” (Reuters, 2023). Dessa forma, Milei distanciou-se politicamente do governo chinês, anunciando sua vontade de posicionar-se junto de parceiros como os EUA e Israel ainda antes de subir ao cargo. Logo após ser eleito, Milei decide recuar no ingresso da Argentina ao bloco dos BRICS, que havia sido negociado no governo de Alberto Fernández (Al Jazeera, 2023). Esse recuo, portanto, sinaliza uma mudança drástica na abordagem de política externa relativamente à China e no alinhamento com outras economias emergentes.

O impacto repentino da retórica anti-chinesa de Milei simboliza um retrocesso nas relações da Argentina com o seu segundo maior parceiro comercial e provoca instabilidade na cooperação bilateral. Esse cenário acabou por provocar respostas do governo chinês, que suspendeu a linha de swap cambial que havia sido negociada com o governo anterior (South China Morning Post, 2023). Apesar da retórica agressiva do início do seu governo, Milei abrandou o discurso após quase um ano na ocupação do cargo, em favor de uma postura mais pragmática. Durante uma entrevista, em setembro de 2024, Milei se referiu ao país asiático como um "parceiro comercial interessante" e afirmou que deveria visitar a China em 2025, em razão do Fórum China-CELAC, sediado em Pequim - promessa que acabou por não se concretizar (G1, 2024).

Já em novembro de 2024, durante Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, Javier Milei reuniu-se com Xi Jinping, ocasião onde agradeceu à China pela valiosa assistência prestada à Argentina na estabilização de sua situação econômica e financeira interna, além de expressar o desejo de fortalecer ainda mais a cooperação com a China nas áreas de economia, comércio, energia, mineração e finanças (Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 2024b). A alteração de tom no discurso de Milei sinaliza uma busca pela normalização do contexto diplomático entre países, numa tentativa de retomar o pragmatismo característico do governo de Macri. Em 2025, os dois países renovam por mais um ano o acordo sobre a linha de swap cambial de $5 bilhões, permitindo que o Banco Central da Argentina proteja-se contra riscos em um contexto onde o país latino continua a negociar os termos dos seus empréstimos feitos ao FMI. Portanto, apesar das alterações no

direcionamento da política externa sob Milei, a importância das relações bilaterais com a China obriga o novo presidente argentino a recuar da hostilidade ao pragmatismo. Ainda assim, dentro das áreas de cooperação sino-argentina, a dimensão renovável - que inclui a atuação da *Green Silk Road* - pode ficar comprometida pela abordagem de Milei nas questões ambientais.

Com a eleição de Javier Milei, o país alterou substantivamente o rumo das suas políticas ambientais. No seu governo, o comprometimento da Argentina com o cumprimento das suas metas climáticas torna-se cada vez mais incerto, especialmente levando em consideração o posicionamento do novo presidente em relação a pautas ambientalistas. Durante a sua campanha eleitoral, Milei criticou regulações ambientais excessivas e defendeu uma posição de ceticismo em relação às mudanças climáticas provocadas pela atividade humana, afirmando que "o aquecimento global é uma mentira do socialismo" (Reuters, 2024). No campo econômico, Milei adota uma postura ideológica anticomunista somada a uma defesa radical do *laissez-faire* e à incorporação de privatizações e redução do Estado como partes centrais do seu discurso político (Sendra & Marcos-Marne, 2024).

Somando ambas essas tendências, Milei introduziu um pacote de reformas de austeridade econômica e redução do papel social do Estado ao assumir o governo. Entre essas reformas, o novo governo implementou uma redução significativa na estrutura ministerial, diminuindo o número de ministérios de 18 para nove (G1, 2023). Desse modo, o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Argentina, que até então desempenhava o papel de agência coordenadora das políticas nacionais em matéria ambiental, é rebaixado à categoria de subsecretaria. Sob a gestão de Milei, as funções do antigo Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável diluíram-se entre outras secretarias, contribuindo para uma perda de centralidade da agenda ambiental. A escolhida como chefe da nova subsecretaria foi Ana Vidal de Lamas. A nova secretária, além de defender a visão de uma crise climática cíclica, sem relação com as emissões de GEE provocadas pela ação humana, toma medidas para descontinuar financiamento de órgãos internacionais a fundos de preservação ambiental (La Nación, 2024).

Nesse sentido, a diplomacia ambiental argentina passa por um duro processo de fragilização, colocando em questão a participação efetiva da Argentina em iniciativas climáticas multilaterais e no avanço da descarbonização no país. Isso é exemplificado pela participação da Argentina durante a COP 29, no Azerbaijão. Em um movimento polêmico, após participarem dos dois primeiros dias do evento, a delegação argentina se retira das negociações e retorna à Argentina por ordens do Ministério das Relações Exteriores (CNN, 2024). Já durante a COP 30, em Belém, apesar de provocar incertezas ao não confirmar a presença da Argentina na conferência, o país enviou representantes ministeriais para o evento (CNN Brasil, 2025). Portanto, em um momento de regressão institucional e desmantelamento das capacidades de combate às mudanças climáticas, a Argentina perde protagonismo regional na diplomacia ambiental. Sob Milei, o alinhamento argentino com a política americana de negação das mudanças climáticas e boicote à UNFCCC marginalizam a diplomacia argentina no ambiente internacional. Apesar de se comprometer em manter todos os compromissos climáticos internacionais existentes, a política climática do novo governo argentino prejudica o avanço da descarbonização do país no longo-prazo.

5. Conclusão

Tendo como plano de fundo o enquadramento teórico da diplomacia ambiental, esta dissertação buscou responder à pergunta de investigação delimitada: "Em que medida a ecologização fomentada pela *Green Silk Road* impacta a transição energética da Argentina e do Chile?". Com a análise apresentada, delineamos de que formas a iniciativa da Faixa e Rota Chinesa passa a incorporar a ideologia ambientalista, transformando-se em um instrumento econômico e político voltado para a expansão da esfera de influência chinesa e a promoção da China como potência verde ao redor do globo. A FRC, como um projeto de política externa, subordina-se não apenas aos interesses econômicos chineses, mas também aos seus interesses políticos e estratégicos de longo-prazo. Desse modo, a atuação da iniciativa ganha contornos geopolíticos, também no contexto da competição econômica e política com os EUA. Como consequência, o seu processo de alargamento para a América Latina passa por dinâmicas de disputa por espaços políticos, assim como por centralidade nas cadeias de produção e acesso a recursos estratégicos. Simultaneamente, para a China, a FRC cumpre um importante papel na superação de fragilidades históricas, diversificando parceiros comerciais, promovendo segurança energética e o acesso a matérias-primas cruciais para o seu desenvolvimento econômico.

Por meio da *Green Silk Road*, a China expande também o alcance do seu *soft power*, que passa a ser atrelado à ideologia ambientalista e à construção de uma economia sustentável. A ecologização da FRC, que culmina na conceptualização da *Green Silk Road*, é determinante na promoção de uma visão chinesa de cooperação em torno da descarbonização. Esse processo desenvolve o papel da China como potência verde, de maneira que visa posicionar o país no centro da nova economia de baixo carbono. Para atingir esses objetivos, a *Green Silk Road* promove reorientações estruturais na forma como a China interage com as economias latino-americanas. A partir de 2021, o curso dos investimentos em infraestrutura energética é alterado, em uma decisão política de abandonar novos empreendimentos em energias ligadas ao carvão nos países parceiros, apesar de estes constituírem uma importante fatia do investimento externo chinês no setor. Essas mudanças, aliadas a uma conjuntura onde a China torna-se o principal ator mundial na produção de painéis solares e baterias de lítio, abrem espaço para um crescimento gradual dos investimentos em tecnologias renováveis.

Portanto, nossa primeira conclusão sublinha o impacto relevante trazido pela *Green Silk Road* na promoção da transição energética da Argentina e do Chile. A China, através da ecologização da FRC, traz novos vetores políticos e econômicos à ALC, que aplicam pressões positivas para o processo de descarbonização desses países. No âmbito econômico, a incursão da China no setor da energia limpa e o investimento em projetos de tecnologia verde permite às economias emergentes o acesso a infraestruturas essenciais a esse movimento. Isso dá condições para que a Argentina e o Chile possam descarbonizar suas matrizes energéticas, alinhando-se aos seus respectivos compromissos climáticos internacionais e objetivos de desenvolvimento sustentável. Através da cooperação no setor das energias renováveis, a China permite, a estes países, o acesso aos requisitos materiais para a viabilização de um projeto de descarbonização. Ou seja, a *Green Silk Road*, por meio da sua componente econômica, promove investimento na construção de uma base material que viabilize a descarbonização da Argentina e Chile.

Por outro lado, nossa segunda conclusão evidencia o papel da *Green Silk Road* como um importante veículo da diplomacia ambiental chinesa, que, por sua vez, também contribui para o avanço da descarbonização na Argentina e no Chile. A *Green Silk Road* promove a ideologia política da economia renovável, exercendo influência a nível institucional, por meio de processos como a cooperação em fóruns multilaterais, a assinatura de Memorandos de Entendimento e parcerias estratégicas. Estes buscam alinhar os objetivos das elites nacionais, condicionando o processo de formulação de políticas públicas que direcionam esses países à neutralidade de carbono no longo-prazo. A iniciativa age como veículo de diplomacia ambiental, alterando o ambiente político desses países. Esses vetores direcionam a Argentina e o Chile a adotar um modelo de desenvolvimento sustentável e assumir um papel na economia verde global, onde a China se insere como potência verde e figura central. Apesar disso, a agência dos dois países não pode ser ignorada, constituindo uma variável fundamental na construção de políticas de descarbonização, assim como na promoção de relações de cooperação com a China. No caso da Argentina, isso torna-se mais evidente, a partir do governo de Javier Milei. A eleição de Milei representa uma ruptura para o direcionamento da política externa argentina, tanto na dimensão das relações bilaterais com a China, como no âmbito das políticas ambientais e metas climáticas argentinas.

Nossa terceira conclusão aponta que, apesar de agir como um vetor positivo na construção da transição energética na Argentina e no Chile, a atuação da *Green Silk Road* também implica custos ambientais e fortalece fragilidades sistêmicas desses países. Enquanto a China garante aos dois países latino-americanos o acesso à tecnologias e investimento renovável, a expansão da iniciativa também serve objetivos estratégicos de longo-prazo para a China. A *Green Silk Road* fortalece a presença da China no Triângulo do Lítio, permitindo ao país controle das cadeias de produção de metais críticos e diversificando as fontes chinesas de energia, *commodities* e matérias-primas. Essas tendências agravam a dependência argentina e chilena nas exportações do setor primário, fragilizando essas economias e contribuindo para a manutenção do estatuto periférico da região nas cadeias de valor globais. Além disso, a primarização da economia e o aumento da dependência no setor extrativista contribuem para a degradação ambiental de diversos ecossistemas e a criação de conflitos com comunidades locais. Ambos os países correm o risco de arcar com custos ambientais e humanos da transição energética, ao mesmo tempo que mantêm um papel de fornecedor de matérias-primas para as economias desenvolvidas.

Desse modo, verificamos a construção gradual de uma relação de Centro-periferia entre a China e a Argentina e Chile, que revela a dualidade da presença da *Green Silk Road* na região. A concepção dessas dinâmicas também coloca os dois países em uma posição de vulnerabilidade frente à China, criando interesses conflitantes, na medida em que a descarbonização deixa de ser associada à justiça ambiental. Portanto, desde a criação da *Green Silk Road* e sua expansão para a ALC, a China tem criado pressões políticas e oportunidades de cooperação econômica que aproximam a Argentina e o Chile dos seus objetivos de renovação da matriz energética. Ainda assim, essa expansão também reforça assimetrias sistêmicas e impõe riscos à manutenção da soberania, preservação do meio ambiente e sustentabilidade econômica no longo-prazo para esses dois países.

Por fim, para o avançar no entendimento da *Green Silk Road* e seus impactos para a transição energética global, evidenciam-se alguns espaços que devem ser explorados em futuras investigações. Primeiramente, a relação da iniciativa chinesa com o setor renovável

com outros estados dentro da ALC, ou até mesmo com outras regiões do mundo em desenvolvimento pode ser uma via interessante de estudo. Os fatores geográficos, econômicos e políticos que marcam a relação da *Green Silk Road* com a Argentina e o Chile tomam formas distintas em outras partes do mundo. Dentro da ALC, países como Brasil e Peru oferecem estudos de caso determinantes para o entendimento da ação externa chinesa na região. Fora da ALC, a atuação da *Green Silk Road* em outros países de elevado potencial para a economia verde, como a Indonésia e a Malásia, ainda permanece um tema pouco explorado na literatura. Além disso, outros estudos poderiam explorar mais a fundo o papel da *Green Silk Road* na criação de estruturas neocoloniais e novas formas de exploração nas suas relações com as economias do Sul Global, frequentemente mascaradas por discursos sobre desenvolvimento sustentável. Em síntese, essas vertentes de pesquisa constituem oportunidades para aprofundar os achados desta dissertação, permitindo um entendimento ainda mais abrangente da geopolítica da descarbonização em meio a um ambiente internacional em constante mudança.

Bibliografia

Fontes Primárias:

AidData. (2015). China Eximbank pledges financing for Manuel Belgrano II Thermoelectric Power Plant Project. https://china.aiddata.org/projects/54566/

Autoridade Marítima do Panamá. (2017, 17 de novembro). Memorando de entendimento entre a Autoridade Marítima do Panamá da República do Panamá e o Ministério dos Transportes da República Popular da China sobre cooperação marítima. https://mire.gob.pa/images/PDF/documentos%20y%20formularios/Acuerdoschina/Nuevos/8)%20COOPERACION%20MARITINA(ESPANOL).pdf

Belt and Road Portal. (2025, April 3). Cooperation framework of BRI. https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/0KO9IB90.html

BNamericas. (2026, January 8). Solar park and BESS Desierto de Atacama of Pacific Hydro begins commercial operation. https://www.bnamericas.com/en/news/solar-park-and-bess-desierto-de-atacama-of-pacific-hydro-begins-commercial-operation

BP. (2017, September 11). BP and Bridas to combine PAE and Axion Energy, forming new integrated energy company. https://www.bp.com/en/global/corporate/news-and-insights/press-releases/bp-bridas-combine-pae-axion-energy.html

BRICS. (2025, January 20). About the BRICS. https://brics.br/en/about-the-brics

Caribbean Journal. (2013, October 4). Op-Ed: Jamaica, China and Goat Island. https://www.caribjournal.com/2013/10/04/op-ed-jamaica-china-and-goat-island/#:~:text=Goat%20Island%20is%20thought%20to,States%20mean%20for%20bilateral%20relations%3F

China Atomic Energy Authority. (2015, August 4). Cooperation with China helps ensure Argentina's energy security. https://www.caea.gov.cn/english/n6759361/n6759363/c6793276/content.html

Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola. (2022, 1 de dezembro). Sequía 2022/23: impacto productivo y económico. Contenidos CREA. Disponível em

https://www.contenidoscrea.org.ar/agricultura/sequia-202223-impacto-productivo-y-economico-n5326281.

Ember. (2025). Chile surpasses 40% wind and solar for the first time in December. https://ember-energy.org/latest-updates/chile-surpasses-40-wind-and-solar-for-the-first-time-in-december/

ENAP. (2023). ENAP firma acuerdo con seis empresas de energía para generar el mayor desarrollo de infraestructura de hidrógeno verde en el país. https://www.enap.cl/sala-de-prensa/enap-firma-acuerdo-con-seis-empresas-de-energia-para-generar-el-mayor-desarrollo-de-infraestructura-de-hidrogeno-verde-en-el-pais

European Commission. (2023, June 13). Memorandum of understanding establishing a partnership between the EU and Argentina on sustainable raw materials value chains. https://single-market-economy.ec.europa.eu/publications/memorandum-understanding-eu-argentina-sustainable-raw-materials_en

European Commission. (2025). EU-Chile Interim Trade Agreement enters into force. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_25_374

Executive Office of the President of the United States. (2025, January 30). Reevaluating and realigning United States foreign aid. Federal Register, 90(21). Disponível em https://www.federalregister.gov/documents/2025/01/30/2025-02091/reevaluating-and-realigning-united-states-foreign-aid. Acesso em 02/08/2025.

Executive Office of the President of the United States. (2025, April 7). Regulating imports with a reciprocal tariff to rectify trade practices that contribute to large and persistent global trade imbalances. Federal Register, Vol. 89, No. 67. Disponível em https://www.federalregister.gov/documents/2025/04/07/2025-06063/regulating-imports-with-a-reciprocal-tariff-to-rectify-trade-practices-that-contribute-to-large-and. Acesso em 01/08/2025.

Fundación Terram. (2016, June 13). Formulan cargos contra SQM por ilegal extracción de agua del Salar de Llamara. https://www.terram.cl/formulan-cargos-contra-sqm-por-ilegal-extraccion-de-agua-del-salar-de-llamara/

Global Carbon Project. (2025). Global Carbon Atlas: Carbon emissions. https://globalcarbonatlas.org/emissions/carbon-emissions/

Global Energy Monitor. (2026). El Angelito wind farm. https://www.gem.wiki/El_Angelito_wind_farm

Gobierno de Chile. (2015). Intended nationally determined contribution of Chile towards the climate agreement of Paris 2015. Ministerio del Medio Ambiente. https://www4.unfccc.int/sites/submissions/INDC/Published%20Documents/Chile/1/INDC%20Chile%20english%20version.pdf

Gobierno de Chile. (2020, November 3). The Chilean Government presents a national strategy to convert Chile into a global leader in green hydrogen. https://www.gob.cl/en/news/chilean-government-presents-national-strategy-convert-chile-global-leader-green-hydrogen/

Gobierno de Chile. (2021, November 3). Chile's long-term climate strategy: The path to carbon neutrality and resilience by 2050. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/CHL_LTS_2021_EN_0.pdf

Gobierno de Chile. (2023, October). Chile y China firman 13 acuerdos de cooperación que buscan modernizar la agenda bilateral. https://www.minrel.gob.cl/sala-de-prensa/chile-y-china-firman-13-acuerdos-de-cooperacion-que-buscan-modernizar-la#

Gobierno de Chile. (2025, December). Nova Andina Litio: Se crea la empresa público-privada para la producción del litio en el Salar de Atacama. https://www.gob.cl/noticias/nova-andina-litio-codelco-sqm-produccion-litio-salar-atacama/

Gobierno de Chile. (2026, January). Hito ambiental en Atacama: Presidente Boric firma decretos de la Red de Salares Protegidos y crea "Reservas de Región Virgen". https://www.gob.cl/noticias/red-salares-protegidos-atacama-presidente-boric-firma-decretos/

Gobierno de la República Argentina. (2022, 7 de novembro). Estrategia de desarrollo resiliente con bajas emisiones a largo plazo a 2050. Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (UNFCCC). Disponível em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Estrategia%20de%20desarrollo%20resiliente%20con%20bajas%20emisiones%20a%20largo%20plazo%20a%202050.pdf.

Gobierno de la República Argentina. (2025). Contribución determinada a nivel nacional. https://www.argentina.gob.ar/jefatura/ambiente/Desarrollo-Sostenible-y-Gestión-Climática/la-ciencia-climatica/contribucion

Gobierno de Salta. (2021). Fue inaugurada en Salta la segunda planta solar más grande de Argentina. https://www.salta.gob.ar/prensa/noticias/fue-inaugurada-en-salta-la-segunda-planta-solar-mas-grande-de-argentina-79706

Government of the People's Republic of China. (2016). China's nationally determined contribution. United Nations Framework Convention on Climate Change. https://unfccc.int/reports?f%5B0%5D=corporate_author%3A143&f%5B1%5D=year%3A2016

HIF Global. (2022, December 20). HIF Global and its partners celebrate the first liters of synthetic fuels from Haru Oni, Chile. https://hifglobal.com/media/news-description/2022/12/20/hif-global-and-its-partners-celebrate-the-first-liters-of-synthetic-fuels-from-haru-oni-chile

IEA (2019a). Global EV outlook 2019. https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2019

IEA (2019b). The future of hydrogen. https://www.iea.org/reports/the-future-of-hydrogen

IEA. (2021). The role of critical minerals in clean energy transitions. https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions

IEA (2023a). Argentina Energy Profile. https://www.iea.org/reports/argentina-energy-profile

IEA (2023b). Latin America's opportunity in critical minerals for the clean energy transition, https://www.iea.org/commentaries/latin-americas-opportunity-in-critical-minerals-for-the-clean-energy-transition

IEA. (2024a). Renewables 2023. https://www.iea.org/reports/renewables-2023

IEA. (2024b). Global EV Outlook 2024. https://www.iea.org/reports/global-ev-outlook-2024

IEA. (2025a). Renewables 2025. https://www.iea.org/reports/renewables-2025

IEA. (2025b). World energy statistics and balances. https://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-statistics-and-balances

IEA. (2025c). Global Critical Minerals Outlook 2025. https://www.iea.org/reports/renewables-2025

IEA (2025d). Global hydrogen review 2025. https://www.iea.org/reports/global-hydrogen-review-2025

IEA (2026). Chile 2050 energy transition roadmap. https://www.iea.org/reports/chile-2050-energy-transition-roadmap

IFM Investors. (2015, December 17). IFM Investors sells Pacific Hydro to State Power Investment Corporation. https://www.ifminvestors.com/news-and-insights/media-centre/ifm-investors-sells-pacific-hydro-to-state-power-investment-corporation/

International Monetary Fund. Western Hemisphere Dept. (2022). Argentina: Staff Report for 2022 Article IV Consultation and request for an Extended Arrangement under the Extended Fund-Facility-Press Release; Staff Report; and Staff Supplements. IMF Staff Country Reports, 2022(092), 1. https://doi.org/10.5089/9798400205453.002

Jiang, Z. (1992, October 12). Accelerating the reform, the opening to the outside world and the drive for modernization, so as to achieve greater successes in building socialism with Chinese characteristics [Speech transcript]. Beijing Review. http://www.bjreview.com.cn/document/txt/2011-03/29/content_363504.htm

Lithium Argentina. (2026a, January 6). Lithium Argentina announces 2025 production results for Cauchari-Olaroz and leadership updates. https://www.lithium-argentina.com/projects/cauchari-olaroz

Lithium Argentina. (2026b, March 11). Lithium Argentina expands Cauchari-Olaroz resource estimate; supports stage 2 development plan. https://investors.lithium-argentina.com/news-releases/news-release-details/lithium-argentina-expands-cauchari-olaroz-resource-estimate

Mao, N. (2024, August 23). Foreign Ministry Spokesperson Mao Ning's regular press conference. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Disponívem em https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/fyrbt/202408/t20240823_11478906.html. Acesso em 02/08/2025.

Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de Argentina. (2022). Estrategia de desarrollo resiliente con bajas emisiones a largo plazo a 2050. https://cdn.climatepolicyradar.org/navigator/ARG/2022/argentina-long-term-low-greenhouse-gas-emission-development-strategy-lt-leds-2022_2bd9b4710fd7a29738978142636d5cde.pdf

Ministerio de Economía de Argentina. (2019). Se inauguró el parque solar Iglesia – Estancia Guañizuil en San Juan. https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-inauguro-el-parque-solar-iglesia-estancia-guanizuil-en-san-juan

Ministerio de Economía de Argentina. (2021, May 14). Kulfas y Morales firmaron un acuerdo con Ganfeng Lithium para avanzar en la instalación de una fábrica de baterías de litio. https://www.argentina.gob.ar/noticias/kulfas-y-morales-firmaron-un-acuerdo-con-ganfeng-lithium-para-avanzar-en-la-instalacion-de

Ministerio de Energía de Chile. (2020, November 3). Gobierno presenta la Estrategia Nacional para que Chile sea líder mundial en hidrógeno verde. https://energia.gob.cl/noticias/nacional/gobierno-presenta-la-estrategia-nacional-para-que-chile-sea-lider-mundial-en-hidrogeno-verde

Ministerio de Energía de Chile. (2024). Plan de acción de hidrógeno verde 2023–2030. https://energia.gob.cl/sites/default/files/documentos/plan_de_accion_hidrogeno_verde_2023-2030_1.pdf

Ministerio de Energía de Chile. (2021). Según estudio del Ministerio de Energía: Región de Magallanes podría llegar a producir el 13% hidrógeno verde del mundo con energía eólica. https://energia.gob.cl/noticias/nacional/segun-estudio-del-ministerio-de-energia-region-de-magallanes-podria-llegar-producir-el-13-hidrogeno-verde-del-mundo-con-energia-eolica

Ministerio de Justicia de Argentina. (2015). Ley 27191. https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/250000-254999/253626/norma.htm

Ministerio de Justicia de Argentina. (2016). Decreto 543/2016. https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/255000-259999/259942/norma.htm

Ministerio de Justicia de Argentina. (2023, December 1). Resolución 970/2023. https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resolución-970-2023-394156/texto

Ministério das Relações Exteriores. (2024, outubro 13). CNN – Entrevista com Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores. https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/mauro-vieira-2023/cnn-entrevistas-com-mauro-vieira-ministro-das-relacoes-exteriores-13-de-outubro-de-2024

Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina. (2022a). Acuerdo con China: La Argentina obtiene financiamiento para obras de infraestructura estratégicas y se incorpora a la Franja y la Ruta de la Seda. https://www.cancilleria.gob.ar/es/destacados/acuerdo-con-china-la-argentina-obtiene-financiamiento-para-obras-de-infraestructura

Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina. (2022b). Argentina fue elegida por aclamación para la Presidencia Pro Tempore 2022 de la CELAC. https://www.cancilleria.gob.ar/es/destacados/argentina-fue-elegida-por-aclamacion-para-la-presidencia-pro-tempore-2022-de-la-celac

Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá. (2017, September 14). Acuerdos Panamá-China. https://mire.gob.pa/acuerdos-panama-china/

Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá & Government of the People's Republic of China. (2017). Memorandum of understanding on cooperation within the framework of the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road. https://mire.gob.pa/images/PDF/documentos%20y%20formularios/Acuerdoschina/RUTA%20DE%20LA%20SEDA.pdf

Ministerio del Medio Ambiente de Chile. (2021, 13 de abril). Chile delivers long-term climate strategy to the Executive Secretary of UN Climate Change. COP25 Chile. Disponível em https://cop25.mma.gob.cl/en/chile-delivers-long-term-climate-strategy-to-the-executive-secretary-of-u n-climate-change/. Acesso em 15/07/2025.

Ministerio del Medio Ambiente de Chile. (2022). Ley Marco de Cambio Climático. https://www.diariooficial.interior.gob.cl/publicaciones/2022/06/13/43277/01/2142067.pdf

Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil. (2025). Brasil e China assinam memorando para produção de estudos sobre sistema de transporte integrado no país.

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2025/julho/brasil-e-china-assinam-memorando-para-producao-de-estudos-sobre-sistema-de-transporte-integrado-no-pais

Ministério dos Transportes do Brasil. (2025). Ministério dos Transportes, Casa Civil e delegação chinesa discutem implantação do Corredor Bioceânico Brasil-Peru. https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/ministerio-dos-transportes-casa-civil-e-delegacao-chinesa-discutem-implantacao-do-corredor-bioceanico-brasil-peru

Ministério do Turismo. (2025). "Corredor Bioceânico é estratégico para o turismo sul-americano", destaca secretário de Infraestrutura do MTur em Fórum Brasil-Chile. https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/corredor-bioceanico-e-estrategico-para-o-turismo-sul-americano201d-destaca-secretario-de-infraestrutura-do-mtur-em-forum-brasil-chile

Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China. (2019, October 9). Overview. Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China. https://english.moa.gov.cn/overview/201910/t20191009_296602.html

Ministry of Commerce of the People's Republic of China. (2011, September 16). 2010 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. Ministry of Commerce of the People's Republic of China. https://english.mofcom.gov.cn/cms_files/filemanager/675731329/attach/20249/1316069658609.pdf

Ministry of Commerce of the People's Republic of China. (2013, December 20). Renewable Energy Law of the People's Republic of China. https://english.mofcom.gov.cn/Policies/LawsRegulations/art/2013/art_f1de59700ebd47c69367af1013f6daef.html

Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China. (2017). Guidance on promoting green Belt and Road. http://english.mee.gov.cn/Resources/Policies/policies/Frameworkp1/201706/t20170628_416864.shtml

Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China. (2021). Resolve to green the Belt and Road. https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/202108/t20210809_855768.shtml

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2009, September 23). UN Climate Change Summit opens in New York Hu Jintao attends the opening ceremony and

delivers an important speech. https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11340109.html

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2014, July 19). Xi Jinping holds talks with President Cristina Fernández de Kirchner of Argentina and two heads of state announce the establishment of China-Argentina comprehensive strategic partnership. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/3447_665449/3453_664968/3455_664972/202406/t20240612_11427388.html

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2015). Jointly write a new chapter in the partnership of comprehensive cooperation between China and Latin America and the Caribbean. https://www.mfa.gov.cn/mfa_eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11340816.html

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2016a). Xi Jinping meets with President Mauricio Macri of Argentina. https://www.fmprc.gov.cn/eng/zy/jj/2016zt/xjpdjkjxgsfwbfmgcxdsjhaqfh/202406/t20240606_11380813.html

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2016b). Basic information about China–CELAC Forum. China–CELAC Forum. http://www.chinacelacforum.org/eng/ltjj_1/201612/P020210828094665781093.pdf

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2017, May 17). Li Keqiang meets with President Mauricio Macri of Argentina. https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg_663340/ldmzs_664952/xwlb_664954/202406/t20240606_11402837.html

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2024a). China-Latin America overall cooperation sets sail. Ministry of Foreign Affairs. Disponível em https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb/zzjg_663340/ldmzs_664952/xwlb_664954/202406/t20240606_11 402439.html

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2024b). Xi Jinping meets with Argentine President Javier Milei. https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202411/t20241120_11529829.html

National Development and Reform Commission of The People's Republic of China. (2007). China's National Climate Change Programme. Disponível em

https://www.adaptation-undp.org/sites/default/files/resources/chinas_national_climate_change_program.pdf

Offshore Energy. (2010, May 10). CNOOC buys 50% of Bridas Corporation for $3.1 billion. https://www.offshore-energy.biz/cnooc-buys-50-of-bridas-corporation-for-3-1-billion/

O Globo. (2025, July 7). Governo brasileiro assina com a China acordo para projeto de ferrovia que liga Brasil ao Peru. https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/07/07/governo-brasileiro-assina-com-a-china-acordo-para-projeto-de-ferrovia-que-liga-brasil-ao-peru.ghtml

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2025, April). The Capricorn Bioceanic Corridor in South America. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/events/2025/04/oecd-emerging-markets-forum/Panel%202_OECD%20EMF%20Background%20Note%20-%20The%20Capricorn%20Bioceanic%20Corridor%20in%20South%20America.pdf

Secretaría de Energía de la República Argentina. (2021). Lineamientos para un Plan de Transición Energética al 2030. Disponível em https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/252092/20211101.

State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council. (2024, December 30). Chinese SOE drives Chile's energy transition with solar power projects. http://en.sasac.gov.cn/2024/12/30/c_18557.htm

UNFCCC. (2018). Parties & observers. Disponível em https://unfccc.int/parties-observers

Unión Industrial Argentina. (2009). "GENREN". El programa para desarrollar la generación de electricidad a partir de fuentes renovables. https://www.uia.org.ar/energia/1170/genren-el-programa-para-desarrollar-la-generacion-de-electricidad-a-partir-de-fuentes-renovables/

U.S. Geological Survey. (2025). Lithium. In Mineral commodity summaries 2025. https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2025/mcs2025-lithium.pdf

Panama Canal Authority. (2014, August 8). CECH expresses interest on Panama Canal future projects. https://pancanal.com/en/cech-expresses-interest-on-panama-canal-future-projects/

PowerChina. (2025, June 19). PowerChina secures transmission expansion projects in Chile. https://en.powerchina.cn/2025-06/19/c_828966.htm

Reuters. (2010, December 10). China's Sinopec buys Occidental's Argentina assets. https://www.reuters.com/article/world/chinas-sinopec-buys-occidentals-argentina-assets-idUSTRE6B91YY/

Reuters. (2018, December 3). Tianqi buys stake in lithium miner SQM from Nutrien for $4.1 billion. https://www.reuters.com/article/business/tianqi-buys-stake-in-lithium-miner-sqm-from-nutrien-for-41-billion-idUSKBN1O217F/

Reuters. (2021, September 22). In climate pledge, Xi says China will not build new coal-fired power projects abroad. https://www.reuters.com/world/china/xi-says-china-aims-provide-2-bln-vaccine-doses-by-year-end-2021-09-21/

Reuters. (2023, November 21). China says it would be a serious mistake if Argentina cuts ties. Reuters. https://www.reuters.com/world/china-says-would-be-serious-mistake-if-argentina-cuts-ties-2023-11-21/

Reuters. (2024, November 14). Argentina retira a sus negociadores de la cumbre climática COP29. https://www.reuters.com/latam/domestico/ZMMZYJYRHJOQ7ASNXA6ENCR2AI-2024-11-14/

Reuters. (2024, November 15). China’s Xi arrives in Lima for APEC, to open Pacific mega-port. Reuters. https://www.reuters.com/world/chinas-xi-arrives-lima-apec-open-pacific-megaport-2024-11-14

Reuters. (2025, November 10). China's BYD, Tsingshan scrap plans for Chile lithium plants. https://www.reuters.com/markets/commodities/chinas-byd-tsingshan-scrap-plans-chile-lithium-plants-newspaper-reports-2025-05-07/

S&P Global. (2025, February 14). China’s Ganfeng Lithium starts Mariana project in Salta, expands Argentine operations. https://www.spglobal.com/energy/en/news-research/latest-news/met

Secretaría de Minería de Argentina. (2023, August). Participación de capitales chinos en Argentina. https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/participacion_de_capitales_chinos_en_argentina.pdf

South China Morning Post (2023, September 12). China reportedly suspends US$6.5 billion currency swap agreement with Argentina. South China Morning Post. Disponível em https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3245805/china-reportedly-suspends-us65-billion-currency-swap-agreement-argentina

Statista. (2025). Revenue of largest lithium-ion battery companies worldwide in 2023. https://www.statista.com/statistics/1419879/largest-lithium-ion-battery-companies-worldwide-by-revenue/

The Guardian (2024, May 8). Nicaragua cancels plan for China canal. The Guardian. https://www.theguardian.com/world/article/2024/may/08/nicaragua-cancel-china-canal

The National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference. (2025, May 15). China, Colombia sign cooperation plan on BRI. Disponível em http://en.cppcc.gov.cn/2025-05/15/c_1092928.htm.

The New York Times (2005, May 3). IBM closes China deal on PC unit. The New York Times. https://www.nytimes.com/2005/05/03/business/worldbusiness/ibm-closes-china-deal-on-pc-unit.html

The Republic of Argentina, & The Export-Import Bank of China. (2015, February). 2015 China Eximbank loan for Central Termoeléctrica Manuel Belgrano project in Argentina. https://www.dropbox.com/scl/fi/sbj3q1p4m6ptgtwp7hhyz/2015-China-Eximbank-Loan-for-Central-Termoelectica-Manuel-Belgrano-Project-in-Argentina.pdf

The State Council of the People's Republic of China. (2012). China's energy policy 2012. https://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284499.htm

The State Council of the People's Republic of China. (2014). China's National Plan on Climate Change (2014–2020). https://www.gov.cn/zhengce/content/2014-09/19/content_9083.htm

The State Council of the People's Republic of China. (2015). Notice of the State Council on the publication of "Made in China 2025" (Etcetera Language Group, Inc., Trans.). https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0432_made_in_china_2025_EN.pdf

The State Council of the People's Republic of China. (2023). China, Argentina sign cooperation plan to promote Belt and Road Initiative. https://english.www.gov.cn/news/202306/04/content_WS647bc5eec6d0868f4e8dc9b9.html

The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2021, October 8). Biodiversity conservation in China. Disponível em https://english.mee.gov.cn/News_service/media_news/202110/t20211008_955764.shtml. Acesso em 02/08/2025.

The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2025, 8 de fevereiro). China urges Panama to make right decision on participation in BRI. Xinhua. Disponível em http://english.scio.gov.cn/m/pressroom/2025-02/08/content_117701535.html.

United Nations. (1992). United Nations Framework Convention on Climate Change. https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2015). Paris Agreement. United Nations. https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

World Bank. (2024). Value added by industry as percent of GDP. Retrieved May 28, 2025, from TheGlobalEconomy.com website: https://www.theglobaleconomy.com/

World Bank & Development Research Center of the State Council, the People's Republic of China. (2022). Four decades of poverty reduction in China: Drivers, insights for the world, and the way ahead. World Bank. https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1877-6

World Integrated Trade Solution. (2008). Argentina trade summary 2008 data. https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/ARG/Year/2008/Summary

World Integrated Trade Solution. (2025). Argentina Lithium carbonates exports by country in 2024.
https://wits.worldbank.org/trade/comtrade/en/country/ARG/year/2024/tradeflow/Exports/partner/ALL/product/283691

World Trade Organization. (2025, July 3). WTO monitoring highlights sharp rise in tariffs alongside search for negotiated solutions. https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/trdev_03jul25_e.htm

Xi, J. (2015, January 8). Jointly write a new chapter in the partnership of comprehensive cooperation between China and Latin America and the Caribbean. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. https://www.mfa.gov.cn/mfa_eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11340816.html

Xi, J. (2020, September 22). Full text of Xi's statement at the General Debate of the 75th Session of the United Nations General Assembly. The State Council Information Office of the People's Republic of China.

Xi, J. (2021, September 21). Full text of Xi Jinping's remarks at the conference marking the 50th anniversary of the restoration of the People's Republic of China's lawful UN seat . Ministry of Public Security of the People's Republic of China. Disponível em http://www.mps.gov.cn/n2255079/n6865805/n7355748/n8012154/c8125875/content.html. Acesso em 04/08/2025.

Xinhua. (2018, 15 de maio). China, Trinidad and Tobago pledge pragmatic cooperation. State Council Information Office of the People's Republic of China. Disponível em http://english.www.gov.cn/premier/news/2018/05/15/content_281476148305766.htm. Acesso em 02/08/2025.

Xinhua. (2018, June 14). Interview: Chinese ambassador says China–Panama ties advancing "in all spheres". Xinhua News. http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/14/c_137253748.htm

Xinhua. (2024, January 11). Trinidad and Tobago launches Belt & Road industrial park. Xinhua News. https://english.news.cn/20240111/573e7370c38d4ac09210088287d2d95e/c.html

Xinhua. (2025, April 17). China remains Africa's largest trading partner, key contributor to dev't: officials. https://english.news.cn/20250417/2a10d6dbda13437ba2370395076f24a0/c.html

Xinhua. (2025, May 23). Trade booms, investment accelerates as China, Latin America deepen ties. The State Council of the People's Republic of China. https://english.www.gov.cn/news/202505/23/content_WS68306217c6d0868f4e8f2c7b.html

Xinhua. (2025, November 5). Economic Watch: Smarter, greener cooperation energizes China-LAC ties. https://english.news.cn/20251105/2581bf0be3d543d5af98daa709cddca2/c.html

Fontes Secundárias

Ahmad, S. (2020). The lithium triangle: where Chile, Argentina, and Bolivia meet. Harvard International Review, 41(1), 51–53. https://www.jstor.org/stable/26917284

Al Jazeera. (2023, December 29). Argentina announces that it will not join BRICS bloc. https://www.aljazeera.com/news/2023/12/29/argentina-announces-that-it-will-not-join-brics-bloc

Al Jazeera. (2025, February 7). China slams US as Panama quits Belt and Road Initiative. https://www.aljazeera.com/news/2025/2/7/china-blasts-us-as-panama-quits-belt-and-road-initiative

Alderete, M. (2025). Green hydrogen: an opportunity for Argentina? Journal of Energy & Natural Resources Law, 1–17. https://doi.org/10.1080/02646811.2025.2577423

Almeida Ferreira Abrão, R. (2022). Belt and Road Initiative and its Impacts on Latin America's Regional Integration. 1, 9–17. https://doi.org/10.5117/9789048557820/ICAS.2022.002

Almeida Ferreira Abrão, R., & Amineh, M. P. (2024). Brazilian Perception of the China-Led Belt and Road Initiative. The Journal of Contemporary China, 33(150), 987-1005. https://doi.org/10.1080/10670564.2023.2299792

Anckar, C. (2008). On the Applicability of the Most Similar Systems Design and the Most Different Systems Design in Comparative Research. International Journal of Social Research Methodology, 11(5), 389–401. https://doi.org/10.1080/13645570701401552

Armijo, J., & Philibert, C. (2020). Flexible production of green hydrogen and ammonia from variable solar and wind energy: Case study of Chile and Argentina. International Journal of Hydrogen Energy, 45(3), 1541-1558. https://doi.org/10.1016/j.ijhydene.2019.11.028

Arnold, V. (2023). China: Central Bank Swaps to Argentina, 2014. SSRN Electronic Journal. https://doi.org/10.2139/ssrn.4509254

Bennett, A., & Elman, C. (2007). Case Study Methods in the International Relations Subfield. Comparative Political Studies, 40(2), 170-195. https://doi.org/10.1177/0010414006296346

Bernal-Meza, R. (2016). China and Latin America relations: The win-win rhetoric. Journal of China and International Relations, 4(2). https://doi.org/10.5278/ojs.jcir.v4i2.1588

Berg, R. C. (2021). China in Latin America and the Caribbean. Center for Strategic and International Studies (CSIS). Retrieved from http://www.jstor.org/stable/resrep37529

Bilmes, J. (2025). Energy and natural resources in the argentina-china relationship: interests, cooperation and challenges. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, 14(27). https://doi.org/10.22456/2238-6912.142813

Bloomberg. (2022, March 11). This 36-year-old is leading Latin America to a green revolution.
https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-03-11/resource-rich-latin-america-is-on-the-cusp-of-a-climate-revolution

Bolzani, I. (2025, 8 de julho). Tarifas de Trump atingem nações do BRICS e ampliam disputa comercial global. G1 – Economia. Disponível em

https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/08/tarifas-trump-brics.ghtml. Acesso em 15/07/2025.

Broadhurst, A. I., & Ledgerwood, G. (1998). Environmental Diplomacy of States, Corporations and Non-Governmental Organizations: the Worldwide Web of Influence. International Relations, 14(2), 1-19. https://doi.org/10.1177/004711789801400201 (Original work published 1998)

Calvetti, D., Isaac, R., Mandará, H., Redes, E., & Echeverría, R. (2021). Energías renovables en Argentina: Desafíos y oportunidades en el contexto de la transición energética global.

KPMG & CADER. https://www.cader.org.ar/wp-content/uploads/informe_ERA_2021_ares-vf.pdf

Caribbean Development Bank. (2017). Jamaica Highway 2000: Case study. Caribbean Development Bank. ISBN 978-976-96037-2-1

Carlson, D., Robinson, S.-A., Blair, C., & McDonough, M. (2021). China's climate ambition: Revisiting its first nationally determined contribution and centering a just transition to clean energy. Energy Policy, 155, 112350. https://doi.org/10.1016/j.enpol.2021.112350

Chaisse, J., & Hsieh, P. L. (2023). Rethinking Asia-Pacific regionalism and new economic agreements. Asia Pacific Law Review, 31(2), 451–468. https://doi.org/10.1080/10192557.2023.2216056

Chavez Rodriguez, Y. E., & Mohlin, M. (2023). The Panama Canal – China's illusive chess piece: What China's presence in the Panama Canal may mean for regional and global security. Comparative Strategy, 42(4), 467–488. https://doi.org/10.1080/01495933.2023.2219190

China Global South Project. (2025). How green hydrogen is opening a new chapter in China–Latin America relations. https://chinaglobalsouth.com/analysis/china-latin-america-green-hydrogen-energy-cooperation/

China Global South Project. (2025b). The evolving role of China in Argentina's energy transition. https://chinaglobalsouth.com/analysis/china-argentina-renewable-energy-investment-2025/

Ciftci, M. M., & Lemaire, X. (2023). Deciphering the impacts of 'green' energy transition on socio-environmental lithium conflicts: Evidence from Argentina and Chile. The Extractive Industries and Society, 16, 101373. https://doi.org/10.1016/j.exis.2023.101373

Climate Analytics & NewClimate Institute. (2026). Chile. Climate Action Tracker. https://climateactiontracker.org/countries/chile/

CNN. (2022, April 1). Can wind, water and air combine in a new energy revolution? This Chilean startup wants to find out. https://edition.cnn.com/2022/04/01/americas/hif-haru-oni-chile-efuel-spc-intl-scn

CNN. (2024, November 13). Argentina withdraws delegates from climate summit as Milei heads for Mar-a-Lago. https://edition.cnn.com/2024/11/13/americas/cop29-argentina-withdraws-milei-intl-latam

CNN Brasil. (2025). Brasil hesita em aderir à nova Rota da Seda da China. CNN Brasil. https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/internacional/brasil-hesita-em-aderir-a-nova-rota-da-seda-da-china/

Debat, Humberto (2024). "The Collapse of Argentine Science Under Javier Milei: One Year of

Unprecedented Defunding". Infonomy, 3(1) e25007.https://doi.org/10.3145/infonomy.25.007

Dialogue Earth (2024b, October 31). Peru's megaport reshapes Pacific trade — and the town next door. Dialogue Earth. https://dialogue.earth/en/business/382806-perus-megaport-reshapes-pacific-trade-and-the-town-next-door

Dialogue Earth. (2024a, May 13). Conheça os donos das enormes reservas de lítio na Argentina. https://dialogue.earth/pt-br/negocios/392580-empresas-donos-mineracao-litio-salinas-argentina/

Ding, Y., Ren, G., Shi, G., Gong, P., Zheng, X., Zhai, P., Zhang, D., Zhao, Z., Wang, S., Wang, H., Luo, Y., Chen, D., Gao, X., & Dai, X. (2007). China's national assessment report on climate change (I): Climate change in China and the future trend. National Climate Commission of China.

Dietz, K. (2024). Global Energy Transitions and Green Extractivism. Em M. Lang, M. A. Manahan, & B. Bringel (Org.), The Geopolitics of Green Colonialism (1º ed., p. 27–39). Pluto Press. https://doi.org/10.2307/jj.12865310.6

Dorn, F. M. (2021). Inequalities in resource-based global production networks: Resistance to lithium mining in Argentina (Jujuy) and Portugal (Região Norte). Journal für Entwicklungspolitik (JEP), 37(4), 70–91. https://doi.org/10.20446/JEP-2414-3197-37-4-70

Dorn, F. M. (2022). Green colonialism in Latin America? Towards a new research agenda for the global energy transition. European Review of Latin American and Caribbean

Studies/Revista Europea de Estudios latino-americanos y Del Caribe, 114, 137–146. https://www.jstor.org/stable/48712112

Dorn, F. M., & Gundermann, H. (2022). Mining companies, indigenous communities, and the state:

The political ecology of lithium in Chile (Salar de Atacama) and Argentina (Salar de

Olaroz-Cauchari). Journal of Political Ecology, 29, 342–362.

https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jpe/article/5014/galley/5024/view/

Dorn, F. M., Hafner, R., & Plank, C. (2022). Towards a climate change consensus: How mining and agriculture legitimize green extractivism in Argentina. The Extractive Industries and Society, 11, 101130. https://doi.org/10.1016/j.exis.2022.101130

Duarte, P. A. B. (2024). As dinâmicas terrestre, marítima, digital e ecológica da faixa e rota chinesa. Porto: 5 Livros.

Duarte, P. A. B., Gasparyan, A., Da Silva, F. B., & Tavares, A. (2025). The Environmental Diplomacy of the Belt and Road Initiative: Going Green to Meet External Expectations. Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences. https://doi.org/10.1007/s40647-025-00453-4

Dunlap, A., Verweijen, J., & Tornel, C. (2024). The political ecologies of "green" extractivism(s): An introduction. Journal of Political Ecology, 31(1), 436–463. https://doi.org/10.2458/jpe.6131

El Ciudadano. (2025, August 10). Comunidades indígenas reclaman que Corfo ocupó estrategia de división en Consulta Indígena requerida por acuerdo SQM-Codelco. https://www.elciudadano.com/mineria/comunidades-indigenas-reclaman-que-corfo-ocupo-estrategia-de-division-en-consulta-indigena-requerida-por-acuerdo-sqm-codelco/08/10/

Ellis, R. E. (2024). The Evolution of Chinese Engagement in Argentina under Javier Milei. Center for Strategic and International Studies (CSIS). http://www.jstor.org/stable/resrep60375

Ferreira-Pereira, L. C., & Duarte, P. A. B. (2023). The South Atlantic in China’s Global Policy: Why It Matters? Em P. A. B. Duarte, F. J. B. S. Leandro, & E. M. Galán (Org.), The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics (p. 705–722). Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-19-6700-9_42

Fuhr, H. (2021). The rise of the Global South and the rise in carbon emissions. Third World Quarterly, 42(11), 2724–2746. https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1954901

Furlong, P., & Marsh, D. (2010). A Skin Not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. Em D. Marsh & G. Stoker (Org.), Theory and Methods in Political Science (p. 184–211). Macmillan Education UK. https://doi.org/10.1007/978-0-230-36664-0_10

G1. (2023, December 10). Em primeiro decreto, Milei corta pela metade número de ministérios. https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/10/em-primeiro-decreto-milei-diminui-numero-de-ministerios.ghtml

G1 (2024). Argentina x China: por que Milei mudou drasticamente de discurso sobre o gigante asiático? https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/19/argentina-x-china-por-que-milei-mudou-drasticamente-de-discurso-sobre-o-gigante-asiatico.ghtml

Gonzalez-Vicente, R. (2021). Over Hills and Valleys Too: China's Belt and Road Initiative in the Caribbean. In F. Schneider (Ed.), Global Perspectives on China's Belt and Road Initiative: Asserting Agency through Regional Connectivity (pp. 171–194). Amsterdam University Press. https://doi.org/10.2307/j.ctv1dc9k7j.10

Guo, J. (2023). The political economy of China–Latin America relations: The making of a post-boom paradigm. China International Strategy Review, 5(1), 113–138. https://doi.org/10.1007/s42533-023-00126-5

Hallding, K., Jürisoo, M., Carson, M., & Atteridge, A. (2013). Rising powers: The evolving role of BASIC countries. Climate Policy, 13(5), 608–631. https://doi.org/10.1080/14693062.2013.822654

Harlan, T. (2020). Green development or greenwashing? A political ecology perspective on China's green Belt and Road. Eurasian Geography and Economics, 62(2), 202–226. https://doi.org/10.1080/15387216.2020.1795700

Hu, Z., & Ji, D. (2012). Ambiguities in communicating with the world: the "Going-out" policy of China's media and its multilayered contexts. Chinese Journal of Communication, 5(1), 32–37. https://doi.org/10.1080/17544750.2011.647741

Janardhanan, N. (2012). Energy Transition: Conceptual Outlook. In Transition to Energy Secure Future: Policies Enabling Energy Transition in India (pp. 5–8). Institute for Global Environmental Strategies. http://www.jstor.org/stable/resrep00778.5

Janardhanan, N. (2018). Energy Transition in India: Role of Climate Change Policies in Energy

Security. International Studies, 54(1-4), 231-249. https://doi.org/10.1177/0020881718791851 (Original work published 2017)

Jáuregui, J. G. (2021, December 22). How Argentina pushed Chinese investors to help revitalize its energy grid. Carnegie Endowment for International Peace. Retrieved from

https://carnegieendowment.org/2021/12/22/how-argentina-pushed-chinese-investors-to-help-revitalize -its-energy-grid-pub-86062

Karakır, İ. A. (2018). Environmental foreign policy as a soft power instrument: Cases of China and India. Journal of Contemporary Eastern Asia, 17(1), 5–26. https://doi.org/10.17477/jcea.2018.17.1.005

Labh, N. (2025). Reconsidering sovereignty amid the climate crisis. Carnegie Endowment for International Peace. https://carnegieendowment.org/research/2025/03/reconsidering-sovereignty-amid-the-climate-crisis?lang=en

La Nación. (2024). “El Presidente es una persona muy disruptiva”: desde la COP, la subsecretaria de Ambiente defiende la posición argentina. https://www.lanacion.com.ar/sociedad/el-presidente-es-una-persona-muy-disruptiva-desde-la-cop-la-subsecretaria-de-ambiente-defiende-la-nid30102024/

LatinNews. (2025, January 23). In brief: Nicaragua’s Gran Canal greenlit by constitutional changes.
https://www.latinnews.com/component/k2/item/104397-in-brief-nicaragua-s-gran-canal-greenlit-by-constitutional-changes.html

Lei, Y. (2024). China–Latin America relations in the context of the Belt and Road Initiative. Development Policy Review. https://doi.org/10.1111/dpr.12814

Li, M. (2009). Soft power: China's emerging strategy in international politics. https://doi.org/10.1080/09700161.2011.531000

Li, W., Wei, Y., Chen, L., et al. (2025). Multiple environmental inequalities between Global South and Global North in over 10,000 urban centers. npj Urban Sustainability, 5, Article 111. https://doi.org/10.1038/s42949-025-00302-z

Lin, H. (2017). Las relaciones económicas y comerciales entre China y Argentina en la era de Mauricio Macri. Relaciones internacionales, 26(53), 229-237. https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S2314-27662017000200014&script=sci_arttext

Los Angeles Times. (2016, June 22). Panama Canal: Handing over the keys. Los Angeles Times. https://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-panama-canal-hand-over-20160622-snap-story.html

Lyu, F., Xu, H., & Dai, J. (2025). National survey report of PV power applications in China 2023. IEA-PVPS. https://iea-pvps.org/national_survey/national-survey-report-of-pv-power-applications-in-china-2023

Machado, N. (2025, 13 de fevereiro). Sul Global paga mais caro pela crise climática. Eixos. Disponível em https://eixos.com.br/newsletters/dialogos-da-transicao/sul-global-paga-mais-caro-pela-crise-climatica/.

Marcoux, J. M., & Sylvestre-Fleury, J. (2022). China's contestation of international norms on state-owned enterprises and government procurement through the Belt and Road Initiative. Asia Pacific Law Review, 30(2), 325–347. https://doi.org/10.1080/10192557.2022.2085413

Martín, R. M., & Boscán, G. E. (2023). The gateway to Latin America: Panama's relations with the United States and China, opportunities and challenges. Revista UNISCI, 2023(61), 243–265. https://doi.org/10.31439/UNISCI-164

Mehlum, E. (2024, julho). Brasil y Chile lideran la transición energética en América Latina. World Economic Forum. Recuperado de https://es.weforum.org/stories/2024/07/brasil-y-chile-lideran-la-transicion-energetica-en-america-latina/

Montoya, M. A., Lemus, D., & Kaltenecker, E. (2020). The Geopolitical Factor of Belt and Road Initiative in Latin America: The cases of Brazil and Mexico. Latin American Journal of Trade Policy, 2(5), 6–21. https://doi.org/10.5354/0719-9368.2019.56349

Mussa, Y. (2024). Governo Boric aposta em hidrogênio verde no extremo sul do Chile. Dialogue Earth. https://dialogue.earth/pt-br/energia/governo-boric-hidrogenio-verde-magallanes-chile/

Nedopil, C. (2021). China's investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020. Green BRI Center, International Institute of Green Finance (IIGF). https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2020/

Nedopil, C. (2022). Green finance for soft power: An analysis of China's green policy signals and investments in the Belt and Road Initiative. Environmental Policy and Governance, 32(2), 85–97. https://doi.org/10.1002/eet.1965

Nedopil, C. (2023a). China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2022. https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2022/

Nedopil, C. (2023b). Ten years of China's Belt and Road Initiative (BRI): Evolution and the road ahead. https://greenfdc.org/ten-years-of-chinas-belt-and-road-initiative-bri-evolution-and-the-road-ahead/

Nedopil, C. (2025). Countries of the Belt and Road Initiative. Green Finance & Development Center, FISF, Fudan University. https://www.greenfdc.org

Nedopil, C. (2026). China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2025. https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2025/

Neto, O. A., & Malamud, A. (2015). What determines foreign policy in Latin America? Systemic versus domestic factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946–2008. Latin American Politics and Society, 57(1), 1–27. https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2015.00286.x

Nitza-Makowska, A., Longhurst, K., & Skiert-Andrzejuk, K. (2024). Green Soft Power? Checking in on China as a Responsible Stakeholder. Polish Political Science Yearbook, Volume 53 (2024)(Issue 1), 17–33. https://doi.org/10.15804/ppsy202402

Nitza-Makowska, A. (2025). China as a “Green Soft Power” and the Belt and Road Initiative: Evidence From Pakistan. Politics and Governance, 13, 9106. https://doi.org/10.17645/pag.9106

Nori, J., et al. (2024). Argentina's rejection of 2030 agenda undermines environmental sustainability and human well-being. Biological Conservation, 299, 110832. https://doi.org/10.1016/j.biocon.2024.110832

Oosterveld, W., Wilms, E., Kertysova, K., de Wijk, R., Rõõs, H., Bhattacharyya, K., Sibbel, M., & Tranakieva, K. (2018). China in the Caribbean. In The Belt and Road Initiative Looks East: Political Implications of China’s Economic Forays in the Caribbean and the South Pacific (pp. 16–45). Hague Centre for Strategic Studies. http://www.jstor.org/stable/resrep19581.6

Oyarzún-Aravena, A. M., Chen, J., Brownbridge, G., Akroyd, J., & Kraft, M. (2025). An analysis of renewable energy resources and options for the energy transition in Chile. Applied Energy, 381, 125107. https://doi.org/10.1016/j.apenergy.2024.125107

Pepe, J. M., Ansari, D., & Gehrung, R. M. (2023). The geopolitics of hydrogen: Technologies, actors and scenarios until 2040. Em SWP Research Paper 13/2023 (Versão 2). Stiftung Wissenschaft und Politik, German Institute for International and Security Affairs. https://doi.org/10.18449/2023RP13V02

Peters, E. D. (2021). Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean, 2021. Red ALC-China. Disponível em https://docs.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/DusselPeters_MonitorOFDI_2021_Eng.pdf

Plamena Tisheva. (2016). Argentina awards 1,282 MW in RenovAR 1.5 tender. Renewable Energy News. https://renewablesnow.com/news/argentina-awards-1-282-mw-in-renovar-1-5-tender-548539/

Politico. (2018, November 30). White House statement drags Argentina into U.S.-China brawl. https://www.politico.com/story/2018/11/30/us-china-argentina-g20-1036939

Pradhan, R., & Mohanty, S. S. (2021). Chinese grand strategies in Central Asia: The role of Shanghai Cooperation Organization and Belt and Road Initiative. Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences, 14(2), 197–223. https://doi.org/10.1007/s40647-021-00318-6

Pregon. (2024, May 14). Construirán una planta solar de 200 megavatios en finca El Pongo. https://www.pregon.com.ar/nota/24229/2024/05/construir%C3%A1n-una-planta-solar-de-200-megavatios-en-finca-el-pongo

Ramon-Berjano, C. (2018). The Belt and Road Initiative: Infrastructure investments and opportunities for Latin America. Megatrend revija, 15(3), 173–192. https://doi.org/10.5937/MegRev1803173R

Ritchie, H., Rosado, P., & Roser, M. (2023). Per capita, national, historical: how do countries compare on CO_2 metrics? Our World in Data. https://ourworldindata.org/co2-emissions-metrics

Rocha, F. F., & Bielschowsky, R. (2018). China's quest for natural resources in Latin America.

CEPAL Review, 2018(126), 9–28. https://repositorio.cepal.org/handle/11362/44340

Rodrigues, B. S.. (2022). Belt and Road Initiative and the geoeconomic implications for Brazil. Nova Economia, 32(3), 775–801. https://doi.org/10.1590/0103-6351/7346

Sandström, C. (2024). Green transformation or green colonialism–contrasting perspectives on how to address the climate and nature crisis.

Sauer, J. M. T., Anadón, L. D., Kirchherr, J., Plummer Braeckman, J., & Schulhof, V. (2022). Chinese and multilateral development finance in the power sector. Global Environmental Change, 75, 102553. https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102553

Scita, R., Raimondi, P.P., & Noussan, M. (2020). Green Hydrogen: The Holy Grail of Decarbonisation? An Analysis of the Technical and Geopolitical Implications of the Future Hydrogen Economy. SSRN Electronic Journal.

Schindler, S., Alami, I., DiCarlo, J., Jepson, N., Rolf, S., Bayırbağ, M. K., … Zhao, Y. (2023). The Second Cold War: US-China Competition for Centrality in Infrastructure, Digital, Production, and Finance Networks. Geopolitics, 29(4), 1083–1120. https://doi.org/10.1080/14650045.2023.2253432

Sendra, M., & Marcos-Marne, H. (2024). Is Milei a populist? People and market in the new radical right in Argentina. Contemporary Politics, 30(5), 639–655. https://doi.org/10.1080/13569775.2024.2311982

Shuangrong, H., & He, S. (2012). China–Latin America relations: Review and analysis (Vol. 1). Paths International. https://books.google.pt/books?id=lAaBtgAACAAJ

Sigal, A., Leiva, E. P. M., & Rodríguez, C. R. (2014). Assessment of the potential for hydrogen production from renewable resources in Argentina. International Journal of Hydrogen Energy, 39(16), 8204–8214. https://doi.org/10.1016/j.ijhydene.2014.03.157

Smil, V. (2004). World history and energy. Encyclopedia of Energy, 6, 549–561.

The Economist. (2005, December 8). Sunrise for renewable energy. The Economist. www.economist.com/technology-quarterly/2005/12/10/sunrise-for-renewable-energy

The Diplomat. (2024, September 25). China is gobbling up Chile's energy sector. https://thediplomat.com/2024/09/china-is-gobbling-up-chiles-energy-sector/

The Guardian. (2026, January 1). "The source of all life is here": Plan to mine lithium in Chilean salt flat sparks fears of water scarcity. https://www.theguardian.com/global-development/2026/jan/01/chile-lithium-rio-tinto-fears-colla-indigenous-water-atacama-ecosystem

Trinidad Express. (2023, July 31). La Brea Dry Docks project on hold. https://trinidadexpress.com/business/local/la-brea-dry-dock-project-underway/article_eb64bde8-2f3f-11ee-b766-5bf17011ae8d.html

Turzi, M. (2017). La ruta de la seda latinoamericana: China y el Canal de Nicaragua. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 12(2), 163-178. DOI: http://dx.doi.org/10.18359/ries.2308

Ugarteche, O., De León, C., & García, J. (2023). China and the energy matrix in Latin America: Governance and geopolitical perspective. Energy Policy, 177, 113435. https://doi.org/10.1016/j.enpol.2023.113435

Vargas-Payera, S., Martínez-Reyes, A., & Ejderyan, O. (2020). Factors and dynamics of the social perception of geothermal energy: Case study of the Tolhuaca exploration project in Chile. Geothermics, 88, 101907. https://doi.org/10.1016/j.geothermics.2020.101907

van der Westhuizen, J. (2024). Huawei or the US way? Why Brazil and South Africa did not securitize 5G. Revista Brasileira de Política Internacional, 67(2), Article e016. https://doi.org/10.1590/0034-7329202400216

Verónica Tito. (2025). Las provincias avanzan con la regulación de emisiones de gases de efecto invernadero en la industria hidrocarburífera. Econojournal. https://econojournal.com.ar/2025/04/las-provincias-avanzan-con-la-regulacion-de-emisiones-en-la-industria-hidrocarburifera/

Voskoboynik, D. M., & Andreucci, D. (2021). Greening extractivism: Environmental discourses and resource governance in the 'Lithium Triangle'. Environment and Planning E, 5(2), 787-809.

https://doi.org/10.1177/25148486211006345 (Original work published 2022)

Wang, A. L. (2026). Chinese Global Environmentalism. Cambridge: Cambridge University Press.

Wang, Y., Liu, C., & Sun, Y. (2024). No more coal abroad! Unpacking the drivers of China's green shift in overseas energy finance. Energy Research & Social Science, 111, 103456. https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103456

Wen, H., & Zhao, Z. (2021). How does China's industrial policy affect firms' R&D investment? Evidence from 'Made in China 2025.' Applied Economics, 53(55), 6333–6347. https://doi.org/10.1080/00036846.2020.1717429

Wise, C., & Chonn Ching, V. (2017). Conceptualizing China–Latin America relations in the twenty-first century: the boom, the bust, and the aftermath. The Pacific Review, 31(5), 553–572. https://doi.org/10.1080/09512748.2017.1408675

Xu, L. (2023). Role of belt and road initiative in the development of renewable energy: Mediating role of green public procurement. Renewable Energy, 217, 118963. https://doi.org/10.1016/j.renene.2023.118963

Yang, M., Yang, B., Butler-Sloss, S., & Graham, E. (2025, September 9). China energy transition review 2025. Ember. https://ember-energy.org/app/uploads/2025/09/China-Energy-Transition-Review-2025.pdf

Yeung, G. (2019). ‘Made in China 2025’: the development of a new energy vehicle industry in China. Area Development and Policy, 4(1), 39–59. https://doi.org/10.1080/23792949.2018.1505433

Yin, I. (2025, April 30). China has established 125,000 mt/year of green hydrogen production capacity: NEA. S&P Global. https://www.spglobal.com/energy/en/news-research/latest-news/energy-transition/043025-china-has-established-125000-mtyear-of-green-hydrogen-production-capacity-nea

Yoon, J. (2024). Ten years of China’s BRI, reassessing China’s attractiveness from an Asian perspective: a critical evaluation from the perspective of the East Asian public. Asian Journal of Political Science, 32(3), 305–328. https://doi.org/10.1080/02185377.2024.2429080

Yu, L. (2015). China's strategic partnership with Latin America: A fulcrum in China's rise. International Affairs, 91(5), 1047–1068. https://doi.org/10.1111/1468-2346.12397